



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

O género escondido
A influência da heteronormatividade nos indivíduos
transexuais

VERSÃO DEFINITIVA APÓS DEFESA PÚBLICA

Sofia do Carmo Crisóstomo Moreira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof.^a Doutora Catarina Sales Oliveira

Covilhã, Março de 2019

Agradecimentos

Acredito convictamente que quando estamos sós pouco ou nada será possível de realizar e, por isso, temos de expressar gratidão perante aqueles que não nos largam a mão, que não nos deixam cair, que acreditam em nós, que lutam por nós e connosco, aqueles que não nos abandonam nas derrotas e que celebram as nossas vitórias como sendo suas.

Começo por agradecer a todos os professores que se cruzaram comigo neste meu percurso universitário, no entanto, segue um agradecimento especial à Professora Doutora Catarina Sales de Oliveira. Primeiramente, por ter aceite orientar esta dissertação e ser cúmplice deste desafio; segundo, por nunca ter dito que as minhas ideias não eram exequíveis, mas, ao mesmo tempo, me ter mantido sempre consciente do desafio que se aproximava; terceiro, obrigada por todas as palavras motivacionais, que mesmo sem o ser o foram.

Agradeço também a todos os meus amigos e amigas. Aqueles e aquelas que me acompanhavam mesmo antes desta aventura - que é a universidade - ter começado; aqueles e aquelas que surgiram no meu, ainda pequeno, percurso de vida e me fizeram crescer de alguma forma, e, por último, mas não menos importante, aqueles e aquelas que se tornaram na minha família, nesta - nossa - Cidade Neve. Que continuemos a partilhar momentos de tudo e de nada, de cumplicidade e de pura amizade. *May we meet again.*

Agradeço a toda a minha família, em especial, à minha mãe, Olga, e ao meu pai, Artur, pois foram e serão sempre os primeiros impulsionadores para que cada etapa seja finalizada com sucesso. Por tudo o que me ensinaram, por todos os valores passados, por toda a paciência que tiveram e por me fazerem dar sempre o melhor de mim.

E, por último, cabe-me agradecer a quem dispensou algum do seu tempo para colaborar neste estudo, pois sem a vossa colaboração não seria possível a realização desta dissertação. Um obrigada especial pela vossa disponibilidade e generosidade em cada partilha.

Resumo

A pertinência e motivação para esta investigação surgem com a descoberta do hiato sociológico e, necessariamente, científico existente em relação a estudos que focam a transexualidade em Portugal. Também era evidente um hiato concernente à proteção jurídica desta população, porém este foi colmatado há relativamente pouco tempo com a introdução, e posterior remodelação, de legislação específica, não querendo isto dizer que todas as necessidades destes indivíduos estejam supridas. Outro hiato que se mantém na realidade nacional é relativo à esfera social, concretamente: a falta de informação sobre e a falta de visibilidade da transexualidade, revelando a necessidade de alargar o conhecimento sociológico desta situação social.

Procurando compreender os contextos e as vivências das pessoas transexuais, o principal objetivo desta dissertação é perceber se a heteronormatividade influencia a construção da identidade social dos indivíduos transexuais. E mesmo não sendo um dos nossos objetivos tecer teoria acerca deste tema, pretendemos dar voz aos indivíduos transexuais, para que se dissipe um pouco da invisibilidade que os rodeia. Para isso, em suporte a esta investigação, foi accionada a metodologia qualitativa, fazendo recurso das técnicas de entrevista semi-estruturada - tendo sido entrevistados oito homens transexuais e uma mulher transexual - e a de análise documental - onde foi analisada a legislação existente referente à identidade de género.

Os resultados permitem-nos dizer que a importância e influência da cultura heteronormativa aplicam a sua influência nesta população. Recolhemos comportamentos, atitudes, maneiras de pensar e agir que correspondem à perpetuação do binarismo de sexo e às restantes dimensões que fazem parte da heteronormatividade. No entanto, foram encontradas também nuances nestes indivíduos que mostram haver um desafio às regras sociais instauradas.

Palavras-chave

Heteronormatividade, identidade de género, transexualidade, metodologia qualitativa, entrevista.

Abstract

The relevance and motivation to elaborate this investigation arises with the discovery of the sociological and scientific gap existing about studies focusing on transsexuality in Portugal. Also, was evident a hiatus about juridical protection that focused this population; however, this was an end recently with introduction and remodulation of specific legislation, but this doesn't mean the needs of these individuals haven't all been suppressed yet. Another gap that still present on our national reality is related to social sphere: the lack of information and lack of visibility around this phenomenon.

Seeking to understand the contexts and experiences of transsexual people the aim of this dissertation is to comprehend if the heteronormativity has some influences the construction of social identity of transsexual individuals. Even if elaborate theory isn't one of ours goals about this subject, we intend to give voice to transsexual individuals to dissipate some of invisibility that surround them. For this to support the present investigation it was used the qualitative methodology, whose techniques used were the semi-structured interview. For this were interviewed eight transsexual men and a transsexual woman, the documental analysis was gender identity legislation was analyzed.

The results of this empirical study allow us to say that the heteronormative culture is strong enough to influence this population. We collect behaviors, attitudes, ways of thinking and acting which correspond to the maintenance of sex binarism and another dimensions that belongs to heteronormativity. Otherwise, nuances have also been found in these individuals who show a challenge to the established social rules.

Keywords

Heteronormativity, gender identity, transsexuality, qualitative methodology, interview.

Índice

Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico	5
Capítulo 1. Género, sexo e identidades de género	5
1.1 Da socialização à Performatividade de género	9
1.2 As propostas da Teoria Queer e da Interseccionalidade	13
Capítulo 2. Debates e dilemas da sexualidade	21
2.1 A história da sexualidade	27
2.2 As diferentes facetas da sexualidade	31
Capítulo 3. Transexualidade e Cidadania: a transexualidade como fator de vulnerabilidade às exclusões e desigualdades sociais	37
3.1 Ser transexual: exclusão ou discriminação social?	39
3.2 Algumas estratégias para a inclusão dos indivíduos transexuais	43
Parte II - Análise Empírica	49
Capítulo 1. Opções metodológicas e o delinear da pesquisa	49
1.1 Das questões de partida ao modelo de análise	49
1.2 Metodologias de investigação	52
1.2.1 Metodologia qualitativa	53
1.3 Técnicas de recolha de dados	55
1.3.1 Entrevista	57
1.3.2 Análise documental	59
1.3 Unidades amostrais	60
Capítulo 2. Análise do objeto de estudo	63
2.1 De um “completo vazio legislativo” à lei nº 38/2018	63
2.2 Análise compreensiva dos dados recolhidos	68
2.2.1 Análise das entrevistas	68
Notas finais	85
Bibliografia	91
Anexos	97

Lista de Figuras

Figura 1 - Quadro resumo da politização da saúde	33
Figura 2 - Crimes e incidentes discriminatórios motivados pelo ódio contra pessoas LGBTI em Portugal.....	40

Lista de Tabelas

Tabela 1. Operacionalização do conceito “Sexo”

Tabela 2. Operacionalização do conceito “Gênero”

Tabela 3. Operacionalização do conceito “Identidade de gênero”

Tabela 4. Operacionalização do conceito “Sexualidade”

Tabela 5. Operacionalização do conceito “Papéis de gênero”

Tabela 6. Operacionalização do conceito “Heteronormatividade”

Tabela 7. Operacionalização do conceito “Exclusão”

Tabela 8. Caracterização sociodemográfica dos indivíduos entrevistados

Lista de Acrónimos

CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
DSM	Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
FRA	A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Interssexo
OMS	Organização Mundial de Saúde

Introdução

A transexualidade trata-se de uma minoria sexual (Saleiro, 2013; Bento, 2006), o que faz dela estar mais exposta à violência, à discriminação, à exclusão e ao assédio (Davis, 2017). Todavia, são cada vez mais as recomendações - nacionais e internacionais - para que sejam aplicadas medidas e/ou seja contemplada a categoria “identidade de género” em planos para a igualdade (Saleiro, 2013). A legislação que lhe é específica foi tardia - a primeira lei de identidade de género, em Portugal, entrou em vigor em 2011 -, no entanto, aquando do seu surgimento, posicionou-se como uma das mais avançadas a nível europeu (Saleiro, 2013). Mais recente, em Agosto de 2018, entrou em vigor em Portugal, uma outra lei que permite a autodeterminação a partir da maioridade; isto é, é possível um indivíduo com mais de 18 anos ir solicitar a sua mudança de assento de nascimento no Registo Civil sem precisar de uma declaração médica a comprovar que de facto é transexual. Mantendo-se para os indivíduos menores de idade a necessidade de apresentarem um diagnóstico médico de disforia de género. Sendo que esta última lei que entrou vigor, revogando a anterior, apresenta tanto de inovadora como polémica e não apresenta um consenso entre aqueles que lhe são elegíveis, como iremos averiguar mais no fim desta dissertação.

O nosso maior interesse em realizar este estudo surge precisamente por se ter verificado uma lacuna a nível social - marginalização e exclusão social, nas suas diversas formas de coexistência (Saleiro, 2013; Bento, 2006; Davis, 2017), como supramencionado. Ademais, o hiato a nível científico e sociológico em Portugal quanto à população transexual também é real (Saleiro, 2013). Estes vazios devem ser colmatados, principalmente, o de índole sociológica para que haja um conhecimento fidedigno acerca desta população e das suas necessidades específicas. Durante muito tempo a transexualidade não foi abordada pela ciência e quando finalmente o foi, foi através da Medicina¹ (Saleiro, 2013), onde foi alvo de um processo de patologização. O domínio desta abordagem conjuntamente com o facto das ciências sociais, mais especificamente a sociologia, não darem a devida atenção a este tema, negligenciando-o, fez com que durante muito tempo, mais do que no caso de outras identidades de género minoritárias, a transexualidade não fosse vista como um fenómeno social. Garfinkel (1967) foi o primeiro a estudar estas questões fora da medicina e da psicologia, tendo sido, conseqüentemente, o pioneiro em trazê-las para a esfera da Sociologia (Saleiro, 2013). Especificamente em Portugal, a investigação pioneira na Sociologia sobre este tema foi feita por Sandra Saleiro (2013) e foi um importante passo para que houvesse um entendimento deste fenómeno como social e mostrasse, conseqüentemente, a importância de este ser estudado pelas ciências sociais. Devido a este tema ter começado a ser estudado há

¹ Até 1995 era proibida a realização das cirurgias de mudança de sexo em Portugal, porém, noutros países estas já eram realizadas (Saleiro, 2013).

relativamente pouco tempo, principalmente em Portugal, e não ter havido muitos estudos que lhe dessem seguimento, ainda se vê um grande vazio nesta área que é necessário combater, pois continuam a existir partes do fenómeno que ainda faltam compreender.

A invisibilidade pela qual os indivíduos transexuais passam - tal como a marginalização, exclusão social, a discriminação, etc. supramencionadas - é facilmente perceptível² se tivermos em conta que há padrões dominantes na sociedade, aos quais a transexualidade não pertence. Quando falamos destes padrões dominantes referimo-nos, neste caso, à heteronormatividade. Esta caracteriza-se por práticas culturais, legais e institucionais (Wittig, 1992; Kitzinger, 2005; Schilt e Westbrook, 2009) assentes num pressuposto normativo cisgénero, que assume que existem apenas dois sexos e conseqüentemente duas identidades de género (e que são vistos como opostos, homem e mulher), bem como a manutenção da heterossexualidade como orientação sexual vigente (catalogando todos os indivíduos que tenham uma outra orientação sexual como desviantes), o que em termos de práticas sociais leva a que apenas o casamento entre duas pessoas do sexo oposto, pois não é visto como natural e/ou normal haver outro tipo de relacionamento amoroso/sexual (Wittig, 1992; Kitzinger, 2005; Schilt e Westbrook, 2009). A heteronormatividade é um conceito central nesta investigação, visto ser uma das variáveis centrais de toda a redação da mesma e peça central do nosso modelo analítico. No entanto, este não é o único conceito central nesta investigação, apresentamos mais seis: exclusão, sexualidade, papéis de género, sexo, género e identidade de género.

Quando realizar uma dissertação era apenas um projeto, já tínhamos a - quase - certeza de que esta seria sobre transexualidade. O interesse neste tema já tinha sido despoletado aquando da realização do nosso projeto final de licenciatura acerca de crianças transexuais - e se pouca bibliografia existe sobre transexualidade, mais escassa é quando tentamos afunilar o tema e pesquisar sobre algo mais específico dentro da temática. Falar de transexualidade é o mesmo que falar de indivíduos que apresentam uma descoincidência entre o seu sexo e o seu género, quer isto dizer que a imagem que o indivíduo vê ao espelho não é a que deseja ter, e não se trata de uma questão meramente estética, trata-se de uma não identificação com o seu corpo ou partes específicas do seu corpo que comportam, por exemplo, caracteres sexuais secundários do sexo com o qual este não se identifica (Saleiro, 2013; Davis, 2017).

Esta pode ser também apelidada por “perturbação de identidade de género” ou “disforia de género” e é assim, inclusivamente, que aparece no *DSM - Diagnostic and Statistical Manual of*

² Antes de começar a presente investigação antevimos a dificuldade que teríamos em encontrar indivíduos transexuais para entrevistar, no entanto, acabamos por conseguir realizar 9 entrevistas, das quais a maior parte obtivemos através de “amostragem no local virtual” (Saleiro, 2013:115). Foram as próprias pessoas que, através da obtenção de conhecimento do estudo através da publicitação do mesmo nas redes sociais e/ou sites específicos LGBT, se voluntariaram para tal.

Mental Disorders (Saleiro, 2013) como o *mal-estar sentido* pelos indivíduos que apresentam esta incongruência entre sexo e género. No entanto, todos os indivíduos ditos transexuais apresentarão um mal-estar que justifique o rótulo de doença e, ademais, doença mental? Na Classificação Internacional de Doenças (CID), concebido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a transexualidade foi tida como uma doença mental até 2018; aquando da sua última atualização e publicação foi criado um novo capítulo dentro desta coletânea de doenças para que os indivíduos transgénero e/ou transexuais continuem a ter acesso aos cuidados médicos necessários, mas sem ter de ser classificada como uma doença do foro psicológico.

Convém também termos em conta que a medicina é importante para vários indivíduos transexuais, mas não para todos. Quer isto dizer que nem todos os indivíduos que se consideram transexuais sentem necessidade de intervenções médicas e/ou cirúrgicas para serem reconhecidos com o género correto, aquele que estava “escondido”³ e que é verdadeiramente o seu. Então significará isto que existe mais do que uma forma de construir a identidade de género dos indivíduos transexuais? É precisamente perceber se a heteronormatividade do contexto envolvente condiciona a identidade de género destes indivíduos o objetivo principal desta dissertação. Sendo os objetivos específicos delineados por nós os seguintes:

- Confrontar os papéis de género no contexto da transexualidade;
- Aferir as experiências e perceções de pessoas transexuais quanto aos papéis de género a que foram expostos ao longo do seu percurso de vida;
- Explorar se a transexualidade desafia a heteronormatividade ou se a perpetua;
- Averiguar quais os elementos constitutivos da identidade social de um indivíduo transexual;
- Perceber qual a importância que a mudança legal de sexo e de nome e a mudança física de sexo tem para a construção da sua identidade.

Para conseguir dar resposta aos objetivos a que nos propusemos responder, convocámos uma abordagem metodológica de tipo qualitativa, pois é esta que nos dá as ferramentas necessárias para fazer uma investigação em profundidade, bem como *dar voz* aos indivíduos estudados, segundo Ragin e Amoroso (2011), o que no caso era o claramente pretendido. Para um tema como a transexualidade, ainda pouco explorado, justifica-se uma estratégia mais do

³ Pela lei em vigor atualmente em Portugal a autodeterminação é possível a partir da maioridade; isto é, é possível um indivíduo com mais de 18 anos ir solicitar a sua mudança de assento de nascimento no Registo Civil sem precisar de uma declaração médica a comprovar que de facto é transexual. Mantendo-se para os indivíduos menores de idade a necessidade de apresentarem um diagnóstico médico de disforia de género. Sendo esta a última lei que entrou vigor - também em 2018 - apresenta tanto de inovadora como polémica e não apresenta um consenso entre aqueles que lhe são elegíveis.

tipo indutivo, não obstante termos construído corpo teórico onde procurámos recensear a investigação existente nesta área. Ainda assim considerando que muito há por fazer e saber nesta temática, no nosso projeto grande protagonismo é dado ao objeto de estudo, ao saber, às pessoas transexuais com quem falámos e foi nesse sentido que a técnica de entrevista foi acionada para que o discurso e a reflexão destes agentes fosse captado na primeira pessoa.

A dissertação está dividida em duas partes: uma parte teórica, onde são apresentadas teorias e conceitos que considerámos enquadrarem devidamente a presente dissertação, nomeadamente são revisitados conceitos como sexo, género, identidade social, identidade de género, sexualidade, e discutidas teorias como a teoria da socialização, a teoria *queer*, a teoria da performatividade e algumas teorias da exclusão social. São ainda debatidos os problemas com que esta população se depara e apresentam-se algumas soluções propostas por autores que estudam o tema. A segunda parte do documento é de cariz metodológico e empírico, onde se apresentam as opções analíticas. Estão explanadas com mais detalhe a metodologia e as técnicas a usar na presente investigação e onde posteriormente se apresentam e discutem os resultados da recolha de dados. Mais concretamente da análise documental - análise da legislação existente em Portugal referente à identidade de género - e da análise das entrevistas realizadas especificamente para esta dissertação, cujo guião e as respetivas sinopses se encontram em anexo. No último ponto desta parte é feita uma reflexão final sobre o projeto empreendido em que se sugerem pistas para investigações futuras.

Parte I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 - Género, sexo e identidades de género

Várias são as palavras, definições e/ou teorias usadas para descrever o que é género e sexo e na sociedade, tal como a conhecemos, existem várias dicotomias com as quais estes conceitos acabam por ser relacionados: corpo/mente; razão/emoção; natureza/cultura; homem/mulher; género/sexo, entre outras. Segundo Foucault (1982), a sociedade contemporânea ocidental tem a necessidade na existência de uma definição concreta do que é 'sexo' e Connell e Pearse (2002; 2015) asseguram que existe uma *ordem de género* e que o "policiamento" para a manutenção dessa ordem é real. O nosso discurso pretende partir destas premissas: dicotomia sexo/género e as afirmações de Foucault e Connell e Pearse supracitadas. É nosso objetivo neste primeiro capítulo apresentar estes dois conceitos e apresentar, mais pormenorizadamente, teorias passíveis de os debater.

O género, antes de mais, pode-se intitular como uma área em si mesma e está a ganhar cada vez mais espaço entre os estudos nas ciências sociais, e não só. Esta é uma área que deve ser interdisciplinar (Almeida, 1995) e multidimensional (Costa, 1994), logo deve ser cruzada com outras para haver uma melhor explicação dos fenómenos. Mais do que isso, numa abordagem interseccional (Crenshaw, 1989; Romero, 2018) devem ser analisadas as diversas variáveis que constituem o fenómeno concomitantemente, pois nenhum fenómeno é vivido nem pode ser estudado de forma unidimensional, e o género não é exceção (Romero, 2018). Alguns autores defendem tratar-se de uma estrutura social - ou seja, o género como uma categoria estruturante na sociedade que nos transmite regras e papéis de forma a que cada indivíduo saiba como agir e manter a ordem na sociedade tal como a conhecemos - e há ainda outros que o consideram como fazendo parte do sistema político - quando há campanhas de índole política referentes à igualdade salarial, ao sexismo, à discriminação relativa ao género, etc., ou seja, a partir do momento em que o género começa a fazer parte da agenda política e a haver mudanças em função dele (Davis, 2017; Connell e Pearse, 2002; 2015; Beauvoir, 2015; Costa, 1994).

O sexo é atribuído à nascença (ou mesmo antes disso, visto que hoje é identificável antes do nascimento) e há um género que, imediatamente, lhe é associado, tendo em conta o órgão sexual que o feto apresenta (Costa, 1994; Davis, 2017). Isto é, se for vislumbrado um pénis e testículos, de imediato, àquele feto ou àquele recém-nascido vai-lhe ser atribuído o sexo

masculino e, conseqüente e concomitantemente, o gênero masculino; por sua vez, se o feto ou a recém-nascida possuir uma vulva, então, ser-lhe-á atribuído o sexo feminino e, pela mesma lógica anteriormente apresentada, o gênero feminino (Davis, 2017). Podemos, assim, atrever-nos a dizer que “o sexo biológico é a primeira marca” (Silveira, 2006:25) que o indivíduo terá e que o gênero, seguindo este raciocínio, é caracterizado em função do sexo. A partir do momento em que são associados um sexo e um gênero a uma determinada criança, começa também a construção da sua identidade (Bento, 2006; Davis, 2017). Socialmente pressupõe-se a correspondência entre sexo e gênero, no entanto, no desenvolvimento de cada indivíduo pode não ser assim tão linear e há, inclusive, várias formulações distintas (transexualidade, quando o gênero e o sexo não coincidem; gênero fluído, quando o indivíduo vai alternando a sua identidade de gênero, não sendo esta fixa nem como homem nem como mulher; intersexo, quando um indivíduo apresenta características físicas ou composição hormonal ambígua, que não expressa um sexo ou o outro; gênero não binário, quando o indivíduo não se identifica e/ou rejeita os rótulos de identidade de gênero) (Davis, 2017).

Surge, então, uma questão pertinente no decorrer desta discussão conceptual - que já se trata de uma prática naturalizada que os pais e as mães fazem a partir do momento que ouvem o ou a obstetra dizer que é um menino ou uma menina⁴: “is sex identity something that can or should ever be administratively determined for us by others at birth?” (Karkazis, 2008 *in* Davis, 2017:34). Para além de pertinente, trata-se de uma pergunta de difícil resposta, pois apesar de os indivíduos nascerem com, pelo menos, um órgão sexual não significa que saibam quais os papéis sociais que têm de reproduzir. Não nascem a saber ser homem ou mulher (Costa, 1994), mas, mais do que isso, não nascem com uma identidade de gênero formada, logo não sabem qual o gênero com que se identificam e que mais tarde irão exteriorizar.

Todavia, apesar desta associação entre sexo e gênero, autores e autoras como, por exemplo, Simone de Beauvoir (2015), Connell e Pearse (2002; 2015) e Davis (2017), deram contributos para uma distinção entre os dois conceitos ao se referirem ao sexo como uma categoria que deriva da biologia do indivíduo e ao gênero como uma categoria socialmente construída. De alguma forma, porém, esta distinção é mais uma forma de dicotomização. Outras propostas surgiram, de autoras como Butler (1990; 2017) que argumenta que tanto o sexo como gênero são categorias construídas socialmente, em que não há uma base biológica que possa fundamentar nenhuma destas categorias. Mas Camille Paglia (2018) (que sustenta o seu feminismo como anti-feminista) opõe-se totalmente à teoria de Butler e diz que o gênero não é construído, antes pelo contrário, acredita que este tem uma forte base na biologia, tal como o sexo.

⁴ Podendo até, o pai e/ou a mãe, sentir ofensa quando alguém confunde o sexo do seu bebé. Esta atitude denota, só por si, o marcador importante e demarcado que é o gênero.

O binarismo de sexo que existe na maioria das sociedades é facilmente constatado e igualmente fácil de provar, basta observar aquilo que as pessoas vestem, os acessórios que usam, os locais que frequentam, a maneira como se expressam ou falam, atitudes e comportamentos que são interiorizados e reproduzidos, os interesses que cada um tem e até a forma como ocorrem as interações sociais (Bento, 2006; Barbieri, 1993; Connell e Pearse, 2002; 2015; Silveira, 2006; Costa, 1994) e observar que se separam, essencialmente, em dois grupos: homens e mulheres. É incutido às meninas vestirem rosa e usarem saias e vestidos, brincarem com bonecas, terem brincadeiras de índole mais familiar/maternal e menos perigosas e estas são tratadas de forma mais cuidadosa, como se se tratassem de um ser mais frágil e sensível; enquanto que os meninos são incitados a usar azul, brincar com carros e motos, a ser mais aventureiros e destemidos, jogar à bola e são, desde pequenos, tratados com maior firmeza (Davis, 2017; Bento, 2006; Almeida, 1995; Costa, 1994). Ou seja, desde cedo é incutido o papel passivo ou expressivo⁵ ao sexo feminino e o papel ativo ou instrumental⁵ ao sexo masculino. Devido a haver uma distinção tão forte entre homens/rapazes e mulheres/raparigas o processo de reconhecimento dos comportamentos que uma criança tem de adquirir não é difícil. Esta distinção é norteada pelas normas e papéis sociais e está tão vincada na sociedade que não é questionada ou de forma consciente seguida (Costa, 1994).

Para além disso, traz limitações àqueles que não se posicionam nem num dos extremos nem no outro, pois as ambiguidades de género “can be an object of fascination and desire, as well as disgust” (Connell e Pearse, 2002; 2015:7). Segundo Schouten (2011) há pelo menos 150 culturas de índios da América do Norte que reconhecem um terceiro género, os chamados *berdaches* ou *two-spirit* (normalmente, são biologicamente homens, mas vestem roupas e assumem uma maneira de ser e estar tipicamente feminina). Não obstante, na Índia e no Bangladesh existem as chamadas *hijras*: homens que se vestem de mulher, chegando alguns a fazer até castração. Por sua vez, no sudeste asiático, o género não é tido como uma categoria estrutural quanto ao estatuto social, por exemplo, e são diversas as sociedades que apresentam mais géneros do que aqueles apresentados numa abordagem essencialista (Schouten, 2011). Existe, inclusive, um povo que tem na sua cultura cinco géneros (Davies, 2007 in Schouten, 2011) (masculino, feminino, *bissu* - “combinam de forma perfeita as características femininas e masculinas” (Schouten, 2011:38)-, *calalai* -biologicamente mulheres com expressão de género masculina-, *calabai* -biologicamente homens com expressão de género feminina). Na zona de Surabaya é tão habitual haver outros géneros fora do binarismo de sexo que até são contemplados no que toca às casas de banho públicas. Schouten (2011) relata-nos ainda um caso no continente europeu: as *sworn virgins*, no Norte da Albânia, dada a importância em haver pelo menos um rapaz em cada família, de forma a

⁵ Talcoltt Parsons definiu os chamados papéis sexuais. Estes foram elaborados tendo em conta as diferenças sexuais - marcadas pela biologia - e atribuiu o papel expressivo à mulher e o papel instrumental ao homem (Hita, 2005).

que o sustento e a honra sejam assegurados, quando não nasce ou não sobrevive nenhum rapaz, uma das filhas, normalmente a mais nova, vai ser ensinada e vai crescer tendo como referenciais os papéis sociais de gênero tipicamente associados aos homens/rapazes, podendo assumir apenas, a partir daí, o papel masculino.

Estas questões relacionadas com o sexo/gênero trazem maior preocupação a quem não se encaixa na norma, pois estas podem influenciar, de forma acentuada, o seu dia-a-dia - caso dos indivíduos intersexo ou transexuais⁶ (Davis, 2017) - na forma de violência, discriminação, etc. Hoje em dia ainda podemos parafrasear algo escrito em 1990 por Butler (1990; 2017:87): “é-se de um gênero na medida em que não se é do outro gênero” - e a autora continua - “formulação que supõe e reforça a restrição de gênero dentro desse par binário”. Ou seja, este binarismo está bastante enraizado na sociedade e não deixa espaço para outras identidades, havendo tensões entre o que é considerado norma e o que é visto como desviante (Butler, 1990;2017).

Butler (1990; 2017), em jeito de exemplo vai mais longe, relata que abandonar esta dicotomia e ver o sexo e o gênero como independentes⁷ faz com que a um corpo - vendo-o como uma ‘folha em branco’ - tanto possa corresponder um gênero feminino como um masculino; tal como nos havia já dito Simone de Beauvoir (2015:13): “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Isto é, seguindo a ideia de que o gênero e o sexo apenas correspondem paralelamente quando o indivíduo é cisgênero⁸, para se ser mulher não se tem de nascer no sexo feminino. Há uma panóplia de identidades de gênero que não têm de se restringir à ordem binária, descrita anteriormente. Por exemplo, não é por se nascer com os órgãos reprodutores femininos, ter aparência ou mesmo seguir os comportamentos alusivos ao sexo feminino que o indivíduo se tem de identificar a esse gênero ou sexo necessariamente.

Identidade de gênero, define precisamente esse sentimento de gênero (Trans Student Educational Resources, s/d). Para Stoller (1968 *in* Connell e Pearse, 2002; 2015:103), trata-se do “envolvimento nas relações de gênero e práticas sexuais” e será um dos marcadores que o indivíduo terá (Butler, 1990; 2017). Não se trata de um processo linear, “às vezes, o desenvolvimento da identidade de gênero resulta em padrões intermediários, misturados ou bastante contraditórios” (Connell e Pearse, 2002; 2015:6-7), quer isto dizer que um indivíduo pode apresentar tanto características que normalmente são associadas ao sexo masculino como características associadas ao sexo feminino, aquando da sua construção enquanto ator

⁶ Embora haja situações em que pessoas dentro da norma (cisgênero, heterossexuais, brancas, dentro do padrão de beleza, etc.) sofram discriminação por características que possuem que não são tão bem aceites na sociedade (deficiência, por exemplo).

⁷ “Assumir um sistema binário de gêneros preserva implicitamente a crença numa relação mimétrica entre gênero e sexo, em que gênero espelha o sexo ou é por ele restringido” (Butler, 1990; 2017:62).

⁸ Indivíduos que assumem uma congruência com o gênero que lhes foi atribuído à nascença (Jesus, 2012).

social. Algo que vamos discutir mais tarde é como este marcador de identidade afeta os indivíduos que têm identidades consideradas como desviantes.

Em toda esta complexidade conceptual, há uma definição que se destaca e que hoje em dia está mais disseminada: sexo é biológico e género é social. Esta é de resto a conceptualização de base ao conceito de *mainstreaming* de género, que informa as políticas promotoras da igualdade de género a nível europeu e mundial (Lombardo, 2003). Esta conceptualização considera o sexo como imutável e definido à nascença, após uma ‘inspeção’ dos órgãos genitais (Costa, 1994; Silveira, 2013; Davis, 2017). O género, por sua vez, é construído socialmente através da cultura que cada sociedade tem e, por isso, pode ser considerado como mutável - cada sociedade assume uma definição de género diferente, consoante as normas sociais (papéis sociais de género) que tem estabelecidas. Pode apresentar alterações ao longo do tempo, logo não se apresenta como estático. Os papéis sociais são diferentes para homens e mulheres, logo o género é percecionado como uma razão da desigualdade social (Giddens, 2010). Teresita Barbieri (1993:149) define os sistemas de género/sexo como “os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais” que se constroem à volta desta dicotomia, tendo por base as diferenças anatómicas e fisiológicas que dão aval às relações entre os indivíduos sexados. Estes papéis sociais de género são considerados como “scripts for identity” por Appiah (s/d, *in* Davis, 2017), pois servem de guião (*script*) para um comportamento coerente com o seu sexo de nascença. É neste contexto que se fala de socialização de género, que desenvolveremos de forma mais detalhada no ponto seguinte.

A teoria *queer* vem, precisamente, questionar este binarismo - não só homem/mulher como também natureza/cultura - e questionar a norma em que está assente a heterossexualidade e os papéis sociais de género - heteronormatividade. O género e o sexo, nesta teoria são vistos de formas diferentes do supracitado; fala-se nesta teoria de *performances* (Butler, 1990; 2017). As performances de género traduzem-se na repetição de atos e/ou ações, em que não há uma forma correta para haver essa apropriação. Ou seja, não há uma fórmula pré-determinada do que poderá significar ‘género’, nem tão pouco é associado à cultura ou está dependente da categoria ‘sexo’ (Butler, 1990; 2017).

1.1 Da Socialização à Performatividade de Género

Comecemos por escrutinar a teoria da socialização. Nesta teoria a distinção entre sexo e género é dicotómica: o sexo é visto como biológico - correspondente às categorias biológicas de feminino e masculino, baseada nas características físicas dos indivíduos - e o género é visto como uma construção social - referente às normas sociais e culturais (os tais *scripts for identity* supracitados) (Davis, 2017). Giddens (2010:110) refere que “(...) uma criança nasce com o primeiro [sexo] e desenvolve-se com o segundo [género]”, sendo uma possível forma de corroborar a ideia de Appiah (s/d *in* Davis, 2017) supramencionada. Podemos ainda acrescentar que estes conceitos se encontram em polos opostos e não há mais nenhuma

categoria entre o social e o biológico para as definir. Isto, leva-nos, então, à justificação do uso dos conceitos ‘dicotómico’ e ‘binário’ para nos referirmos ao sexo/género.

Esta teoria considera que é através da aprendizagem das normas que são inerentes a cada sexo - os papéis sociais de género -, seguindo o exemplo e os ensinamentos dos agentes de socialização primários (família e escola) e secundários (grupos de pares, media, etc.), que esta teoria se concretiza (Giddens, 2010; Connell e Pearse, 2002; 2015). Ora, estas normas não são iguais para homens e mulheres e como esta teoria posiciona os indivíduos essencialmente como recetáculos, sem espaço para adaptarem e intervirem sobre a realidade social, de forma a construírem a sua própria identidade, o género torna-se uma das formas mais basilares de desigualdade social (Giddens, 2010), porque o indivíduo está condicionado pela estrutura ao seu papel social de género. Para além disso, há ainda a assunção de que as categorias de sexo biológicas, que levam aos estereótipos de género, “são características pessoais imutáveis com as quais nós nascemos e não podemos alterar” (Davis, 2017:29).

Prova disso é que o homem e a heterossexualidade são socialmente representados como o sexo forte e a norma, respetivamente, como constata esta teoria. A mulher é representada como uma continuação do homem, mas de uma forma desviante e impura, quase imperfeita (Bozon, 2004; Schouten, 2011); tudo se poderia resumir a uma escala de perfeição em que a mulher ocuparia o grau da ‘imperfeição’ e o homem ocuparia o lugar oposto, o da ‘perfeição’ (Bozon, 2004). No polémico livro de Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe* (1949; 2015), esta tenta desconstruir alguns mitos que há em torno das mulheres. O título, já por si polémico, aponta para a submissão e o segundo plano que as mulheres ocupavam, em todas as esferas da sociedade. Mas Beauvoir de alguma forma perpetua o binarismo de sexo ao considerar que só existem homens e mulheres e não há mais nenhuma categoria para onde os indivíduos possam fluir. Apesar de na sua icónica frase referida anteriormente “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1949; 2015:13) parecer dar a entender que havia uma certa liberdade para cada um construir a sua identidade fora da norma e, conseqüentemente, longe desta dicotomia. Ao fechar as questões de sexo e género ao binarismo as opções de (auto) construção estão à partida limitadas.

Analisando a teoria da socialização, e o que foi escrito alusivo a ela, podemos averiguar que não existe um equilíbrio social entre os sexos feminino e masculino nem um equilíbrio social entre as várias orientações sexuais, o que leva, conseqüentemente, à sujeição de um sexo, neste caso, o feminino a discriminações, estereótipos, violência, etc., relacionada com esta dimensão social. A teoria da socialização está assente na heteronormatividade. Uma prova disso é o facto de se descrever o clitóris e os lábios vaginais como variações do pénis e dos testículos (Davis, 2017), ou o seu corpo, neste caso, como figura principal que serve de exemplo para a descrição do corpo da mulher. Mas, há outros exemplos: o facto de apenas a heterossexualidade ser legitimada socialmente ou ainda o facto de apenas serem reconhecidos dois sexos e haver uma hierarquia social que os comanda. Podemos então dizer

que quando há uma tentativa de forçar um género a um sexo não se está “(...) só a fazer género, mas também a fazer heteronormatividade” (Schilt e Westbrook, 2009:444). Mas do que falamos mais quando nos referimos à heteronormatividade e o que esta pode implicar? Analisemos algumas propostas de definição:

“The term “heteronormativity” is widely used in contemporary political, social, and critical theory to describe socio-legal (e.g., Phelan 2001), cultural (e.g., Lancaster 2003), organizational (e.g., Grace 1999), and interpersonal (e.g., Blasius 2000) practices that derive from and reinforce a set of taken-for-granted presumptions relating to sex and gender. These include the presumptions that there are only two sexes; that it is “normal” or “natural” for people of different sexes to be attracted to one another; that these attractions may be publicly displayed and celebrated; that social institutions such as marriage and the family are appropriately organized around different-sex pairings; that same-sex couples are (if not “deviant”) a “variation on” or an “alternative to” the heterosexual couple. *Heteronormativity refers, in sum, to the myriad ways in which heterosexuality is produced as a natural, unproblematic, taken-for-granted, ordinary phenomenon*⁹.” (Kitzinger, 2005:478).

“Cultural, legal, and institutional practices that maintain normative assumptions that there are two and only two genders, that gender reflects biological sex, and that only sexual attraction between these “opposite” genders is natural or acceptable (Kitzinger 2005). Heterosexuality plays a central role in “maintaining the gender hierarchy that subordinates women to men” (Cameron and Kulick 2003, 45).” (Schilt e Westbrook, 2009:441).

“Los discursos que nos oprimen muy en particular a las lesbianas, mujeres y a los hombres homosexuales dan por sentado que lo que funda la sociedad, cualquier sociedad, es la heterosexualidad. (...) Estos discursos de heterosexualidad nos oprimen en la medida en que nos niegan toda posibilidad de hablar si no es en sus propios términos y todo aquello que los pone en cuestión es enseguida considerado como «primario»” (Wittig, 1992; 2006:49).

Através dos contributos dos autores e das autoras referenciados anteriormente, podemos dizer que a heteronormatividade é estabelecida através de práticas culturais, legais e institucionais. Tende a definir e manter a norma de que existem apenas dois géneros e que estes derivam do sexo biológico, que é igualmente binário. A norma também estabelece diretrizes quanto à atração sexual/casamento definindo que apenas indivíduos do sexo oposto se podem atrair sexualmente e/ou casar - heterossexualidade como norma e vista como natural. Pretende ter definidos culturalmente os papéis que cada um tem de assumir - na família e/ou na sociedade -, bem como o corpo de cada um e de cada uma tem de ser, etc. Tudo isto pressupõe uma hierarquia que tem o homem como figura dominante perante a mulher; uma dominação do homem heterossexual perante o homem homossexual e uma dominação dos indivíduos cisgénero perante os transgénero. Tudo isto é passível de ser notado através dos discursos e das práticas vigentes na sociedade (Bento, 2006; Schilt e

⁹ Itálico feito pela autora.

Westbrook, 2009; Kitzinger, 2005), das quais também fazem parte a discriminação, o discurso de ódio, a homofobia ou transfobia, onde a crítica da conduta não heteronormativa é sancionada de forma mais ou menos extrema.

Algo característico da teoria de socialização de género é que é esperado que os mesmos agentes de socialização que incutem as normas de género aos indivíduos, mantenham a ordem social ou “gender order”¹⁰ e daí o papel de pressão social das instituições. E é o facto de esta ordem estar tão enraizada e naturalizada na sociedade que a faz ser vista como algo natural e é esta mesma ordem que faz com que seja possível e expectável o fácil reconhecimento de um homem/rapaz e de uma mulher/rapariga (Giddens, 2010; Connell e Pearse, 2002; 2015). Todavia, nem todos e todas correspondem à norma e nem todos e todas apresentam as características que os e as fazem ser imediatamente lidos como rapazes ou como raparigas. Uma das razões de haver um número elevado de casos de discriminação perante os indivíduos trans, em geral, deve-se a não apresentarem uma imagem que seja facilmente descodificada em termos de sexo/género; a sociedade estranha, pois só reconhece dois sexos, e reage tendencialmente com discriminação e rejeição (Davis, 2017).

Apesar da teoria parecer sólida e bem fundamentada, sendo a teoria prevalecente na maioria das sociedades e utilizada largamente em investigações e por peritos e peritas em Igualdade de Género, e apresentar como ponto forte o facto de ter como agentes de socialização instituições centrais da sociedade¹¹, Connell e Pearse (2002; 2015) apontaram-lhe uma série de falhas e mostram que deve ser abandonada pelas seguintes razões:

- 1) Apresenta-se como demasiado linear. Como as autoras explicam, devido às globalizações, migrações, colonização, houve uma junção de tradições que levaram a que houvesse alterações ao nível de uma mesma cultura. Haver mudanças constantes daquilo que pode ser a masculinidade ou feminilidade “complica o cenário de aprendizagem” (Connell e Pearse, 2002; 2015:97), o que torna esta teoria, segundo estes autores, não confiável no que toca à explicação do género/sexo;
- 2) Reduz-se ao ensinamento de traços/características, que têm de ser seguidos e que serão os diferenciadores entre homens e mulheres. O problema, neste caso, é que esses traços nem sempre são perceptíveis ou facilmente detetados, mesmo havendo uma grande diferença entre os traços tipicamente masculinos e femininos;

¹⁰ Padrões de género implementados na sociedade (Connell e Pearse, 2002; 2015).

¹¹ Estas instituições sociais são importantes para a aprendizagem de género, porém cada uma tem a sua função e não é linear e desintrincada, como a teoria da socialização quer fazer parecer. Dentro de cada instituição pode haver diversas ideias de masculinidade e feminilidade, nenhuma de somenos importância, logo haverá uma diversidade de aprendizagens concomitantemente, que cada indivíduo teria de gerir à sua maneira.

- 3) Vê os agentes de socialização como ativos e os que estão a aprender como passivos. Apesar de haver esta tendência, os que estão a aprender são mais do que meros recetáculos (Connel e Pearse, 2015; Sales Oliveira, 2018), pois só apropriam tudo o que é comportamento de género ensinados pelos agentes, como ainda os questionam. Esta teoria não prevê que haja outras fontes de aprendizagem, no entanto, estes, muitas vezes fazem e aprendem género entre pares na escola, no recreio, etc. (Pereira, 2012; Connel e Pearse, 2015);
- 4) Apenas reconhece uma dimensão de aprendizagem: “vai de encontro ou está longe das normas dos papéis de sexo” (Connell e Pearse, 2002; 2015:98). Isto é, o facto de ser ‘obrigatório’ ter de se escolher um caminho faz com que seja mais difícil entender as direções ou mudanças que os jovens podem tomar, sem antecipação.

No entanto, esta não é a única teoria que pretende explicar o género e o sexo e as diferentes propostas existentes são bem distintas entre si. Enquanto a teoria exposta nos mostra uma oposição entre sexo e género, a teoria *queer*, cujo conceito central, a performatividade, defende que o sexo e o género são ambos construídos socialmente. Algo impensável para a feminista Camille Paglia. Duas teorias distintas que serão apresentadas de seguida, secundadas pela teoria da interseccionalidade.

1.2 As propostas da Teoria Queer e da Interseccionalidade

Iniciamos este ponto discutindo a teoria *queer*, que, com forte influência da obra de Michel Foucault, tem Judith Butler (1990; 2017) como uma autora central que continua nos dias de hoje a produzir e a sustentar esta abordagem. Esta teoria surge como resposta à inquietação sobre como todos aqueles e todas aquelas que não se enquadravam na heteronormatividade construíam a sua identidade, sendo que “a política *queer* é baseada na instabilidade das identidades” (Bento, 2006:82). Por outro lado, esta teoria tem este foco para que se possa entender se a heteronormatividade influencia as desigualdades entre homens e mulheres (Santos, 2005). Cabe, também, a esta teoria dissecar “sobretudo dicotomias, rótulos, normas” (Santos, 2005:3). É importante, nesta teoria, confrontar a heteronormatividade e tudo o que lhe está subjacente, pois é este pressuposto que dá o aval para que as diferenças de sexo se perpetuem e se considerem como diferenças de ordem natural e biológica (Bento, 2006).

A palavra *queer* no dicionário vem descrita como “1. esquisito; estranho; excêntrico; singular; 2. homossexual; 3. enjoado; maldisposto” (Porto Editora, 2004:660); no entanto, *queer* é mais do que isto. Podem ser apelidadas de *queer* todas as identidades que não correspondam às normas e expectativas sociais, isto é, a todas as minorias sexuais que não sejam nem cisgénero e/ou heterossexuais (Trans Student Educational Resources, s/d). Inicialmente,

apenas a categoria ‘homossexual’ era abarcada neste conceito, porém, mais tarde, foram adicionadas as categorias ‘bissexual’ e ‘transsexual’ - o que não foi aceite abertamente pela categoria anteriormente abarcada neste conceito (Bento, 2006). A teoria *queer* assenta em cinco pressupostos:

1. A identidade é composta por diversas e distintas dimensões sociais - classe, género, idade, etnia, etc. - fazendo dela múltipla;
2. Quando uma identidade é definida há experiências que são silenciadas, pois esta construção é excludente. Para além disso, Seidman (1996 *in* Santos, 2005) afirma que as suas identidades - ou as construções das identidades - são “formas de controlo social uma vez que distinguem populações normais e desviantes, reprimem a diferença e impõem avaliações normalizantes relativamente aos desejos” (Seidman, 1996 *in* Santos, 2005:2);
3. Vê a identidade como algo fluído, permanentemente em construção, em que o objetivo seria “a construção de uma cultura onde a diversidade é acolhida” (Santos, 2005:2). Logo, o papel individual (forma de capacitação) e coletivo (político, jurídico e social) não são rejeitados;
4. Desafia e confronta a visão dicotómica homo/heterossexualidade como precursoras das identidades sexuais;
5. Esta teoria pretende apresentar-se como teoria geral acerca da “sexualização de corpos, desejos, ações, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (Seidman, 1996 *in* Santos, 2005:3).

Nesta teoria, os conceitos de sexo e de género não são assim tão facilmente definíveis - apesar de Butler (1990; 2017) definir o género feminino e masculino como os géneros inteligíveis; isto é, aqueles que conseguem manter uma relação de coerência entre sexo, género, prática sexual e desejo e aqueles que são legitimados pela sociedade. Destaca, porém, que existem outros géneros; serão desafiantes no que toca às normas sociais de género - e há até, um forte questionamento em relação ao modo como são percecionados estes determinantes sociais. Nesta teoria, pela primeira vez, a categoria ‘sexo’ é problematizada. Será este natural ou produzido através do discurso ou interesses políticos e sociais? Será realmente biológico e imutável? Se as características supramencionadas forem contestadas, significa que o sexo é tão social como o género? Butler (1990; 2017), numa análise profundamente crítica da obra de Simone de Beauvoir, concluiu que “não existe nenhum recurso para um corpo que não tenha sido já sempre interpretado mediante significados culturais; daí que o sexo não se possa qualificar como uma facticidade anatómica pré-discursiva” (Butler, 1990; 2017:65). Por outras palavras e de uma forma sequencial, o sexo é definido através da biologia do indivíduo, do seu corpo, no entanto, o corpo é também ele uma construção social. Logo, se o sexo se define através do corpo de cada indivíduo e este é visto como algo construído, então o sexo vai ser socialmente construído também.

Apresentando agora uma perspectiva crítica sobre esta teoria, Camille Paglia (2018) defende que tanto o gênero como o sexo são categorias com fortes bases na biologia e vê homens e mulheres como fisicamente diferentes. Vê os homens como impotentes, que precisam da mulher desde o seu nascimento até à sua morte, tal como defende que estes têm impulsos diferentes, pois as suas hormonas são igualmente díspares (Paglia, 2018). Culpa a mulher pelo estado da sociedade atualmente: a caminhar para a dissipação das divisões entre os géneros - que no ponto de vista de Paglia (2018) é algo mau, pois veda o desenvolvimento natural de homens e mulheres. Para além disso, culpa-a de ocupar um lugar que era do homem em primeiro lugar no mercado laboral, por exemplo, pondo assim pressão sobre o homem e considera que a mulher espera dele aquilo que não corresponde ao seu papel (por exemplo, Paglia refere que as mulheres esperam que os homens exerçam o papel que anteriormente era feito pelas suas amigas e, como homens e mulheres são diferentes, os homens não o conseguem exercer em pleno - apenas os homens homossexuais estariam aptos a isso), o que pode originar nos homens uma crise de identidade (Paglia, 2018).

Regressando a Butler, na visão desta autora, considerar que o gênero é uma construção social é como cair num determinismo e isso pode levar a que, neste caso, se entenda o gênero como fadado à cultura, pois diz-nos que “o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza” (Butler, 1990; 2017:63). O facto de se alimentar esta ideia pode levar a uma limitação, consciente ou não, dos indivíduos quanto às suas performances de gênero, pois vai sempre radicar a um binarismo hegemónico, denominado por “domínio imaginável de gênero” (Butler, 1990; 2017:66). É uma postura de masculinidade hegemónica (Connell, 1987 *in* Connell e Messerschmidt, 2013) que é transmitida de geração em geração, pois é aquela que apresenta os traços mais marcantes e se apresenta como dominante. Todavia, existem inúmeras formas de ser mulher e ser homem; ou seja, são várias as masculinidades e as feminilidades existentes. Isto pressupõe, então, que sejam variadas as trajetórias de “formação de gênero” (Connell e Pearse, 2002; 2015:101) - onde obrigatoriamente vai haver influências das diferentes classes sociais, nacionalidades, etnias, entre outros marcadores.

A sexualidade tem um papel central na teoria *queer* a partir da desconstrução de que o sexo é puramente biológico. Críticas a esta teoria consideram, porém que a mesma não consegue dar conta da análise social pretendida ao desnaturalizar todas as categorias e criando assim um vazio epistemológico (Gamson, 2000). O gênero, tal como a sexualidade, só podem ser explicados convenientemente se forem tidos em conta fatores externos, como por exemplo a classe, a etnia, a idade, o contexto envolvente de cada indivíduo. Pois, cada pessoa é o resultado da combinação destes vários fatores e a interseccionalidade mostra-nos que não é possível tirar conclusões reais ou próximas da realidade se for apenas analisado um fator de forma independente dos restantes (Crenshaw, 1989; Romero, 2018). É importante trazer a interseccionalidade para esta discussão sobre gênero e sexualidade, precisamente porque esta pretende entender como funcionam as relações de poder e as suas consequências na

opressão, tal como perceber de que forma o privilégio e a dominação funcionam para criar e manter as diferenças, outro objetivo é a pretensão de expor o privilégio que certos grupos sociais têm em detrimento de outros nas mais diversas camadas sociais, e também analisar a institucionalização do privilégio e analisar a forma como se tornou natural na sociedade (Romero, 2018). Para além disso, há uma forte crítica aos estudos que apenas analisam uma única dimensão e vários são os sociólogos que têm vindo a reconhecer as vantagens na existência de uma abordagem interseccional, vendo-a, inclusive, como “a chave para entender como a desigualdade, privilégio e opressão funcionam” (Romero, 2018:2). Mais do que isso, este é um conceito fulcral no que concerne ao destronamento das desigualdades que são preservadas pelas mais diversas estruturas do poder (sociais, económicas e políticas) (Abraham, 2015; Purkayastha, 2010 *in* Romero, 2018). Um exemplo real, que nos é relatado por Mary Romero (2018), de como a interseccionalidade é importante, inclusive para esta mesma dissertação, trata-se do caso da Caitlyn Jenner. Caitlyn Jenner (transexual feminina - MtF¹² -, branca, de classe alta) provém de uma das famílias mais mediáticas da América e o seu caso tornou-se polémico devido ao seu *coming out*¹³ repentino e da sua transição muito colada a uma feminilidade hegemónica. Isto é, por se ter agarrado aos papéis tradicionais de género que estão habitualmente associados à mulher e ter reproduzido essa imagem do que é considerado uma *mulher normal*. Todavia, esta investigadora acredita que se Caitlyn não tivesse a sua “race, class and ableness” (Romero, 2018:111) que não lhe era possível construir a imagem que ela escolheu seguir; por outro lado, foram esses mesmos traços de feminilidade hegemónica que lhe possibilitaram ter uma aceitação e um suporte imediatos por parte das pessoas à sua volta. Por outras palavras, foi preciso analisar mais do que uma variável (neste caso, género, raça, classe, habilidade, contexto, etc.) para esta investigadora poder chegar a estas conclusões. Deu uso à interseccionalidade e mostrou como é importante ter em conta todo o contexto. Romero (2018) narra-nos, também, uma parte da história de Laverne Cox, transexual feminina (MtF), negra, atriz. Esta teve um *coming out* e uma transição diferentes de Caitlyn, no entanto, algumas escolhas que foi fazendo ao longo do seu percurso enquanto ativista pelos direitos trans e/ou pelos direitos das mulheres negras poderiam sugerir uma mesma intenção de aceitação em massa. Porém, Laverne justifica-se dizendo que as sessões fotográficas que realizou, e onde se expos mais, foi em prol de uma maior visibilidade da diversidade de facetas que uma mulher negra pode ter. Romero (2018) explica-nos que esta justificação apenas pode ser tida como verdadeira se for usada uma abordagem interseccional para a analisar. Pois, é a interseccionalidade que nos vai permitir analisar toda a história da comunidade negra, mais especificamente das mulheres negras e averiguar que a intenção de Laverne Cox poderia ser de facto dar visibilidade a duas realidades ainda pouco conhecidas:

¹² Abreviatura para Male to Female. É como se designam as pessoas que nasceram com o sexo masculino, mas sentem o género feminino. No caso da pessoa nascer com o sexo feminino, mas sentir o género masculino a abreviatura é FtM (female to male) (Dieguez, 2016).

¹³ *Coming out* trata-se do processo de descoberta e auto assunção para os próprios indivíduos e o processo de partilha dessa sua descoberta com o resto das pessoas (LGBT Ireland, s/d).

mulheres negras e transexualidade (Romero, 2018). Com estes exemplos, Romero (2018:114) chama-nos a atenção para algo importante que tem de ser tido em conta: “when intersectional relations are not examined, identities appear universal”, o que pode gerar conclusões precipitadas e erradas. E, na Sociologia, sabemos que a análise de todo o contexto é fundamental, tal como é fulcral o facto de não se generalizar um fenómeno, quando não temos informação suficiente para tal.

Em suma, as ideias que retemos destas teorias, é que ser homem e ser mulher “it is a *becoming*, a condition actively under construction” (Connell e Pearse, 2015:6) e não pode ser considerado como um *ter-se*, pois é descrito como algo dinâmico. Mais uma vez, não é algo fixado pela natureza, mas também não exclusivamente imposto por normas sociais, trata-se de uma construção diária pessoal, que vai permitindo ao indivíduo ir-se posicionando na ordem de género. Por exemplo, todo o homem deveria ter a liberdade de expressar os seus sentimentos, abraçar, beijar; no fundo, deveria poder relacionar-se com outros homens sem se preocupar com os rótulos que isso pudesse gerar para si mesmo. Pois, ninguém se *torna* homossexual (Costa, 1994), por exemplo.

Com tudo isto, percebemos que a teoria queer aposta numa visão performativa do género. E esta performance existe devido à influência do género, mas também da classe, etnia, entre outras variáveis (Crenshaw, 1989; Romero, 2018). Esta teoria mostra-nos o género como uma repetição de atos, práticas e/ou ações; uma construção constante, tal como a identidade. Vemos, nesta teoria, reforçada a ideia de que género não é algo pré-determinado e estabelecido anteriormente pela cultura e traduzido em normas sociais. Neste caso, há ênfase naquele que ‘aprende’ e vê toda essa aprendizagem como algo dinâmico, não existindo regras específicas para como o agente pode ou deve captar a informação. Todos os atos e ações podem ser reformulados e/ou reaprendidos à medida que o ator social elabora a sua identidade de género. Butler (1990; 2017) recusa a ideia de que os indivíduos possuem identidades sexuais, mas acredita que cada um faz ou performa e reproduz “sexo/género”¹⁴.

Algo que demonstra uma possível construção da performatividade de sexo/género é o facto das normas destes mudarem consoante as alterações culturais e históricas. No entanto, o facto de estas performances de sexo/género serem repetitivas pode significar que as normas que orientam estas performances “are deeply ingrained and highly regulated social customs that we experience as if they were unchangeable” (Davis, 2017:31). Por outro lado, esta teoria defende que a feminilidade e masculinidade não são fixadas pela natureza.

¹⁴ Termo introduzido por Butler (1990; 2017) para indicar mutualidade entre os dois conceitos.

Autoras que se encaixam nesta teoria afirmam que o corpo corresponde ao género¹⁵, devido a ser “instável, flexível, retocável, plástico (...) [o] que lhe conferirá legitimidade para transitar na ordem dicotómica dos géneros” (Bento, 2006:24). Embora seja evocada, mais uma vez, a dicotomia entre os géneros, já é, também, evocada uma fluidez entre estes. Apresentando aqui um contraponto com a teoria da socialização: esta teoria não demonstra uma rigidez tão grande como a apresentada na teoria da socialização. Assim, quando começa a haver uma desconstrução desta dicotomia tão enraizada (natureza/corpo vs. cultura/género; homem vs. mulher; etc.), há uma exaltação de “outros níveis construtivos da identidade” (Bento, 2006:21), considerados tão ou mais importantes como os referidos anteriormente. E, como já foi referido, a frase¹⁶ icónica de Beauvoir (1949; 2015) sugere que podem haver géneros para lá do pedestal binário em que foi construída a categoria ‘sexo’, negando assim este binarismo. Logo, é essencial, para além de necessário, que haja uma abertura para que os indivíduos possam desenvolver a sua identidade sem limitações e/ou obstáculos de género/sexo.

Visto que debatemos nesta teoria a necessidade de pôr de parte esta exaltação à heterossexualidade¹⁷, será que recusar a heterossexualidade (sendo homossexual; lésbica, neste caso) é recusar também ser homem ou mulher? Wittig (1981) vê a ‘lésbica’ como uma categoria sexual diferente das categorias ‘homem’ e ‘mulher’, e exalta duas críticas feitas a estas mulheres que a levam a esta conclusão: 1) que não são mulheres “reais”, pois não correspondem ao padrão de feminilidade, e 2) que estão constantemente a tentar ser homens. No entanto, “to refuse to be a woman, however, does not mean that one has to become a man” (Wittig, 1981:247). Esta autora acredita que todas as mulheres foram alvo de manipulação, desde o seu corpo até à mente, pois o objetivo seria corresponder à ‘naturalização’ das diferenças de sexo, através de mitos, para haver uma melhor correspondência quanto à heterossexualidade - que é norma na sociedade. Mais um exemplo de como uma abordagem interseccional será válida é o facto de esta providenciar “tools to reveal existing systems of power manifested in social relationship of dominance and subordination” (Romero, 2018:114; Crenshaw, 1989). Referimo-nos aqui especificamente à heteronormatividade e a toda a opressão e subordinação que esta gera em torno de todos aqueles que não se encaixam nela e a pressão que existe nesses mesmos indivíduos para que sejam eles a adaptar-se à norma.

Beauvoir (1949; 2015), na altura desta publicação de Monique Wittig (1981), já tinha falado em alguns mitos que assolavam as mulheres biologicamente. Um exemplo de um destes mitos

¹⁵ Na teoria da socialização o sexo é determinado em função do corpo, através das características físicas que distinguem o homem e a mulher.

¹⁶ “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1949; 2015:13).

¹⁷ “Social system which is based on the oppression of women by men and which produces the doctrine of the difference between sexes to justify this oppression” (Wittig, 1981:250).

seria a maternidade, isto é, seria esta capacidade de reprodução que faria uma mulher ser “verdadeiramente” mulher. Mas será exatamente assim? Beauvoir (1949; 2015) tinha como objetivo demonstrar que este, tal como outros, não passava de um mito. E que a mulher - a par com o homem - podia ser e/ou construir-se como deseja, tendo liberdade para isso, pois a sua sexualidade não se resume à sua capacidade reprodutiva.

Então o que será a sexualidade? Terá o mesmo significado para homens e mulheres? Será que a sexualidade sempre foi vista da mesma forma ao longo dos anos? Depois de expostas as várias propostas relativas aos conceitos e às teorias acerca do sexo e do género, bem como da identidade de género, é necessário explicar também o que pode ser a sexualidade. Principalmente de um ponto de vista social, para que se disponibilize um outro olhar que não o médico - o predominante, neste caso.

Capítulo 2 - Debates e dilemas da sexualidade

Neste capítulo pretendemos abordar a sexualidade; explicar a sua história e a sua evolução ao longo dos séculos. Incluímos esta temática na presente dissertação, pois sendo a heteronormatividade um conceito chave nesta investigação, e sendo a heterossexualidade uma das suas “verdades absolutas”, pretendemos desconstruir essa “verdade” mostrando que esta nem sempre imperou ao longo do tempo. Para além disso, queremos explorar o contributo da sexualidade para a construção da identidade dos indivíduos, no caso, transexuais.

Na tentativa de responder a uma das perguntas feitas atrás - o que é a sexualidade - recolhemos algumas definições do que esta poderia ser e constatamos que não se trata de um fenómeno de fácil ou consensual definição. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) (1992, *s/d in* Associação para o Planeamento da Família, *s/d: s/p*)

“a sexualidade é uma energia que nos motiva para encontrar amor, contacto, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental”.

Nesta definição vemos que a OMS reconhece várias facetas da sexualidade: social, biológica e mental e que a coexistência destas faz este fenómeno existir, para além disso, não reduziu a sexualidade a relações sexuais.

Por sua vez, a Associação para o Planeamento da Família (*s/d: s/p*) define-a como “uma parte integrante da vida de cada indivíduo que contribui para a sua identidade ao longo de toda a vida e para o seu equilíbrio físico e psicológico”. Nesta definição podemos averiguar que a sexualidade é vista como um marco importante na vida dos indivíduos, ou seja, a sexualidade existe e, conscientemente ou não, esta vai ajudar o indivíduo a construir a sua identidade.

Já para Costa (1994: *s/p*) “sexualidade é o termo que se refere ao conjunto de fenómenos da vida sexual. Ela é o aspeto central de nossa personalidade, por meio da qual nos relacionamos com os outros, conseguimos amar, ter prazer e procriar”. Igualmente como na definição anterior, Costa (1994) mostra-nos a sexualidade como sendo um marcador importante na construção da identidade de cada indivíduo e que a forma como esta é vivida pode influenciar a sua vida social.

O estudo da sexualidade pela Sociologia é relativamente recente, remonta a meados do século XX (Jackson e Scott, 2010 *in* Neves, 2013), por Gagnon e Simon (1973 *in* Bozon, 2004). Porém, nessa altura, já outras disciplinas a estudavam. Esta começou a ser estudada na área da biologia por Kinsey *et al.* (1970 *in* Neves, 2013; Costa, 1994), nas décadas de 40, do século passado. Kinsey criou a “Escala de Kinsey” (Neves, 2013; Nucci e Russo, 2009; Costa, 1994; Bozon, 2004), com o objetivo de mostrar o quão abrangentes podiam ser os comportamentos relativos à sexualidade, tendo desenhado como uma sequência de opções desde “exclusivamente heterossexual” a “exclusivamente homossexual”. Era sua pretensão mostrar a diversidade sexual que para ele existia e, dessa forma, acabar com o binarismo que imperava - e curiosamente ainda impera -, tal como pretendia levantar questões ainda tabu para as desconstruir (ex.: masturbação, orgasmo feminino, etc.) (Neves, 2013). Outro autor central é Sigmund Freud, apelidado muitas vezes por pai da psicanálise (Peters, 2013), foi quem começou a estudar este tema no âmbito da psicologia, no século XX, e fez com que se passasse a estudar mais do que apenas o lado biológico e anatómico deste fenómeno (Foucault, 1988).

Em geral, quando este tema é analisado à luz da sociologia é com o objetivo principal de mostrar a sexualidade como um fenómeno social; questionando as construções sociais que se desenvolveram à volta dela. Pretende-se destronar a essencialização da sexualidade, problematizando a heterossexualidade e, a partir daí a heteronormatividade, mostrando como não há um único entendimento desta e das formas como os contextos e o tempo social influenciam os significados atribuídos aos campos sexuais (Bozon, 2002 *in* Neves, 2013; Neves, 2013). Nesta lógica, Gagnon e Simon (1973 *in* Bozon, 2004; Neves, 2013) criaram o conceito de “scripts sexuais”. Estes servem para descrever e, assim, reconhecer os possíveis cenários do desenrolar da sexualidade. Regressaremos mais tarde a este conceito.

Até surgir a necessidade de estudar o fenómeno SIDA, a sexualidade era genericamente tratada como um não-assunto. Mais precisamente, foi a partir do ano de 1975, com o objetivo de conhecer “os processos socioculturais da sexualidade e do género” (Almeida, 1995:127) que esta temática foi ganhando o seu espaço. Quando esta doença apareceu, foi associada à homossexualidade (Bozon, 2004; Costa, 1994; Neves, 2013); apelidada, por isso, de “peste gay” (Costa, 1994:124) ou “câncer gay” (Bozon, 2004:142). Os homossexuais passaram a fazer parte de um grupo de risco, não só por causa da doença, mas, também, por causa das perseguições de que eram alvo. Devido à falta de informação e aos estereótipos que a acompanhavam, acreditava-se que era uma doença de homens - transmitida por e para homens - em que as mulheres apenas seriam contagiadas involuntariamente, se o seu marido tivesse relações sexuais extraconjugais com outros homens. Com isto, a bissexualidade dos homens e a promiscuidade, que era representada como o fator central do percurso de contração da doença, passaram a fazer parte das discussões e a ser as principais causas apontadas para a disseminação desta doença. Todavia, sabemos hoje que nem os indivíduos

homossexuais nem os bissexuais são os únicos e exclusivos responsáveis pela disseminação do vírus do VIH. Os responsáveis são todos e todas - independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género - aqueles e aquelas que são portadores e portadoras da doença e têm (entre outras formas de contágio) relações sexuais de risco, desprotegidas e põem em risco o seu parceiro ou a sua parceira (Costa, 1994).

Apesar de a determinada altura os discursos sobre sexo serem cada vez mais, não trouxeram apenas “solidificação e implementação de um despropósito sexual” (Foucault, 1988:52), mas também “interditos e proibições” (Foucault, 1988:52; Sant Ana; 2016), bem como camuflagens do fenómeno. Isto é, o facto deste tema estar mais disseminado, não significa que tal facto tenha trazido só consequências positivas (por exemplo, a própria abertura para discussão do tema e a discussão em si, a desconstrução de alguns tabus, a descoberta de outras áreas para o estudo deste fenómeno sem ser a área médica), trouxe também consequências negativas, como é exemplo o próprio facto de este tema ter estado tanto tempo silenciado fez com que quando se falasse dele houvesse factos que fossem ocultados ou algumas sexualidades fossem rotuladas de “normais” e outras como “desviantes”. Foucault (1988:52) acrescenta ainda que o facto de o sexo ser analisado à luz da ciência, isto é, de um “ponto de vista purificado e neutro”, revelava o quanto se pretendia fugir a questões centrais que poderia haver quanto a este fenómeno. E enquanto se fugia do cerne da discussão, ia-se dando atenção às “aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas.” (Foucault, 1988:52-53), camuflando sempre este fenómeno com normas médicas, aliadas à moral que as regulava (Foucault, 1988).

Neste sentido, a sociedade não se pode dizer livre no que toca à vivência das sexualidades, ou seja, apesar de haver várias realidades e vivências para o mesmo fenómeno não significa que todas sejam aceites (Saleiro e Sales Oliveira, 2018). Todavia, a (crescente) visibilidade e a (morosa) aceitação social que as *sexualidades alternativas* (Bozon, 2004) têm vindo a obter estão a ser um contributo para que a sexualidade venha a ser repensada e redefinida para todos os indivíduos (Bozon, 2004). Este fenómeno apesar de ser uma experiência pessoal que vai de encontro à intimidade e à afetividade de cada um e uma, não tem tido a devida atenção e os cuidados necessários pela sociedade na medida em que é uma vivência comum ao ser humano e, nesse sentido, coletiva (Costa, 1994; Bozon, 2004). Costa (1994) defende que esta devia ser vivida em pleno, sem julgamentos, sem restrições, sem obstáculos, pois é uma necessidade humana. Para isso, devia haver uma formação adequada de profissionais de saúde, de educadores/professores, de profissionais da área social, etc. para que saibam lidar com este fenómeno corretamente (Davis, 2017).

A sexualidade, genericamente falando, é ainda um tabu, mesmo quando na realidade não se relaciona apenas com a vida sexual dos indivíduos (como supramencionado, é algo que diz respeito à intimidade de cada indivíduo, à forma como se relaciona com os outros ou ainda à forma como a sua identidade é construída, questões relevantes do ponto de vista social). Há

ainda grandes entraves a uma discussão aberta e participada deste tema. Como Costa (1994:119) confirma: “a sociedade está carregada de tabus, preconceitos e ideias falsas” e tudo isto vai influenciar e condicionar o indivíduo enquanto ser individual e coletivo, em toda a sua existência. Estes estereótipos geram a criação de modelos com a pretensão de neles encaixar os indivíduos tendo em conta a sua sexualidade - modelos esses que acabam por corresponder aos eixos normativo, sendo por isso, muitas vezes, formas de opressão - e com isto, “o relacionamento afetivo e sexual, algo tão inerente à vida quanto respirar, passa por tantos problemas” (Costa, 1994:119). Existe, assim, uma nítida repressão sexual que não é mais do que “uma manifestação subtil da ideologia de um sistema social opressivo” (Pino, 1973:75).

O início da vida sexual é um grande marco para a construção social dos papéis de género e segundo Costa (1994) a sexualidade e os papéis de género estão diretamente vinculados e é necessário que essa ligação seja quebrada. No caso das mulheres, em locais como a África subsaariana ou no sul da Índia, é incitado às mulheres iniciar a sua vida sexual e reprodutora perto da puberdade. Ou seja, o mais cedo possível. No caso dos homens, nos mesmos lugares, estes têm liberdade de iniciá-la mais tarde e com menor vigilância. Por sua vez, em locais como a América latina, incita-se a mulher a iniciar esta prática mais tarde, aliás, quanto mais tarde melhor. O objetivo é haver uma vigilância para que a mulher preserve a sua virgindade até ao casamento. Neste caso, os homens estão sujeitos a pressões, são coagidos a mostrar a sua masculinidade ao iniciarem a sua vida sexual cedo (Bozon, 2004). Com estes dois exemplos, podemos verificar que a sexualidade se desenvolve baseada nos papéis sociais de género, como Costa (1994) nos sugere, e como estes podem variar de sociedade para sociedade.

Embora os modelos supracitados de duas sociedades diferentes sejam distintos entre si, também têm algo em comum: o instigar e a pressão a se coadunarem com as normas sociais. Mais no caso das mulheres, seja em que sociedade for, há genericamente um incentivo à fertilidade, à lealdade e fidelidade perante o marido ou companheiro e ao distanciamento desta no que toca à iniciativa sexual no casal. No caso dos homens, não vemos regras aparentemente tão limitadoras a este nível. No entanto, existem modelos fixos que lhes são impostos: os que dizem respeito à masculinidade hegemónica. Este conceito (Connell, 1987 *in* Connell e Messerschmidt, 2013; Schouten, 2011) representa tudo aquilo que o homem deve ser - representa a norma - apesar não implicar necessariamente a maioria numérica. Todos os homens são coagidos, conscientemente ou não, a posicionar-se perante esta, pois avança uma hierarquia de género: homens acima das mulheres, e homens que adotam a masculinidade hegemónica acima dos restantes (Connell e Messerschmidt, 2013). Trata-se de um conceito abstrato, ou seja, tem capacidade adaptativa em relação às mudanças que ocorrem ao longo do tempo na sociedade e isso permite-lhe ir renovando o seu próprio conceito de masculinidades, atualizando conceitos e práticas (Connell e Messerschmidt, 2013). Este

conceito representa a força, as habilidades corporais (por exemplo, para o desporto), os comportamentos de risco na estrada, a negligência com a saúde e com os cuidados médicos, a autoridade, a vontade e iniciativa sexual (Connell e Messerschmidt, 2013; Schouten, 2011). Existe também uma cultura de agressividade e violência na masculinidade hegemónica (Connell e Messerschmidt, 2013; Schouten, 2011), que pode ocorrer entre homens ou contra mulheres na forma física, verbal ou psicológica (Schouten, 2011). Quando ocorre uma violência de tipo verbal, através de insultos, estes muitas vezes focam a sexualidade do indivíduo ou os comportamentos sexuais dos elementos da sua família; nota-se uma homofobia internalizada a este conceito de masculinidade hegemónica e um consequente questionamento acerca da heterossexualidade do outro. O que leva os indivíduos a ter este comportamento e a enaltecer estas características específicas/peculiares é a tentativa de conquista de estatuto perante os seus pares masculinos (Schouten, 2011). E todo o poder generalizado que se encontra na envolvente da masculinidade hegemónica, tal como a hierarquia de género que lhe é inerente, faz com que quem abraça a masculinidade hegemónica rejeite o construto de igualdade de género (Connell e Messerschmidt, 2013).

A masculinidade hegemónica funciona através da repetição daquilo que o indivíduo observa dos seus exemplos, e não sendo uma maioria, os indivíduos podem não conviver de perto com nenhum caso desta, mas pode vê-la em desportistas, em atores ou outros homens que demonstrem estas características. No entanto, Connell e Messerschmidt (2013) destacam que esta nem sempre é uma experiência positiva e satisfatória para todos os homens, pois, como é fácil de compreender, nem todos correspondem a estas características específicas de masculinidade e podem sofrer as consequências disso.

Até ao final do século XVIII a sexualidade era regida por três grandes códigos: “o direito canónico, a pastoral cristã, e a lei civil” (Foucault, 1988:37). Isto é, a vivência da sexualidade respondia às regras impostas pela igreja e, em caso de dissonâncias, era julgada e condenada, quando aplicável, pelos tribunais. Estes tinham como crime e como desvio a homossexualidade, a intersexualidade e a infidelidade, esta última no caso das mulheres. O matrimónio era a base de todas as regras no que respeitava à sexualidade e até a sexualidade dos cônjuges estava sob um controlo rigoroso e sujeita a recomendações; no que toca à igreja era através do mecanismo da confissão que se fazia o controlo (Foucault, 1988).

Mais tarde, no século XIX, foi a medicina que passou a ter o papel de vigilante quanto à sexualidade e deteve, assim, o seu monopólio. Era a classe médica que definia o que era consentido, o que era legítimo, o que era permitido e proibido (Foucault, 1988; Weeks, 1995 *in* Neves, 2013). E esta aproveitou-se do poder que lhe foi conferido e definiu como patologias ou perturbações algumas práticas que os casais exerciam, comportamentos que os indivíduos tinham ou vontades demonstradas que eram avaliadas e consideradas como “normais” ou não. Este processo provocou uma contenção por parte dos mesmos, pois apesar de serem práticas pertencentes à sua vida privada os indivíduos interiorizavam este controlo

social: os seus praticantes, como seres sociais, não queriam ficar à margem da sociedade ao não corresponderem à norma, pois, como é clássico dos processos de socialização, “aceitar as normas significa pertencer ao sistema (...) aceita-se a norma que nos reprime, mas recebem-se em troca as vantagens de se pertencer ao grupo - ou de ser nele admitido” (Pino, 1973:74).

A doença “sexa” (Lewinsohn, 1956) - caracterizada pela vontade excessiva de ter relações sexuais, hoje em dia conhecida por hipersexualidade, ninfomania (nas mulheres) ou satiríase (nos homens) -, o masoquismo (prática caracterizada pela obtenção de prazer aquando dos indivíduos são “maltratados” (Lewinsohn, 1956:355)), a homossexualidade, o hermafroditismo, a transexualidade, entre outras, são exemplos de práticas, comportamentos ou condições que foram patologizados e patologizadas e isso leva a que a classe médica detivesse o poder sobre estas e as controlasse. Foucault (1988:44), identificou o poder médico, e tudo o que lhe é inerente (exames médicos, investigações psiquiátricas, relatórios pedagógicos), e também o controlo familiar de “ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder”. O prazer e o poder fundem-se de tal forma que passa a existir um prazer em ter poder, - poder esse abusivo e intrusivo; e, por outro lado, aparece um poder que se transforma e declara em prazer ao se demonstrar irredutível, persistente e resistente. As relações entre poder e prazer tornam-se cada vez mais fortes devido aos “inumeráveis lucros económicos que, por intermédio da medicina, da psiquiatria, da prostituição e da pornografia, vincularam-se ao mesmo tempo a essa concentração analítica do prazer e a essa majoração do poder que o controla” (Foucault, 1988:44). Por outras palavras, apesar do poder médico e do controlo familiar terem a possibilidade de negar e rejeitar todas as sexualidades que estão fora da norma, estas, concomitantemente, conseguem gerar prazer através do lucro que estas sexualidades fora da norma as poderão fazer usufruir; por outro lado, mesmo apenas o facto de estes terem o poder sobre estas sexualidades dá-lhes um certo prazer, sendo que o controle se configura como uma alternativa ao livre usufruto da sexualidade.

Apesar da vida sexual dos indivíduos estar sujeita ao escrutínio médico e haver uma tentativa de desacreditar todas as sexualidades desviantes ou que não pudessem corresponder à procriação expectável, como supramencionado, não significa que tal tenha sido alcançado com sucesso perante os três grandes códigos supramencionados. Tanto dentro de casa (no espaço privado) como na escola, no trabalho, entre amigos (no espaço público), na verdade “são solicitadas e implantadas as formas de uma sexualidade não conjugal, não heterossexual, não monogâmica” (Foucault, 1988:45). Quanto a isso, Foucault (1988:40) questiona se “o facto de poderem aparecer à luz do dia [sexualidades que não correspondem à norma] será o sinal de que a regra perdeu rigor? Ou será que o fato de atraírem tanta atenção prova a existência de um regime mais severo e a preocupação de exercer-se sobre ela um controle direto?”. Perguntas, aparentemente, sem resposta, mesmo que Foucault

(1988) defenda a ideia de que estas sexualidades, e todas as sexualidades em geral, sejam sujeitas a um controlo rigoroso e a uma vigilância, sujeitas a uma proximidade curiosa e atenta e até a perguntas indiscretas. Outra pergunta que poderia surgir neste seguimento relaciona-se com o peso que a categoria família tinha na sexualidade, visto que esta só devia acontecer dentro do seio familiar e com certas regras. Se até aqui a sexualidade era regida pelos valores inerentes à família e pelo que esta envolvia - reprodução, casal heterossexual, monogamia, etc. - quando emergiram as novas formas de sexualidade isso deixou de ser assim. Passou a falar-se em diferentes formas de constituir família, em relações extraconjugais, em relações sexuais antes do casamento; algo que não era aceitável anteriormente (Foucault, 1988; Bozon, 2004) e há quem se refira à sociedade contemporânea como uma sociedade hipersexualizada (Walter, 2010).

No entanto, apesar de não se falar dela, não significa que esta não fizesse parte do dia-a-dia dos indivíduos e pode-se até dizer que houve vários avanços e retrocessos até chegar aos dias de hoje, pois a história da sexualidade na verdade remonta ao aparecimento da humanidade.

2.1 A história da Sexualidade

A sexualidade não é algo fixo, sofre alterações e adapta-se consoante a época e/ou o contexto social, como vamos poder averiguar ao longo deste subcapítulo. Neste momento, segundo Bauman (2006) estamos perante uma modernidade líquida, que tem implícitos valores como a individualidade, a flexibilidade e a emancipação. Assim sendo, também a sexualidade vai absorver estes valores e vai haver consequências disso: os indivíduos são impelidos a assumirem os seus comportamentos sexuais, mas, mais do que isso, cabe a estes “estabelecer o significado de sua conduta sexual e resolver as suas contradições” (Bozon, 2004:139). Outras consequências que podemos avançar quanto a estes novos valores são o facto de a sexualidade mudar as suas premissas e já não estar associada exclusivamente ao matrimónio, à fecundidade e à procriação e, logo a não precisar destas para acontecer no percurso de vida (Bozon, 2004).

Para falarmos da história da sexualidade temos de falar do corpo (que é de resto central para esta investigação) e de práticas, orientações e preferências sexuais, de forma a analisar o padrão prevalente em cada época histórica. Este demonstra-se volátil e efémero, em constante mudança. Temos ainda de falar de poder. Apesar de haver gravuras, desenhos, pinturas, quadros, esculturas, etc. que retratam cada corpo consoante a época, crê-se que estes tenham sido realizados sobre tudo sob um olhar masculino e representando sobretudo o corpo feminino (Lewinsohn, 1956). O poder, neste caso, não corresponde apenas ao poder masculino (homem mais poderoso do que a mulher ou homem cisgénero dominante em relação às outras identidades de género), temos de referir também o poder exercido pela

sociedade, pela classe médica¹⁸, pelo poder jurídico perante práticas e sexualidades que não correspondem à norma.

Foucault (1988:88) explora o poder não em termos jurídicos, mas sim através das relações de força e pelas estratégias que levam a um “esboço geral ou cristalização institucional [que] toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”. Falamos de uma biopolítica, de uma governação da esfera humana em todas as suas vertentes. É este poder que gera as normas entre estas instituições e também entre as pessoas. Pode-se dizer que foi através das relações de poder que a sexualidade emergiu e se deu a conhecer em todas as suas dimensões (Foucault, 1988). Tendo em conta que existe esta biopolítica, também é ela que vai gerir a sexualidade e circunscrever as normas/regras que esta pode ter (Foucault, 1988).

Neste ponto pretendemos dar uma visão cronológica da vivência e representação da sexualidade e começaremos pelo século XVII¹⁹. Foi neste século que a repressão sobre o sexo começou e havia poder suficiente para o manter assim, segundo Foucault (1988:69) devido a:

1. “Proliferação de discursos (...);
2. Solidificação do despropósito sexual e constituição de dispositivos suscetíveis, não somente de isolá-lo, mas de solicitá-lo, suscitá-lo, constituí-lo em foco de atenção, de discurso e de prazeres;
3. Produção forçosa de confissão”.

Podemos acrescentar que foi neste século que se instaurou “o saber sobre o sexo” (Foucault, 1988:70), devido à disseminação dos discursos que “o tomaram como objeto” (Foucault, 1988:70) e como discursos verdadeiros. Foi também quando se começaram a erguer as grandes barreiras quanto à sexualidade: houve uma tentativa de restrição da sexualidade ao casal considerado legítimo - casado, monogâmico e heterossexual - e, conseqüente, valorização da família, e imposição da recusa do corpo, que até aqui não existia (Foucault, 1988).

Quando a monogamia foi implementada passou a haver um maior controlo das relações e, conseqüentemente, o homem tornou-se o chefe de família, ocupando a partir daí um lugar privilegiado na hierarquia dos sexos. O patriarcado ganhou espaço, vindo substituir o matriarcado, até então em vigor. Bachofen (s/d *in* Lewinsohn, 1956) defende que se até à data as mulheres já tinham ocupado o lugar de matriarcas e o tinham feito com distinção, não havia razão para que esse ‘posto’ lhes fosse retirado e negado, como sucedeu.

¹⁸ Só em 2018, em Portugal, deixou de ser obrigatória a cirurgia para definir um sexo nos recém-nascidos intersexo - Lei 38/2018.

¹⁹ Foucault (1988), na sua análise, achou cronologicamente importantes quatro séculos e nós tentaremos reproduzi-los.

A poligamia - outra forma de viver o casamento e a vida reprodutiva -, por sua vez, era habitual na burguesia (classe média) - em que o homem poderia casar com várias mulheres, mas as mulheres teriam de manter relações de exclusividade e fidelidade. Esta prática era inexistente nas classes mais baixas, essencialmente porque “a poligamia é muito cara” (Lewinsohn, 1956:25): manter várias mulheres é mais dispendioso que manter apenas uma e isso não estava ao alcance de um homem pobre. Esta prática exigia um capital económico mais alto, pois havia mais do que uma mulher e os respetivos filhos para sustentar. Assim, o autor atreve-se a concluir que “a pobreza contribui para a igualdade dos sexos” (Lewinsohn, 1956:25).

No entanto, como não se fala só de corpo, e temos vindo a demonstrar que se trata essencialmente de poder (seja ele de que índole for), damos o exemplo do Antigo Egipto. Pois havia um número elevado de mulheres com maior influência do que os homens e o dote que tinha de ser dado por estas ao noivo era “quase sempre mais importante do que a fecundação do corpo” (Lewinsohn, 1956:26). É um exemplo de que o poder económico era mais importante do que o próprio corpo e até do que a garantia de descendência. As relações de incesto eram vistas como uma forma de preservação dos bens materiais da família e, muitas vezes, casar com a irmã era o mote fundamental para que o indivíduo se tornasse rei legitimamente (Lewinshon, 1956).

Como não é por nós pretendido falar apenas de orientações sexuais ou identidades de género dominantes, debrucemo-nos sobre o caso da Grécia Antiga. Como é patente nas criações artísticas desta época, “os caracteres sexuais apagam-se (...) [e surge] um ideal de beleza puramente humano que vem mais do espírito que dos apetites do baixo-ventre” (Lewinsohn, 1956:49). Isto é, vê-se o resultado de uma neutralização dos sexos, uma ‘folha em branco’ relativamente a rótulos, normas e a papéis de género, ao significado que cada corpo tem e como se responde perante um corpo com características femininas ou masculinas. Pode-se dizer que os corpos de homens e mulheres se confundiam devido a não haver normas que ditassem como estes deveriam ser. Para além disso, vê-se a disseminação da homossexualidade como prática normal, como Lewinsohn (1956:50) faz notar: “seria absurdo dizer: eis um belo jovem, mas apenas para os olhos de uma rapariga; eis uma bela jovem, mas bela apenas para homens”. Esta era uma prática comum, principalmente, entre jovens rapazes e homens idosos, pois “só os jovens que se derem de corpo e alma ao amor dos homens é que mais tarde se tornam homens de estado” (Platão, *s/d in* Lewinsohn, 1956:67). Considerava-se que com este tipo de relação - homossexual e com uma diferença significativa de idades - permitia a maturidade dos jovens.

Já no século XVIII, para Foucault (1988) três eixos passaram a imperar: eixo da pedagogia, relacionado com a sexualidade da criança - esta ganhou visibilidade (tal como a dos criminosos e dos loucos); eixo da medicina, relacionado com a fisiologia sexual, particularmente das mulheres, pois a mulher era vista como um homem imperfeito, logo

seriam fisiologicamente semelhantes e neste século foi quando se começou a estudar a mulher como biologicamente independente do homem - deixou de existir o modelo de sexo único e passou a imperar o modelo de dois sexos opostos (Foucault, 1988; Bozon, 2004; Nucci e Russo, 2009). E, por fim, o eixo da demografia, relacionado com o controlo da natalidade. A burguesia sexualizou os seus corpos, mostrando que era um corpo de “classe”, em que segundo Foucault (1988:117-118), com esta atitude estão a “garantir para si a força, a perenidade, a proliferação secular deste corpo através da organização de um dispositivo de sexualidade”. A monogamia heterossexual deixou nesta época de ser tão poderosa, dando espaço a outras sexualidades (Foucault, 1988).

Com o avançar dos anos, mais precisamente no século XIX, assistimos a uma radicalização das interpretações quando vemos a homossexualidade ser considerada uma doença, uma perversão e a perder totalmente a aceitação. Todavia havia quem não concordasse com isso. Na Alemanha, houve uma tentativa de a homossexualidade ser considerada um ‘terceiro sexo’ (Nucci e Russo, 2009; Bozon, 2004): havia uma conceção desta como uma terceira categoria em que os homens eram descritos como femininos. Karl Heinrich Ulrichs (s/d *in* Nucci e Russo, 2009), jurista, defensor da não criminalização da homossexualidade e Magnus Hirschfeld (s/d *in* Nucci e Russo, 2009), médico, concordavam que havia “uma espécie de «hermafroditismo da mente»” (Nucci e Russo, 2009:128), em que, certos indivíduos, apesar de serem homens, tinham uma mente feminina. Estes autores concordavam que a homossexualidade era algo biológico, algo inato e que não tinha cura possível devido a esta sua característica e origem.

Neste mesmo século deu-se uma disseminação da sexualidade (até este século era socialmente visível apenas enquanto prática das classes altas) e o “corpo social inteiro foi dotado de um «corpo sexual»” (Foucault, 1988:119). Até haver esta reviravolta o que regia as classes populares era o casamento, a fecundidade e a endogamia local e social. À medida que este dispositivo se foi infiltrando nestas camadas, através de etapas sucessivas: começando na natalidade e acabando no monopólio médico e jurídico (perante as perversões), houve um maior à vontade quanto à sexualidade e acabou por se tornar tão ou mais importante do que as dimensões já referidas. Surgiram as doenças do foro sexual e as “sexualidades periféricas”²⁰ (Foucault, 1988:40). Começou a haver um controlo dos casamentos, dos nascimentos e sobrevivências. Consideravam importante haver esta vigilância, pois quando se analisasse o historial médico de um homossexual, por exemplo, encontrar-se-ia “um ancestral hemiplégico, um genitor tísico ou um tio com demência senil” (Foucault, 1988:112). Tal como, se considerava que incontornavelmente “uma perversão sexual induzia um esgotamento da descendência - raquitismo dos filhos, esterilidade das gerações futuras” (Foucault, 1988:112). Por outras palavras, acreditava-se que a homossexualidade era uma doença que podia estar relacionada com outros quadros clínicos que podiam ser encontrados nos seus ascendentes.

²⁰ Todas as sexualidades fora da norma.

Por sua vez, após décadas de vigilância, controlo, rigidez e intolerância, no século XX, vamos finalmente ter algum apaziguamento, embora estes efeitos não desapareçam por completo. Passou a haver uma maior tolerância quanto a relações pré-nupciais e extramatrimoniais, a desqualificação e condenação da perversão foram reduzidas, e alguns tabus relacionados com a sexualidade das crianças desvaneceram-se (Foucault, 1988).

No decorrer deste século existiu sobretudo o medo de se ser homossexual, ou simplesmente ser reconhecido como um, e surgiu a homofobia (Costa, 1994). Só em 1973, esta orientação sexual deixa de fazer parte do rol de perversões e doenças mentais, por parte da Associação Psiquiátrica Americana²¹ (Nucci e Russo, 2009) e, mais tarde, em 1990, a Organização Mundial de Saúde deixou de considerar a homossexualidade como patologia²² (Costa, 1994). Apesar de a categorização ter sido abolida, os indivíduos que têm uma orientação sexual fora da norma continuam a sofrer de discriminação e a serem segregados e rejeitados nas mais diversas esferas sociais (Costa, 1994). Ainda assim, os indivíduos homossexuais, de uma maneira geral, conseguem, com maior ou menor dificuldade a integração social; já os indivíduos transgénero (travestis, transexuais, *drag queens*, etc.) - indivíduos cuja identidade de género não é normativa - são mais discriminados e têm maior dificuldade em se inserir na sociedade, pois não lhes é dada essa oportunidade (Costa, 1994).

A transexualidade é uma condição que está sobre a alçada médica. Foi considerada como doença, pela OMS até 1990, estando contemplada no CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde). E só veio a ser retirada 28 anos mais tarde, na sua última atualização, como veremos mais à frente, e apenas em 1995 foram permitidas as cirurgias para a mudança de sexo em Portugal.

2.2 As diferentes facetas da sexualidade

O sexo é um fenómeno complexo que não é visto apenas como algo biológico/físico (“sexo-natureza”). Foucault (1988:75) fala-nos no “sexo-história (...), sexo-significação (...), sexo-discurso (...)”. Quer isto dizer que o sexo tem várias dimensões e não se esgota em si mesmo. Apresenta, então, um lado social, um lado biológico, um lado histórico e todos estes, e outros não referenciados pelo autor (como por exemplo a religião - ‘sexo-religião’ ou a política -

²¹ No início dos anos 70 surgiu o primeiro movimento homossexual norte americano. Este surgiu com o intuito de lutar para que o “homossexualismo” fosse retirado do DSM II, acabou por ser retirado em 1973 (Nucci e Russo, 2009).

²² A Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade do CID 10 - aprovado em 1990 -, deixando esta de ser considerada uma patologia (Costa, 1994).

sexo-política), são importantes para se perceber o fenómeno da sexualidade na sua complexidade.

Lewinsohn (1956) descreve-nos as mudanças inevitáveis provocadas pelo cristianismo. Algumas das mudanças que houve em relação à sexualidade ou a práticas inerentes a esta passaram pela abolição do aborto como prática legal, o divórcio passou a ser considerado como um pecado perante a igreja, também o prazer era proibido na vida íntima do casal, o casamento cristão era indissolúvel (Bozon, 2004; Lewinsohn, 1956), entre outras. A justificação que era dada para estas práticas imperarem e vingarem era o facto de valorizarem a lógica de multiplicação; acreditava-se que a procriação era um valor absoluto, e que era isso que ia fazer com que as sociedades evoluíssem. Porém, a dada altura com a sobrepopulação e o paradigma da multiplicação²³ - como dogma importante da religião -, a solução, visto que os métodos contraceptivos tinham sido proibidos e o aborto era ilegal, seria a abstinência; o único método contraceptivo encontrado considerado moral do ponto de vista religioso. Tanto os homens como as mulheres deviam canalizar em específico a sua sexualidade para o casamento, mais propriamente, para a procriação. No entanto, para além desta norma moral não corresponder às práticas efetivas, às mulheres foi sempre cobrado um maior cumprimento desta norma, visto que são elas quem engravida e gera vida.

A religião passou o monopólio da sexualidade para a medicina e esta encarregou-se da medicalização da sexualidade (Bozon, 2004; Lewinsohn, 1956). Com isto transformou práticas vistas até então como pertencentes à sexualidade, sem nenhum outro cunho, em práticas de natureza médica (Bozon, 2004). São exemplos disto a masturbação - considerada como pecado aos olhos da religião; esta prática foi trazida para a medicina por enumerar uma série de desvantagens e consequências físicas para o indivíduo e só no século XX foi demonstrado que realmente não havia nenhuma consequência para os indivíduos que a praticavam - e a homossexualidade - considerada como um pecado, um crime e uma perversão. Em 1973 deixou de ser estar presente no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM), no entanto, pouco tempo depois surgiu o vírus do HIV. Como dito anteriormente, doença associada à homossexualidade, consequência da estigmatização e do rápido julgamento que era feito perante os homossexuais e o seu, suposto, estilo de vida (Bozon, 2004).

Não obstante, temos de sublinhar que a sexualidade do homem está menos medicalizada do que a da mulher. Ou seja, a sexualidade do homem - tal como toda a saúde em geral deste - não tem o olhar atento do médico sobre ela e apenas é analisada e examinada pela medicina em caso de doença (doença sexualmente transmissível, infertilidade, etc.) (Bozon, 2004).

²³ “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra” (Bíblia Sagrada, 2005).

Apresentamos de seguida um quadro resumo de como um problema médico pode tomar grandes proporções na sociedade e se pode transformar num problema social e de seguida haver uma politização do mesmo.

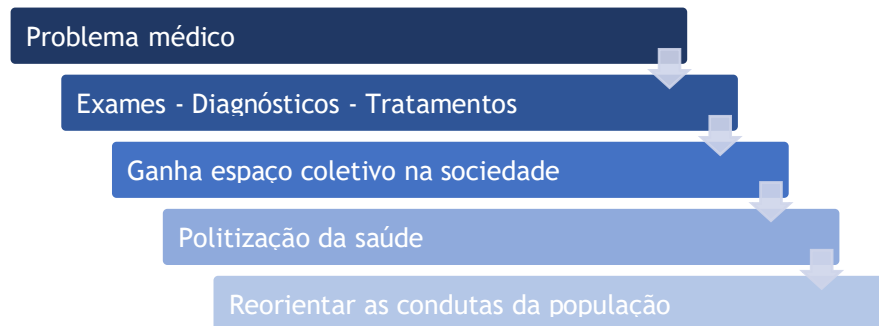


Figura 1 - Quadro resumo da politização da saúde

Fonte : Adaptado de Bozon, 2004.

A dimensão política também é uma dimensão presente quando se trata da sexualidade - biopolítica -, podendo ser apelidada de “sexo-política”. O objetivo desta é reencaminhar a sexualidade no caminho para o qual a sociedade está orientada e normalizar os percursos dos indivíduos - ideia presente no esquema apresentado acima.

Aristóteles afirmou que o homem é um animal político e, para além disso, o homem é um ser social e, nessa medida, toda a sua “ação tem efeitos nos outros homens, a sua forma de existência - qualquer que seja - é um modo de ação política”, tal como “o próprio comportamento sexual é uma das formas de existência do homem” (Pino, 1973:79). Analisando as palavras de Pino, o comportamento sexual é uma forma de fazer política, pois é uma das formas que os indivíduos têm para se expressar e afirmar perante a comunidade e os outros, é uma ação praticada pelos mesmos; no entanto, isto não significa necessariamente que usufruam dela com o propósito de ação política. A sexualidade é passível de ser estudada à luz da política, mas não pode ser reduzida a ela, pois não se trata de uma dimensão única deste fenómeno (Pino, 1973). Voltamos a evocar a interseccionalidade, que também no estudo da sexualidade está presente (Romero, 2018).

Em 1960 houve a politização da sexualidade e da vida íntima. Surgiram os movimentos sociais feministas e os movimentos sociais gays, por exemplo, que fizeram mudar a legislação, e, por isso, são considerados parte importante desta politização. Embora estas mudanças não sejam algo consensual e/ou observável em todas as sociedades geram a necessidade de analisar certas medidas políticas. A inexistência de leis dirigidas à não discriminação de minorias sexuais ou o seu mau funcionamento fazem com que estas minorias acabem por não ter a visibilidade e a proteção necessária e desejada (Bozon, 2004).

Quando Foucault (1988) se refere ao ‘sexo-discurso’ refere-se ao poder do conhecimento sobre o sexo e aos discursos construídos sobre a sexualidade. O conhecimento enquanto verdade pode ser diferente consoante quem o conta ou quem o escuta, consoante o contexto e/ou a época temporal, ou seja, pode ser subjetivo. E

“enquanto institucionalmente se incita ao saber e à análise, novos mecanismos normativos se vão aperfeiçoando e fixando a inteligibilidade do sexo numa economia de saber cada vez mais restritiva. Desta forma, os dispositivos de poder sobre a sexualidade não mais podem ser entendidos sob forma de censura ou repressão exteriores, refletindo-se antes numa omnipresença ou numa saturação de relações de força que é interna ao sujeito, interna à sexualidade e condição primordial para a sua instituição como domínio de conhecimento.” (Neves, 2013:12).

Por outras palavras, se em tempos se considerou que o poder exercido sobre a sexualidade provinha do exterior - da sociedade - com uma nova lógica, passou a ver-se esse poder vir do interior, ou seja, ser interno a cada indivíduo. E tudo isso veio alterar o conhecimento e a verdade que era tida até então sobre este fenómeno. Por exemplo, no decorrer do século XVIII, quatro conjuntos estratégicos foram desenvolvidos e tratam-se de “dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (Foucault, 1988:98):

1. Histerização do corpo da mulher;
2. Pedagogização do sexo da criança;
3. Socialização das condutas de procriação;
4. Psiquiatrização do prazer perverso.

Todas estas relações de poder subordinadas ao sexo têm o seu alvo específico, tendo em conta os conjuntos supracitados. E cada um destes conjuntos teve a sua contribuição para uma ‘nova verdade’. Estas relações de poder levaram à conceção de dois tipos de dispositivos, em que cada um apela a um tipo de ‘discurso’. Enquanto o *dispositivo de aliança* está associado ao social, ao status e à família; o *dispositivo de sexualidade* está ligado ao corpo e ao prazer. A relação entre estes dois dispositivos apresentados por Foucault (1988) não é a de substituição nem de alternância, mas sim de articulação entre eles.

O primeiro dispositivo, como vimos, está ligado ao social, ou seja, vê a sexualidade como sendo contruída socialmente e ligada a dimensões que lhe possam estar próximas. Essa construção é feita tendo em conta as várias aprendizagens sociais. Aprendizagens essas que vão permitir reconhecer cenários, ambientes, atores sociais, etc., potencialmente sexuais; no fundo, dá pistas ao indivíduo para que reconheça tudo aquilo que possa despoletar uma relação sexual. A este conjunto de aprendizagens pode-se denominar de “*scripts sexuais*” (Gagnon e Simon, 1973 in Bozon, 2004; Sant Ana, 2016). Estes podem ser de três tipos: 1) intrapsíquicos, 2) interpessoais, e 3) culturais.

- 1) *Scripts intrapsíquicos* - podem provir de “elementos simbólicos fragmentários, cenários culturais mais amplamente compartilhados e elementos da experiência pessoal” (Bozon, 2004:130). Ou seja, estes guias podem corresponder ao conhecimento adquirido da experiência de cada um ao longo da sua vida, mas também podem ser baseados na cultura da sociedade em que o indivíduo está inserido.
- 2) *Scripts interpessoais* - atuam nas interações face a face. São estes que permitem a manutenção das relações, “que provocam a excitação e coordenam a realização prática das relações sexuais” (Bozon, 2004:131).
- 3) *Scripts culturais* - revelam tudo aquilo que é permitido e tudo o que é considerado legítimo numa relação sexual, mas também tudo o que não pode ser feito. Pode-se dizer que são os guias da sociedade.

Estes scripts anteriormente apresentados podem atuar sozinhos ou em conjunto, dependendo da situação e do contexto social e histórico. Por exemplo, num contexto tradicional os scripts com maior utilidade seriam os culturais e os interpessoais (Bozon, 2004). Por outro lado, existem as *orientações íntimas*. Uma teoria alternativa aos *scripts sexuais*, desta vez, elaborada por Bozon (2004), caracterizada pelas orientações que cada indivíduo cria para si mesmo, como ser individualizado - não vivêssemos nós numa modernidade líquida (Bauman, 2006) - de forma a que se criem “verdadeiros quadros mentais, que delimitam o exercício da sexualidade, definem o sentido que lhe é atribuído e indicam o papel representado por ela na construção de si mesmo” (Bozon, 2004: 134).

Neste capítulo podemos averiguar a categoria “sexualidade” na sua vertente social e o que levou os vários autores a vê-la como tal e, conseqüentemente, a distanciá-la do olhar e dos estudos médicos. Verificámos que esta categoria não é estática, logo não significa o mesmo em todas as sociedades, podendo ser adaptada à cultura e às normas sociais empreendidas em cada sociedade, tal como em cada época. Para além disso, notaram-se mudanças ao longo dos séculos no que concerne, entre outras, às suas práticas, às visões desta, às classificações que lhe foram atribuídas. Estas alterações deveram-se a vários fatores, alguns dos quais a religião, a política e os discursos.

Assim, após descrito e explanado o que pode ser a sexualidade, como esta pode ser expressada, como esta pode ser oprimida, como esta pode ser um meio perpetuador dos papéis de género, como esta pode ser um referencial importante para a construção da identidade social de um indivíduo, entre outras reflexões feitas, passamos agora ao capítulo que foca as problemáticas adjacentes ao nosso objeto de estudo.

Capítulo 3. Transexualidade e Cidadania: a transexualidade como fator de vulnerabilidade às exclusões e desigualdades sociais

Neste capítulo vamos focar as teorias da exclusão social e como elas podem contribuir para a análise e enquadramento do nosso objeto de estudo, a transexualidade. Vários autores e autoras, dos e das quais Bruto da Costa (1998), Room (2000), Sawaia ((org.), 2001), têm estudado a exclusão social e deram o seu contributo para a construção de teorias que a explicam. Porém, algo que iremos averiguar ao longo deste último capítulo é se estas teorias são adequáveis ao estudo da exclusão das minorias sexuais, ou se estas são facilmente adequadas a esta realidade ainda pouco estudada.

Começaremos, então, por tentar definir ‘exclusão social’. Apesar de as definições variarem entre si, há algo em comum em todas as que analisámos: é um conceito considerado pelos vários autores e autoras como difícil de definir, complexo, polissémico devido à sua fluidez e capacidade de adaptação aos vários fenómenos que abrange (Jodelet, 2001 *in* Sawaia (org.), 2001; Carreteiro, 2001 *in* Sawaia (org.), 2001).

Sawaia ((org.), 2001) descreve a exclusão social como um processo nem subjetivo nem objetivo, não o considera nem racional nem emocional, não sendo nem individual nem coletivo; a socióloga caracteriza-o como um “processo socio-histórico, que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significações e ações” (Sawaia (org.), 2001:8). Por outras palavras, é um conceito que pretende dar resposta às mais diversas dimensões (materiais, simbólicas, sociais, políticas, subjetivas, etc.), sendo considerado multifacetado. Para além desta complexidade dimensional, a exclusão social apresenta consequências: marginalização (quando o indivíduo é mantido à parte de um grupo, instituição, etc.); segregação (quando há um afastamento e manutenção do mesmo em termos territoriais) e discriminação (quando o indivíduo em questão não apresenta igual acesso e oportunidades relativamente a certos bens, serviços, recursos, status, etc.) (Jodelet, 2001 *in* Sawaia (org.), 2001).

Sawaia diz-nos ainda que “a sociedade exclui para incluir” ((org.), 2001:8) e isso leva-a a concluir que a inclusão é algo ilusório. A socióloga atreve-se a acrescentar que estamos perante uma dialética de exclusão-inclusão, em que uma existe em detrimento da outra, não podendo falar de uma sem falar da outra. Inclusão social trata-se de um processo de “adaptação e normalização” (Sawaia (org.), 2001:8), por vezes até de culpabilização individual (Sawaia (org.), 2001).

Existem, por sua vez, algumas teorias acerca da exclusão social; expliquemos primeiramente a teoria de Room (2000) que é uma das mais abrangentes acerca da exclusão social. Este autor privilegia uma visão multidimensional das condições de vida manifestando uma preocupação com os processos dinâmicos, mas também estáticos, que estes envolvem. Todos os recursos (pessoais, familiares, coletivos) são importantes e, por isso, todos são tidos em conta. Tanto o carácter distributivo (referente à ausência de recursos para satisfazer as necessidades básicas - e físicas - do indivíduo) como os relacionais (referente às necessidades sociais do indivíduo), associados à abordagem das desigualdades sociais, são equacionadas e há um foco particular nos indivíduos, famílias, comunidades que vivem em condições particularmente desfavorecidas.

Já Bruto da Costa (1998) vê a exclusão social como um fenómeno passível de ser categorizado por graus. Isto é, sabendo que há várias dimensões de vida das quais os indivíduos podem estar excluídos e podendo estes não estar excluídos de todas concomitantemente, a exclusão social “mede-se” pelo número de exclusões a que o indivíduo está exposto.

Por sua vez, para Robert Castel (2000) a exclusão é vista como um último estágio - o pior, mais extremo - de uma espiral em que o indivíduo se vê envolvido e onde há um acumular de problemas de vários tipos e dimensões que se vão agravando até que a pessoa chega à exclusão social.

Simões *et al.* (2008:6) defendem uma multidimensionalidade da exclusão social, corroborando a interpretação de que esta tem vários fatores. Apresenta-se “como um resultado, que tem causas sociais, económicas e políticas que devem ser conhecidas”. Apresentamos agora seis possíveis dimensões da exclusão, que procuramos analisar mais detalhadamente, propostas por Bruto da Costa, 1998 e Sawaia ((org.), 2001):

- 1) Social - corresponde, essencialmente, a perda de laços sociais;
- 2) Económica - perda ou falta de bens, rendimentos, salário, pensão, etc.;
- 3) Institucional - referente à falta de acesso a instituições e departamentos como saúde, justiça, entre outras instituições fundamentais ao indivíduo;
- 4) Territorial - quando os indivíduos sentem diferentes graus de exclusão social em diferentes tipos de território, ex.: maior exclusão na periferia do que no centro de

um país, cidade, etc., pelo diferente desenvolvimento que apresentam; menor e maior desenvolvimento, respetivamente;

- 5) Referências simbólicas - quando a perda diz respeito a dimensões psico-sociais, como a perda de auto-estima, de sentido de pertença, da identidade social, entre outras;
- 6) Cultural - quando os valores do indivíduo não são reconhecidos.

Apresentadas sucintamente algumas teorias da exclusão, abordaremos nos subcapítulos que se seguem esta teorização mais detalhadamente.

3.1. Ser transexual: Exclusão ou desigualdade social?

Analisando as dimensões supramencionadas e cruzando com a bibliografia que já foi explorada nos capítulos anteriores, podemos concluir que as dimensões mais facilmente associadas à exclusão dos indivíduos transexuais são a social (em que há a rutura dos laços sociais com a família, vizinhos, colegas de trabalho, etc.), económica (quando há a perda do salário ou a sua inacessibilidade, de outros rendimentos, etc.), institucional (acesso debilitado à saúde, justiça, educação, etc.) e referências simbólicas (quando há a “perda de identidade social, de auto-estima, de auto-confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc.” (Bruto da Costa, 1998:17)).

Já vimos o que pode significar ser excluído (resumidamente, não ter direito à participação cívica) ou do que se pode estar excluído (das mais diversas esferas sociais e dimensões que as constituem). Porém, no que toca à transexualidade, a exclusão e/ou a discriminação - diferença entre conceitos supramencionada - podem ser diferentes. E nem sempre o termo “discriminação transexual” (Davis, 2017:11) é bem aplicado, pois nem todos os indivíduos transexuais sofrem este tipo de discriminação e pessoas que não são transexuais podem estar vulneráveis a ela também. Por outras palavras, Davis (2017) pretende dizer que se há pessoas transexuais que sofrem discriminação, há outras que não e, nessa lógica, não é justo generalizar este termo quando este não se aplica a uma população como se de um bloco homogéneo se tratasse. Por outro lado, há pessoas que não pertencem à população transexual, mas sofrem semelhante discriminação como aquelas que passam por ela e são, efetivamente, transexuais.

Quanto à exclusão e discriminação dos indivíduos LGBTI há vários dados que merecem e precisam de ser explorados e são estes resultados que nos levam a refletir e questionar acerca das respostas em falta para estes indivíduos. O gráfico seguinte resume as formas de discriminação identificadas num estudo feito pelo Observatório da Discriminação em função da orientação sexual e identidade de género:

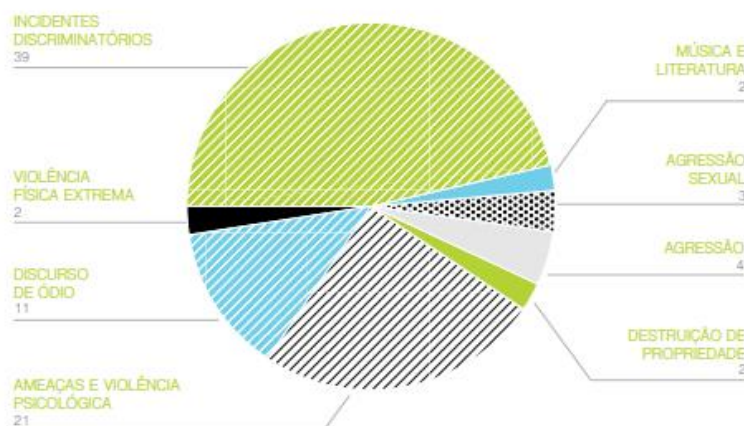


Figura 2 - Crimes e incidentes discriminatórios motivados pelo ódio contra pessoas LGBTI em Portugal
 Fonte: ILGA Portugal, 2018: 37

“Incidentes discriminatórios” (39 relatos - a maioria - em 84 respostas) é um indicador amplo, que englobou, neste caso, entre outros, um comentário de um professor universitário, atividades de praxe com conteúdo homofóbico, insultos em locais públicos e discriminação por parte de profissionais de saúde. Tal como ilustra o testemunho que se segue:

*“não os cumprimento porque tenho nojo das mãos deles”*²⁴ (Relato de testemunha sobre funcionário de conservatória de registo civil, acerca de casamentos entre pessoas do mesmo sexo) (ILGA Portugal, 2018:37)

Por sua vez, as “ameaças e violência psicológica” foram encontradas em diversos contextos, entre os quais o escolar, laboral, privado (nomeadamente, em contexto de violência doméstica) e retratam situações de *bullying*, chantagem, ameaça de expulsão de casa, de violação, entre outras. Como nos relata o testemunho seguinte:

*“foram ao meu trabalho insultarem-me, chamaram-me travesti e puta”*²⁵ (Mulher trans) (ILGA Portugal, 2018:29)

Quanto à dimensão “discurso de ódio” - a terceira com mais casos identificados - foi encontrada principalmente online (redes sociais e num site de alojamento local), mas também em contexto presencial. Esta dimensão engloba “expressões verbais discriminatórias contra pessoas ou grupos devido a características como etnia, origem, contexto cultural, nacionalidade, religião, género, orientação sexual ou deficiência. No entanto, o discurso de ódio inclui também expressões não verbais como as contidas em imagens, vídeos ou qualquer outra forma de comunicação, *offline* ou *online*” (Latour *et al.*, 2018: 31)

²⁴ Itálico feito pela autora.

²⁵ Itálico feito pela autora.

*“os homossexuais deviam morrer”*²⁶ (Comentário a uma notícia online) (ILGA Portugal, 2018:36).

Por todas as situações de discriminação de que são alvo, as pessoas transgénero têm o dobro da dificuldade em arranjar trabalho. Num estudo elaborado pela FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2014) 37% (mais de um terço dos inquiridos - 6579 inquiridos trans²⁷ no total) dos inquiridos trans sentiu discriminação aquando da procura de emprego e um quarto sentiu discriminação enquanto trabalhava. As pessoas transgénero de cor experienciam essa dificuldade quatro vezes mais (Davis, 2017), tratando-se aqui de um efeito de dupla discriminação. As mulheres transexuais e as pessoas que apresentam uma “identidade ou expressão de género trans mais visível” - não passam - (Saleiro e Sales Oliveira, 2018) estão mais expostas à discriminação (Saleiro, 2013; Saleiro e Sales Oliveira, 2018).

A exclusão acontece por exemplo nas seguintes situações da vida quotidiana dos indivíduos transexuais: 1) acesso bancário; 2) acesso ao hospital e/ou a cuidados médicos; 3) acesso aos provadores nas lojas de roupa; 4) acesso a balneários escolares ou no ginásio; 5) circulação nos transportes públicos (devido à foto do passe do transporte nem sempre corresponder à imagem atual do indivíduo, devido à transição de um sexo para o outro); 6) Acesso a casas de banho públicas (escola, trabalho, centros comerciais, etc.); 7) acesso a colégios onde só são admitidas raparigas ou onde só são admitidos rapazes; 8) quando a filiação nos documentos não corresponde à nomenclatura correta.

Todos estes tipos de exclusões que acabamos de enunciar coincidem com a expectativa de escutar o binarismo de género que impera na sociedade. O que faz com que quando alguém se assume como transgénero, a primeira reação das pessoas seja associá-la ao sexo oposto ao que era associado até então. Nisso, estão implícitos os papéis sociais de género e a dicotomia que é conhecida dos sexos. Para além disso, são esperadas atitudes, comportamentos e maneirismos associados ao sexo que aquela pessoa diz ter para ser associada como tal, bem como a aparência deve estar em conformidade com esse sexo, caso contrário há uma maior discriminação e marginalização, pois há um desrespeito das normas sociais que a heteronormatividade norteia (Davis, 2017).

Como iremos averiguar, nem todos os transexuais seguem um mesmo caminho aquando da sua assunção como tal, uns enredam pelo caminho das cirurgias, outros optam apenas pela toma das hormonas, outros realizam cirurgias e fazem o tratamento hormonal e outros não fazem qualquer tipo de tratamento, pois sentem não precisar de tal para estarem de acordo com a sua identidade de género. A sua escolha, seja qual for - dentro das anteriormente

²⁶ Itálico feito pela autora.

²⁷ Trans é um termo genérico para denominar todas as identidades ou orientações sexuais que não se inserem na norma (FRA, 2014; Saleiro e Sales Oliveira, 2018).

mencionadas - vai ter uma consequência, mesmo que temporária: a sua aparência não vai corresponder à documentação legal que possuem ou até à sua voz (esta é alterada pelo tratamento hormonal mais rapidamente do que muda a aparência física). Essa discordância pode gerar constrangimentos a vários níveis (Davis, 2017). Pois uma aparência fora da norma - que não “passa” (Saleiro, 2013) -, mesmo que a pessoa se diga homem ou mulher, pode não lhe conseguir dar acesso a tudo aquilo a que um homem ou mulher cisgênero tem. Esta situação prova, mais uma vez, a excessiva importância que é dada às normas de classificação de gênero e, conseqüentemente, à heteronormatividade e ao binarismo de sexo.

É controverso que as instituições (governos, agências, etc.) deem tanta importância à categoria ‘sexo’ e à categoria ‘gênero’ enquanto definidoras de um indivíduo, mas depois não tenham uma definição bem elaborada de cada uma e não saibam elucidar os cidadãos acerca das mesmas (Davis, 2017). Ainda há uma constante confusão entre sexo e gênero: ou se veem estes dois conceitos como paralelos ou, por outro lado, reconhecem a sua diferença, mas sem a saber explicar. No entanto, impõe-se perguntar: é assim tão importante haver um gênero/sexo que nos defina? “Does gender matter?” (Davis, 2017:16), pergunta que iremos tentar responder no subcapítulo seguinte.

Há perguntas que são discriminatórias só por si, mesmo que quem as faça não dê por isso: as perguntas “what are you?” e “who are you?” são muito diferentes e provocam sentimentos diferentes nas pessoas a quem são dirigidas (Davis, 2017). A primeira remete para a humilhação do indivíduo, não o tratando sequer como um indivíduo, mas sim como uma ‘coisa’ - algo que viola os direitos humanos. A resposta a essa questão acaba por nem ser relevante para a maioria das tarefas que a pessoa tem de cumprir ou até para o seu dia-a-dia. A segunda seria a pergunta indicada a fazer, pois refere-se ao indivíduo quanto à sua identidade e não o fere diretamente (Davis, 2017). Embora possamos dizer que nenhuma destas perguntas devesse ser efetuada, pois cada um e uma tem a liberdade de se construir à sua maneira sem ter de ser confrontado nesse processo. No entanto, seria uma boa estratégia, no caso de confusão durante a interação social, perguntar qual o gênero com o qual a pessoa se identifica.

Perante tanta discriminação, exclusão e violência dirigida à população transexual é necessário falarmos então em autonomia e emancipação destes indivíduos, mais especificamente, emancipação de gênero. Neste caso específico, emancipação de grupos ligados a identidades de gênero e/ou orientações sexuais que sejam minoritárias e que sofram exclusão (Sales Oliveira, 2018). Significa dar-lhes o poder de escolha para que cada indivíduo possa ter a capacidade de “pensar sobre si próprio e de analisar o seu contexto identificando constrangimentos e limitações socialmente impostas, capacitando-se para traçar um caminho que define como seu e, como tal, uma via para ser livre e (mais) feliz” (Sales Oliveira, 2018:201). Neste caso específico, falamos da transexualidade, e esta emancipação pode-se traduzir na capacidade individual e/ou de um grupo de identificar os obstáculos resultantes

da sua identidade de género para que assim os possa interiorizar e arranjar solução para os ultrapassar, libertando-se deles. Quando se dá a emancipação de um grupo esta pode gerar mudança social e “uma (re)construção social da autonomização do sujeito” (Sales Oliveira, 2018:210).

3.2. Algumas estratégias para a inclusão dos indivíduos transexuais

Neste seguimento, pretendemos neste subcapítulo apresentar algumas estratégias encontradas na sociedade civil para a inclusão e/ou, até, para a emancipação, após vermos no capítulo anterior algumas situações/locais de maior discriminação. Sendo o objetivo, por quem elaborou e/ou concretizou tais conceções, essencialmente, tornar os locais (mais) seguros e o ambiente, em geral, livre de discriminação, violência, exclusão, etc.

Algumas soluções para as situações excludentes supracitadas têm sido ensaiadas por Davis (2017), tais como:

1. Aumentar o leque de opções de sexo, para além de ‘homem’ e ‘mulher’, nos documentos de cada indivíduo ou extinção dos marcadores de ‘sexo’ em todos os documentos;
2. Abolir a fotografia de documentos, por exemplo do passe dos transportes públicos;
3. Disponibilizar formações educacionais, por exemplo para técnicos, professores, pessoal médico, etc. que lide ou possa vir a lidar com indivíduos LGBTQI;
4. Construir casas de banho unissexo ou “non-gender restroom” (Davis, 2017:80), com divisórias privadas (mais privacidade) e com sanitas (mais inclusão);
5. Seguindo a mesma lógica do ponto anterior, construir provadores de roupa unissexo ou ‘sem género’, tal como balneários escolares e/ou do ginásio;
6. Colégios exclusivos para raparigas ou só para rapazes deviam abrir admissões a todos os grupos, independentemente do seu sexo/género. Porém, na possibilidade de continuidade desta segregação educacional, os colégios só para raparigas ou só para rapazes deviam ter políticas mais inclusivas e regras mais flexíveis para pessoas trans conseguirem aceder a este tipo de ensino, quando a sua documentação ainda não estiver totalmente regularizada. Neste tipo de instituições de ensino deveria ser adotada uma transmissão da missão feminista e luta contra o sexismo, discriminação, etc.;
7. Construção de casas de acolhimento para vítimas LGBTQI.

Estes tipos de medidas podem levar a questões operacionais e conceptuais, visto que têm subjacentes visões do mundo e lugares diferenciados. Assim, Davis (2017) acredita que algumas destas opções supramencionadas fazem com que as duas categorias dominantes se destaquem, como é exemplo a primeira sugestão feita, relacionada com o aumento das categorias de sexo. Esse aumento, segundo Davis (2017) levaria a uma continuidade do destacamento de certas categorias e, conseqüentemente, fá-las-ia assumir um papel de dominante em detrimento de outras. Essas *outras* categorias assumiriam o lugar de submissas, logo esta medida estaria a perpetuar a discriminação, já existente, mudando apenas os seus alvos para o interior do grupo minoritário. Nesta lógica, a melhor proposta, para este autor, seria acabar com os marcadores de sexo. Para além de deixar os indivíduos com sexo ambíguo ou os indivíduos com sexo não conforme com o género mais confortáveis e, provavelmente, evitando muitas situações constrangedoras, também iria ser deixada a mensagem de que estes marcadores não são um definidor relevante para o dia-a-dia de cada pessoa (Davis, 2017).

Uma outra sugestão dada por Davis (2017) passou pelo descrédito da fotografia em certos documentos (carta de condução, passe de transporte público, etc.). Lauren Grey, identificada como “white transgender woman” (Davis, 2017:25) relata que quando foi comprar o seu carro foi notada a discrepância existente entre a sua aparência e o seu nome e o sexo que estavam assinalados na carta de condução e isso lhe trouxe constrangimentos. Apesar destes constrangimentos que possam existir com a população transexual, temos de pensar em casos de acidentes de viação, fraudes, perdas do documento, etc. que também são uma realidade e, muitas vezes, é a fotografia que mais rapidamente, e numa primeira fase, poderão identificar a quem pertence o documento em questão.

Stephanie Mott, outra mulher trans, refere a importância que tinha para ela se a sua certidão de nascimento refletisse o seu género, em vez do seu sexo biológico. Para ela, trata-se de uma questão de segurança e direitos humanos - direito a ter os documentos, nome, etc. em conformidade com aquilo que sente. O facto de os documentos não estarem em concordância com o seu género, faz com que cada vez que se candidata a um trabalho ou se regista para votar tenha de fazer um novo *coming out* e essa não é a situação ideal, devido a todo o preconceito, discriminação e ignorância acerca desta minoria sexual (Davis, 2017). Neste caso, falamos da necessidade de legislação dirigida a esta população, legislação que permita estes indivíduos exercer o seu direito à cidadania sem qualquer tipo de limitação e/ou constrangimento.

O uso de casas de banho públicas é um dos maiores problemas que as pessoas transexuais enfrentam no seu dia-a-dia, pelo constrangimento e a confusão que elas próprias sentem por não saberem que casa de banho frequentar ou pelo constrangimento que os outros indivíduos sentem e fazem sentir. Khadijah Farmer, uma mulher transexual em transição, através de Davis (2017), conta-nos o seu episódio num restaurante de Nova Iorque: tudo começou quando

se dirigia para a casa de banho feminina e a pessoa que estava a sair de lá lhe disse que estava na casa de banho errada. Ela afirmou que estava no sítio certo e entrou. Pouco tempo depois um dos seguranças do restaurante dirigiu-se ao compartimento em que Khadijah estava, bateu à porta e disse que tinha tido uma queixa de que estava um homem na casa de banho das senhoras. Ela, mais uma vez, disse que estava na casa de banho certa e, desta vez, ofereceu-se para mostrar a sua identificação, na qual estava assinalado o seu sexo - o feminino. Ela relata “that horrified me, and it made me feel extremely uncomfortable.” (Davis, 2017:55), principalmente, porque o segurança se recusou a ver a identificação dela e a discriminação não cessou após provar que se encontrava no sítio certo. Ora, explanado todo este problema, a sugestão de Davis (2007) é construir uma única casa de banho, mas pensada de forma diferente do que se tem vindo a fazer até agora. Essa sugestão passa, então, por: construir apenas uma casa de banho composta por compartimentos fechados e com sanitas, para que efetivamente todos os indivíduos tenham usufruto da sua privacidade e ninguém fique discriminado (Davis, 2017). No entanto, temos de refletir acerca dos possíveis problemas que poderão existir caso esta ideia se concretizasse: uma maior hipótese para que abusos sexuais e/ou de género acontecessem. É questionada, principalmente, pela segurança - que não existe -, pois, por exemplo, os indivíduos violadores teriam num lugar onde era legitimada a permanência concomitante de todos os sexos - sem câmaras e fechado - uma maior abertura para que pudessem concretizar o(s) seu(s) crime(s).

No corrente estudo falamos de indivíduos transexuais, todavia, os géneros e os sexos não se esgotam em si mesmos, e vários são os géneros que o indivíduo pode realmente ter. Assim, a(s) pessoa(s) que não se identifique(m) com nenhum dos sexos elegíveis têm ainda mais dificuldade quanto ao possível uso das casas de banhos, pois ao não se identificarem com nenhuma das opções legitimadas - pela sociedade e pelo estado - não conseguem usufruir de nenhuma das opções disponíveis. Muitas vezes, os indivíduos transgéneros são relegados para casas de banho de uso exclusivo para eles, o que no fim os faz sentir excluídos e estigmatizados da mesma forma. Uma das soluções, neste caso, é adicionar mais funções a essa casa de banho, por exemplo (Davis, 2017).

Toda esta discussão acerca das casas de banho públicas é muito mais do que falar apenas do acesso/não acesso: é uma questão de saúde pública²⁸. Faz-nos questionar todos os estereótipos e papéis de género que estão inculcados na sociedade, faz-nos rever toda a legislação acerca da identidade de género e expressão de género existente e a participação

²⁸ Enumeramos este problema como pertencente à saúde pública, pois muitas vezes quando as pessoas não têm acesso às casas de banho públicas acabam por não ter outra hipótese de colmatar as suas necessidades fisiológicas. E o facto de ser humilhante “being forced to hold one’s urine” (Davis, 2017:59) também prejudica a saúde de cada indivíduo que é coagido a fazê-lo. Isto só acontece porque a sociedade em geral não permite que a expressão de género flua livremente, coagindo os indivíduos a seguir as normas, independentemente de se sentirem ou não embrenhados nelas.

que cada um tem ou deveria ter na esfera pública numa democracia. Num estudo elaborado por Herman (2008), em que foram inquiridas pessoas transgénero e género não conforme, este recolheu os seguintes dados: 68% dos inquiridos e inquiridas admitiu já ter sofrido assédio verbal aquando do usufruto ou acesso a casas de banho públicas, a 18% dos e das respondentes já tinha sido negado o acesso às casas de banho públicas e 9% já tinha sofrido assédio físico aquando do usufruto ou acesso a este tipo de cómodo. Estes dados serviram para que Davis (2017) arriscasse afirmar que:

“The fact that most public restrooms are segregated according to binary sex is a further restriction on our capacity to be and participate in the public sphere, but one that many of us accept as a necessary and harmless form of sex differentiation” (Davis, 2017:60).

No que concerne ao caso dos colégios: Calliope Wong, mulher ázio-americana trans, candidatou-se a um colégio que só admitia mulheres (Davis, 2017). Devido às políticas de admissão que o colégio tinha - exigia que todos os documentos comprovassem o sexo feminino da candidata -, por duas vezes, viu a sua candidatura ser negada. Calliope, na entrevista que teve aquando da candidatura ao colégio, explicou a sua situação: tinha nascido com o sexo biológico masculino, mas não se identificava com ele, não se sentia homem. Por isso, ainda havia alguns documentos que refletiam o seu sexo e não o seu género. Davis (2017) refere que o facto de haver estas normas de admissão é uma forma de dizer que as mulheres trans não são verdadeiras mulheres e isso tira-lhes direitos, bem como acesso a certos espaços que as mulheres (e nalguns casos, como já vimos, os homens) têm. As redes sociais foram inundadas com várias notícias acerca deste caso e acabou por se tornar tão viral que gerou manifestações²⁹ e até chamou a atenção para outros colégios semelhantes, mais precisamente, para as suas políticas de admissão. Tanta polémica fez com que o colégio acabasse por admitir Calliope, mas para isso teve de reformular as suas regras (Davis, 2017).

Outra medida que se prevê muito importante para os indivíduos LGBTI é a Casa Arco-íris. Esta trata-se de uma casa abrigo para pessoas de minorias sexuais e foi criada no ano de 2018, em Matosinhos, com o objetivo de

“assegurar de forma integrada o acolhimento urgente e de curta duração a vítimas de violência doméstica LGBTI, acompanhadas ou não de filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência, em virtude de questões de segurança e/ou de iminente risco de revitimização, garantindo o alojamento temporário e a satisfação das necessidades básicas, a proteção e segurança no sentido da minimização do risco e da vulnerabilidade social, o apoio psicológico, social e jurídico e a reconstrução de um projeto de vida autónomo e independente.” (Associação Plano i, s/d: s/p).

²⁹ Onde havia cartazes com as seguintes frases: “Trans women belong here” e “Smith College can’t be a women’s college without supporting trans women” (Davis, 2017:86).

Esta é a primeira casa abrigo destinada a indivíduos LGBTI vítimas de violência doméstica e/ou de género na Europa, o que demonstra o seu carácter urgente - tendo em conta dados já apresentados anteriormente sobre a realidade destes indivíduos. As que existiam destinadas à população LGBTI eram para acolher indivíduos refugiados (Itália e Alemanha) e a outra para acolher pessoas em situação de sem-abrigo (França). Esta casa abrigo permite albergar sete indivíduos em simultâneo e promete ser um apoio fundamental para vítimas destes tipos de violência, pelo seu carácter de ambiente seguro. Para além disso, o facto de ser oferecido um apoio personalizado a cada indivíduo que tiver de ser albergado nesta casa abrigo, de forma a lhe ser garantida formação e apoio suficiente para se tornar autónomo quando a abandonar, torna-se uma medida importante para que cada caso se torne um sucesso no seu futuro. É esperado que consiga contornar as adversidades resultantes da situação que o levou até a esta casa abrigo e consiga construir um futuro autonomamente (Associação Plano i, s/d).

Poderíamos expor aqui a legislação portuguesa e/ou as recomendações feitas internacionalmente acerca da identidade de género, visto que estas constituem medidas relevantes para que a população transexual tenha cada vez mais visibilidade, no entanto, faremos essa discussão na segunda parte desta dissertação. Sem nunca negligenciar a importância que estas têm no combate à discriminação e cessação da invisibilidade, neste caso, da população transexual.

PARTE II - ANÁLISE EMPÍRICA

Capítulo 1 - Opções metodológicas e o delinear da pesquisa

Após a exposição do corpo teórico que suporta esta pesquisa, pretende-se, agora, abordar a parte empírica da mesma. Para isso, haverá a construção do modelo de análise, alicerce desta parte empírica - e serão explicadas as escolhas metodológicas utilizadas ao longo da presente investigação.

Esta parte empírica é fulcral para que os fenómenos sociais sejam destrinchados e esmiuçados, tanto quanto a pesquisa assim o exigir. Estes fenómenos sociais são complexos e não são passíveis de serem reproduzidos em laboratório, logo o ideal é serem estudados no seu ambiente, com o menor controlo e/ou interferência possível por parte de quem aplica a pesquisa (Martins, 2004). No entanto, apesar de ser altamente desejada, esta neutralidade nem sempre é facilmente alcançada e Becker (1977 *in* Martins, 2004) chega a dizer que esta é relativa, pois poderão existir interferências, mesmo que inconscientes. Seja através de entoações de certas palavras pelos entrevistadores ou pelas entrevistadoras ou através da sua linguagem corporal, por exemplo.

Tendo em conta os objetivos traçados anteriormente e os referenciais que a metodologia qualitativa tem, foi esta última que nos pareceu adequada para desenvolver a presente dissertação visto que se pretendia compreender questões complexas e profundas, não captáveis em recolhas de dados extensivas (Guerra, 2014). As técnicas de recolha de dados a ser utilizadas serão a entrevista compreensiva e a análise documental, que apresentaremos mais à frente em maior detalhe.

1.1 Das questões de partida ao modelo de análise

Uma investigação sobre esta temática e com uma abordagem de cariz predominantemente indutivo que recorre a métodos e técnicas qualitativas, poderia com toda a pertinência optar por não formatar um modelo de análise e assumir uma postura exploratória. Refletimos sobre esta opção e optámos por, diferentemente, desenvolver um modelo analítico, ainda que

flexível, porque consideramos não ser olvidável a influência que as muitas leituras efetuadas teriam tido na nossa (ante)visão do objeto de estudo. Nestas leituras destacamos a existência do trabalho de Sandra Saleiro (2013), pesquisa aprofundada sobre esta população, para a realidade portuguesa, que faz com que não se possa considerar que há um total hiato sociológico sobre esta realidade e que no nosso caso, permitiu que partíssemos para a investigação com um questionamento de partida, que recordamos: perceber se a heteronormatividade do contexto envolvente condiciona a identidade de género destes indivíduos, sendo o objetivo principal desta dissertação. Os objetivos específicos delineados por nós são os seguintes:

- Confrontar os papéis de género no contexto da transexualidade;
- Aferir as experiências e perceções de pessoas transexuais quanto aos papéis de género a que foram expostos ao longo do seu percurso de vida;
- Explorar se a transexualidade desafia a heteronormatividade ou se a perpetua;
- Averiguar quais os elementos constitutivos da identidade social de um indivíduo transexual;
- Perceber qual a importância que a mudança legal de sexo e de nome e/ou a mudança física de sexo tem para a construção da sua identidade.

Os conceitos que elegemos como sendo essenciais para a exploração desta dissertação são: género, sexo, identidade de género, sexualidade, papéis de género, heteronormatividade e exclusão. Apresentamos de seguida um quadro com a respetiva operacionalização destes conceitos, que propositadamente foi levada apenas até ao nível das dimensões, por se pretender elaborar um guião semi-estruturado deixando espaço à emergência de indicadores e novas dimensões.

Tabela 1. Operacionalização do conceito "Sexo"

CONCEITO	DIMENSÕES
Sexo	(Auto)conceito
	Biológica/anatómica

Tabela 2. Operacionalização do conceito "Género"

CONCEITO	DIMENSÕES
Género	Auto(conceito)
	Identidade de Género
	Expressão de Género
	Socialização de Género
	Performatividade de Género

Tabela 3. Operacionalização do conceito "Identidade de gênero"

CONCEITO	DIMENSÕES
Identidade de gênero	Autorrepresentação
	Expressão de Gênero
	Comunicação e Tratamento Nominal

Tabela 4. Operacionalização do conceito "Sexualidade"

CONCEITO	DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES
Sexualidade	Orientação Sexual	Heterossexualidade
		Homossexualidade
		Bissexualidade
		Pansexualidade
	Identidade Sexual	Assexualidade
		Intersexualidade
		Transexualidade
	Movimentos Sociais	<i>Queer</i>
		Movimentos LGBT

Tabela 5. Operacionalização do conceito "Papéis de gênero"

CONCEITO	DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES
Papéis de Gênero	Cultural/Social/Biológico	Feminino
		Masculino
		Outros (diversidade)

Tabela 6. Operacionalização do conceito "Heteronormatividade"

CONCEITO	DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES
Heteronormatividade	Cultural/Social	Binarismo de Gênero
		Heterossexualidade
		Identidade de Gênero
		Parentalidade
		Modelo Familiar
		Significados
		Discursos
		Práticas Sexuais
		Expressão de Gênero
	Legal	Monogamia

		Leis LGBT
	Institucional	Escola
		Hospital

Tabela 7. Operacionalização do conceito "Exclusão"

CONCEITO	DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES
Exclusão	Social	Laços Sociais
		Discriminação
	Económica	Remuneração
	Institucional	Saúde
		Justiça
		Educação
	Referências Simbólicas	Identidade Social
		Autoestima
		Autoconfiança
	Política	Legislação

Podemos afirmar que estes conceitos e a sua respetiva operacionalização são o ponto de partida para a análise que será feita no capítulo seguinte desta dissertação. Para isso, é fulcral que tenhamos em consideração todo o enquadramento teórico anteriormente elaborado e também os objetivos desta investigação, para que não se perca a linha de investigação estabelecida.

1.2 Metodologia de investigação

Com o modelo de análise já explanado, partimos agora para a especificação dos processos metodológicos que foram imprescindíveis para a realização desta segunda parte da presente investigação. Antes de mais, urge definir-se metodologia. Esta pode ser caracterizada pelo “conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades” (Demo, 1989 *in* Martins, 2004:291). Esta pode assentar em quatro premissas: influência recíproca entre teoria e método; enfoque nos objetivos da pesquisa; explanação do tipo de percurso metodológico a seguir e como este foi determinado; e atenção a possíveis erros no desenrolar da investigação (Ragin e Amoroso, 2011; Augusto, 2014; Marconi e Lakatos, 2003).

A escolha da metodologia certa é importante, pois é esta que vai guiar uma investigação e depende sempre do tipo de questionamento feito no início da investigação e dos objetivos que foram propostos pelo investigador (Martins, 2004; Augusto, 2014). Caso essa escolha não seja adequada para o estudo em questão a investigação vai estar condicionada e pode até ficar condenada. Logo, algo que nunca se deve fazer é forçar os objetivos a uma metodologia, pois não pode ser uma escolha baseada em preferências, como Augusto (2014) faz questão de sublinhar: “escolher uma metodologia de pesquisa não pode ser uma mera questão de preferência. Essa escolha terá de estar relacionada com as questões que o investigador coloca, com a natureza do que se pretende conhecer, com o tipo de respostas que espera providenciar”. Pois o âmago de uma pesquisa é, precisamente, responder aos objetivos propostos (Marconi e Lakatos, 2003) e não deve haver um enviesamento da investigação sob qualquer pretexto.

1.2.1 Metodologia Qualitativa

Nesta lógica, consideramos que a metodologia que melhor poderá dar resposta a esta investigação será a metodologia qualitativa. Esta, por norma, debruça-se na “análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais” (Martins, 2004:292) e Deslauriers (1997 *in* Guerra, 2014:11) define-a como uma “variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, decodificar, traduzir certos fenómenos sociais (...). Estas técnicas dão mais atenção ao significado destes fenómenos do que à sua frequência”. Com esta breve descrição podemos apurar algumas das intenções desta metodologia: elucidação dos fenómenos sociais seguido de uma pretensão de aprofundamento dos mesmos, em que no final o objetivo é a captação de significados, perceções, opiniões, sentimentos, etc. que estejam associados ao fenómeno em estudo. E isto é, em linhas gerais, o que pretendemos no presente estudo.

Kaufmann (2000 *in* Santos, 2014) e Poupart (1997 *in* Guerra, 2014) defendem este método como aquele que vê a população estudada como parte importante e inerente à sociedade, logo, parte importante para a investigação. Nós, neste estudo, pretendemos exatamente captar as perceções de cada um dos indivíduos transexuais e fazer deles o elemento fundamental para a obtenção de conhecimento. Como temos vindo a debater, trata-se de um fenómeno ainda pouco explorado e é expectável que tenha pouca abertura que possibilite a sua exploração - devido a certas características sociais presentes nesta composição social (estigmatização e exclusão social). Logo há necessidade de recorrer a uma metodologia que nos permita fazer um estudo onde haja possibilidade de uma maior profundidade na exploração ou como Guerra (2014:22) diz, um “contexto da descoberta”. Isto é, apesar do objetivo principal de uma dissertação de mestrado não ser a elaboração de novas teorias, podem daqui surgir pistas para novos conceitos ou novos referenciais que alimentem a

elaboração de novos quadros teóricos, visto que quando falamos do fenómeno da transexualidade verificamos ainda um grande vazio sociológico (Saleiro, 2013).

Esta é uma metodologia de carácter indutivo, isto é, trata-se de um processo com início em algo específico que depois alarga para algo geral, onde se pretende identificar as características fulcrais do fenómeno em estudo (Guerra, 2014). Foi nossa pretensão, na presente investigação, começar por explorar a área do género e da sexualidade, algo específico e intimamente ligado ao domínio da transexualidade, para depois conseguir chegar ao tema central da dissertação, onde a informação ainda é dúbia.

Esta apresenta-se como uma metodologia circular, isto é, não tem uma estrutura fixa que o investigador tenha de seguir, o que dá uma maior liberdade para que possa fazer alterações ao longo da investigação (Ragin e Amoroso, 2011) e, conseqüentemente, há um “trabalho de construção do objeto (...) contínuo desde o início até ao final da pesquisa” (Guerra, 2014:22). Nesta sequência, vemos uma crítica por parte das metodologias compreensivas às metodologias não compreensivas - e dedutivas - que apresentam um quadro fixo no que toca à elaboração de toda a pesquisa e sua análise, pois as segundas apresentam uma maior liberdade nisso sendo por isso mais adequadas a contextos exploratórios (Guerra, 2014).

Não podemos apresentar convenientemente esta metodologia - ou qualquer outra - sem falar das suas vantagens e das suas desvantagens. As vantagens desta metodologia focam-se, na possibilidade de aprofundar os fenómenos por ela estudados, que fará com que a informação, mesmo que seja pouca em quantidade, seja rica em dados, pois é uma metodologia que prima pela amplitude e profundidade (Martins, 2004). Já para Poupert (1997 *in* Guerra, 2014) as vantagens podem ser de ordem epistemológica: os atores sociais são imprescindíveis, pois é a partir deles que vamos poder recolher a informação essencial; de ordem ética e política: permitem o aprofundamento de todas as contradições e dilemas que assolam a sociedade; e de ordem metodológica: no sentido em que se tornam o “instrumento privilegiado da análise das experiências e do sentido de ação” (Guerra, 2014:10).

Quanto às suas limitações e fragilidades estas passam pela representatividade, generalização, subjetividade, problemas técnicos que possam existir aquando da recolha de informação (Martins, 2004), rigor e cientificidade (Augusto, 2014). Por outras palavras, não é habitual um estudo qualitativo ter definido desde logo o número de casos que terá de investigar, não é da natureza qualitativa que haja uma representação estatística, mas sim social (Guerra, 2014) e o facto de não haver um plano fixo pré-definido bem como a dificuldade de manter a neutralidade axiológica (Weber, 2006) faz com que o rigor e/ou a cientificidade do mesmo possa ser posta em causa.

A metodologia qualitativa é caracterizada por uma proximidade entre o investigador e o objeto de estudo nos casos em que há interação direta, é necessário o desenvolvimento de

empatia e de confiança para que a pessoa em estudo se sinta suficientemente à vontade para revelar a sua vida (Martins, 2004; Lalanda, 1998). Este deve, inclusive, “ser levado a ocupar o lugar central da entrevista” (Lalanda, 1998:874) para que haja a abertura desejada para este tipo de investigação. Todavia, esta proximidade pode levantar uma crítica: a da subjetividade. O facto de haver esta proximidade, pode levar a que a investigação fique condicionada, pois pode ser posta em causa a objetividade e neutralidade do conhecimento científico (Martins, 2004). Neste caso, também se pode questionar a veracidade das memórias do indivíduo inquirido, ou seja, quando durante a recolha de dados são evocados acontecimentos passados, pode existir a dúvida se o discurso do inquirido corresponde aos acontecimentos reais ou em que medida são interpretações suas do sucedido. Esta dúvida surge devido ao hiato de tempo entre o momento do acontecimento e o momento da recolha, este pode ser demasiado longo e as suas memórias podem ter sofrido alterações (*idem*). Piedade Lalanda (1998) chama-nos a atenção para outra questão relacionada com as memórias *versus* representações: toda a investigação apresenta um contexto, está ‘condicionada’ com os objetivos e o caminho até ali traçados pelo investigador. Quer isto dizer que “não se trata, por isso, de ouvir um qualquer relato ou uma qualquer história sem estrutura ou sentido, mas de ouvir falar a realidade segundo um traçado que é proposto” e a socióloga continua “cabe depois ao sociólogo explicar esses discursos, descodificar-lhes o sentido, interpretá-los, aproximando a definição inicial do seu objeto com o real encontrado” (Lalanda, 1998: 874-875), nunca descurando o facto de que, pelos motivos apresentados, podemos estar “perante uma construção seletiva baseada na memória e nas representações” (Lalanda, 1998:874).

1.3 Técnicas de recolha de dados

Depois de explanada a metodologia que consideramos mais adequada à investigação em curso - da forma já referida anteriormente -, segue-se a escolha das técnicas de pesquisa de recolha de dados. Nesta fase, tem de se ter sempre em conta os objetivos traçados para que sejam escolhidas as técnicas que melhor conseguirão responder às nossas expectativas de investigação e, conseqüentemente, que nos darão auxílio para chegar aos resultados finais (Guerra, 2014). Estas técnicas servem para retirar ilações sobre um determinado fenómeno em estudo. E apesar de todas as técnicas serem diferentes, no que concerne à sua aplicação, estrutura e até aos objetivos, há algo que se mantém: seja qual for a técnica aplicada tem de refletir, tanto quanto possível, “the values, perceptions and interests of the respondent” (Gray, 2009:339).

Como técnicas de recolha de dados, neste estudo em profundidade, optamos por técnicas que respondem a uma investigação biográfica. Esta demonstra utilidade, pois “the intent of

biographical research in its various guises is to collect and interpret the lives of others as part of human understanding” (Roberts, 2002:15) e compreender “the ‘real’ lives of others” (Roberts, 2002:92). Nem sempre a *vida* foi tida como objeto de estudo ou fez parte das pesquisas, porém os investigadores interessam-se e reconhecem cada vez mais as vantagens em tê-la presente nos seus trabalhos. Esta permite captar significados e histórias dos indivíduos, tal como captar os seus quotidianos. E tal como Brian Roberts (2002) nos diz: a pesquisa biográfica teve vários usos, entre os quais o estudo de assuntos negligenciados anteriormente e foi usada também para dar voz aqueles que não tinham tido possibilidade até então. Objetivo este de “dar voz” sublinhado por Ragin e Amoroso (2011), usado comumente na metodologia qualitativa, que nós achamos que será, de todos³⁰ os enumerados por estes autores, o que melhor se adequa a este estudo sobre transexualidade, visto que é uma população discriminada, ainda envolta numa grande invisibilidade e com pouco espaço na sociedade para se exprimir.

O que torna este tipo de estudo - o biográfico - tão interessante do ponto de vista sociológico é o facto de permitir averiguar qual a relação dos entrevistados com o meio social e a sua produção dentro desse meio. Pois “it claims that biography can show the personal feelings and beliefs as they arise in the interplay of ‘individual’ and ‘social’ elements” (Roberts, 2002:88). Inclusive, há autores (Evans, 1993 *in* Roberts, 2002; Guerra, 2014) que são apologistas de que dicotomias como ação-estrutura e sociedade-indivíduo, entre outras, deviam ser desafiadas, visto que, nesta perspetiva, não é pretendida uma rutura entre elas, mas sim que haja uma interação. Guerra (2014), acrescenta ainda que esta metodologia serve precisamente para que, concomitantemente, se averigüe a interação existente entre a sociedade e o indivíduo, tal como se recolham acontecimentos e emoções advindos dessa interação. No entanto, ao contrário do que foi aferido nas linhas anteriores, Bertaux (1997 *in* Guerra, 2014) faz uma distinção entre os tipos de informação que podem ser averiguados: uma dirá respeito mais ao discurso pessoal, sem grande influência do contexto envolvente, digamos assim; e outro tipo de discurso em que já são averiguadas as influências recíprocas que possam existir entre o sujeito e a sociedade. Todavia, esta diferenciação não é, do ponto de vista sociológico, viável, visto que não é sociologicamente correto separar estas duas esferas; por outro lado, quando o entrevistado está a relatar a sua história, está a narrar “em simultâneo, os «factos» e as emoções que lhes estão associadas” (Guerra, 2014:20).

Assim sendo, as técnicas que serão utilizadas serão a entrevista compreensiva, dentro desta abordagem biográfica, e a análise documental, analisando a legislação portuguesa existente sobre o nosso objeto de estudo.

³⁰ Ragin e Amoroso (2011) delinearão sete objetivos específicos de uma pesquisa social: identificar padrões e relações gerais, testar e redefinir teorias, fazer previsões, interpretar fenómenos cultural e historicamente relevantes, explorar a diversidade, dar voz, avançar com novas teorias.

1.3.1 Entrevista

Uma entrevista traduz-se numa conversa entre duas pessoas, em que uma assume o papel de entrevistado e outra de entrevistador e o seu objetivo primário é o de recolha de dados para dar resposta a uma investigação (Gray, 2009; Marconi e Lakatos, 2007). O investigador tem como funções colocar questões, ouvir e colocar novas questões (Gray, 2009). Neste sentido, David Gray (2009:383) fala-nos em “attentive listening”, que se traduz na atenção dada ao que o respondente está a dizer, ao seu tom de voz, à ênfase dada a certas palavras e até aos silêncios que possam existir. Logo, ouvir nunca é simplesmente *ouvir*; e devido a haver o propósito da recolha de dados, é preciso ter atenção redobrada para tentar compreender todas as atitudes e comportamentos do entrevistado (Gray, 2009; Roberts, 2002). Se for detetado algum sinal negativo por parte do respondente deverá mudar-se de pergunta e/ou assunto, para que volte a sentir-se à vontade (Gray, 2009). Para que haja uma partilha de informação profícua é desejável que haja um estabelecimento de confiança e empatia desde o primeiro contacto - como já foi supramencionado -, pois assim a partilha de informação será mais imediata e a conversa seguirá mais fluída. Neste tipo de entrevista pode haver um desequilíbrio social entre entrevistado e entrevistador (Gonçalves, 2004; Roberts, 2002), logo à partida porque o entrevistador detém o poder de estar a entrevistar, de conhecer o guião e os objetivos. É essencial que este desequilíbrio seja ultrapassado, porque este poderá ser o maior obstáculo a uma total abertura pelo respondente (Roberts, 2002; Gonçalves, 2004).

A entrevista compreensiva é a técnica principal usada nesta investigação, pois esta prima pela captação das representações e significados que são atribuídos pelos e pelas respondentes aos acontecimentos relatados (Lalanda, 1998; Grey, 2009). Mais especificamente, “procura, entre outras coisas, entender o modo como os indivíduos vivenciam o seu quotidiano, em particular determinados acontecimentos ou mudanças, durante a sua vida” (Lalanda, 1998:877). Roberts (2002:94) descreve-a como uma simbiose entre uma “narrativa do passado” e um “meio de expressão”.

Apesar da entrevista ser uma técnica aplicada individualmente, quando aplicada, tem de se ter em atenção que a pessoa e todas as suas ideias até ao momento da entrevista foram influenciadas por uma partilha de valores e práticas que houve entre os atores sociais com que esta contactou e contacta. Assim sendo, não estamos a captar o resultado da individualidade do indivíduo, mas sim o resultado da sua socialização e de uma partilha de valores e práticas (Lalanda, 1998). Como Gonçalves (2004:72) faz questão de destacar “o efeito de comunicação [da entrevista] resulta de uma multiplicidade de fontes que transcendem a mera comunicação verbal e, até intencional”. Podemos referir aqui novamente os silêncios que poderão existir, e que Gonçalves (2004) acautela os entrevistadores a não se apressarem no seu preenchimento e a darem espaço ao entrevistado, pois o silêncio pode traduzir um momento de reflexão, por exemplo. Lalanda (1998:875)

acrescenta ainda que o indivíduo constrói a sua identidade ao contar a sua história, ao revelar percepções, sentimentos, fragilidades, opiniões; isto é, “*contar-se é também olhar-se e identificar momentos marcantes de transição e mudanças*”, é dar aos indivíduos, de certa forma, um momento de reflexão para que possam interrogar-se a si mesmos e apresentar um testemunho (Meyer, 1995 in Lalanda, 1998).

Para realizar este estudo usou-se a entrevista semi-diretiva. Este tipo de entrevista permite que o entrevistador gira a entrevista de uma forma mais livre, apesar de haver um guião para que haja um maior auxílio durante a conversa, este guião não tem de ser seguido à risca. Isto é, pode ser alterada a ordem das perguntas, podem ser acrescentadas perguntas consoante a necessidade durante a entrevista - seja para esclarecer alguma dúvida do respondente, seja para aprofundar um determinado assunto, seja por ter sido encontrada relevância durante a realização da entrevista por outro motivo plausível (Gray, 2009).

As entrevistas ao objeto de estudo foram realizadas entre Agosto e Novembro de 2018 e tiveram uma especificidade que importa destacar: sete entrevistas foram realizadas através de videochamada (usando o software Skype ou usando a mesma ferramenta na rede social Facebook) e duas foram feitas por chamada telefónica, devido à distância e à impossibilidade da entrevistadora em se deslocar, visto os entrevistados serem de diversos pontos do país. No caso das chamadas realizadas por videochamada foi possível obter uma imagem dos respondentes, ver as suas expressões faciais, ver, mesmo que de forma limitada, a maneira como se apresentavam em termos de maquilhagem, acessórios, roupa, etc., ou seja, elementos que constituem a expressão de género dos indivíduos - para poder averiguar se se coadunava com a forma como eles a descreviam. Esta imagem de que falamos aqui, muitas vezes, é importante (Cavalcanti, 2005) e no caso do uso das chamadas telefónicas apenas pudemos captar reações através da entoação das palavras dos respondentes, o que pode limitar, de certa forma, a interpretação (Opdenakker, 2006).

Este tipo de interação virtual tem vantagens e desvantagens, comparando com a interação pessoal. Por um lado, a interação virtual pode facilitar em termos de comunicação, isto é, pode ser mais fácil falar de certos assuntos se as duas pessoas não se estiverem a olhar nos olhos³¹ (Cavalcanti, 2005; Opdenakker, 2006), todavia a observação da linguagem corporal fica anulada por completo (caso das chamadas telefónicas) ou parcialmente (caso das videochamadas) (Opdenakker, 2006). No entanto, o que captamos aquando da realização das entrevistas é que pessoas com quem falamos por chamada telefónica, por vezes, conseguiram

³¹ Goffman (1967 in Braga e Gastaldo, 2012) afirma que uma interação face a face é caracterizada, entre outras coisas, por uma presença das pessoas em questão num mesmo espaço físico, algo que não aconteceu durante esta pesquisa. Logo, nesta perspetiva, não se pode considerar nenhuma das interações realizadas do tipo face a face. E também o olhar nos olhos não se pode considerar como tal, pois estamos, para todos os efeitos, a olhar para um ecrã.

fornecer-nos mais informação em termos da entoação que davam a certas palavras, do que outras nos deram através da sua imagem. A realização de uma entrevista por telefone à partida é mais fácil, pois basta o indivíduo ter acesso a um telefone, independentemente do local onde se encontre; todavia, falamos de uma desvantagem quando o indivíduo, devido a este facilitismo em termos de localização, aceita realizar a chamada num local onde facilmente será interrompido (Opdenakker, 2006) ou o ruído é muito e dificulta a comunicação. Se a entrevista tiver de ser interrompida, em princípio, também existirá uma maior facilidade para ser retomada (Opdenakker, 2006).

No entanto, esta não foi a única técnica usada para que esta pesquisa vingasse, foi usada também a análise documental.

1.3.2 Análise Documental

A análise documental surge nesta investigação como uma espécie de complemento à técnica da entrevista e a todo o enquadramento elaborado anteriormente, servindo assim como “fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos” (Souza, Kantorsky e Luis, 2011:223). Desde cedo previmos uma dificuldade em chegar aos indivíduos transexuais e, por isso, optámos pela escolha da análise documental para assim haver um complemento. Para isso, decidimos embarcar na análise documental, pois esta dá-nos a possibilidade de analisar os mais diversos documentos disponíveis: “personal narratives, life-histories and other documents of life; film, video and photographic images; texts and documentary sources; material culture and technological artefacts; spoken discourse” (Atkinson, 2005:2).

Os documentos escolhidos para analisar nesta dissertação foram documentos referentes à legislação sobre identidade de género: leis, decretos lei e outros documentos que deram conta das alterações que houve a este nível. Neste caso, como vamos analisar apenas legislação não temos a preocupação com o facto de os documentos não serem sociológicos e/ou se os objetivos se coadunam à nossa investigação (Gonçalves, 2004). Porém, a informação poderia ser adaptada à nossa investigação e ser tão relevante quanto aquela que foi recolhida intencionalmente pela investigadora ou investigador (Sales Oliveira, 2019). Isto é possível, se os documentos forem analisados sob uma visão sociológica, sendo desviados da sua intenção inicial (Gonçalves, 2004). Esta apropriação de documentos criados para outros propósitos em investigações sociológicas é criticada e Gonçalves (2004:60) afirma que após usados estes documentos o sociólogo ou socióloga deve “verificar a autenticidade e fidedignidade da fonte e da informação veiculada; cuidar dos erros por negligência; atender às definições e respetivas alterações no espaço e no tempo; conhecer as fórmulas e os índices; dominar a linguagem e os códigos”.

A legislação a ser revisitada para esta análise documental será referente ao contexto nacional - que não conta com uma história muito longa - e quando necessário, de forma a confrontar alguma informação, a internacional. Serão abordadas assim todas as alterações existentes até ao momento quanto a ela e tentaremos enquadrá-la o quanto possível na sociedade portuguesa tendo em conta os seus contextos.

1.4 Unidades amostrais

Quando se trata de métodos qualitativos não é esperada uma representatividade estatística da população estudada (Guerra, 2014; Gonçalves, 2004) - como já foi referido, pode até ser apontado como uma falha, aos olhos dos métodos extensivos. Bem como não é expectável que a amostra seja necessariamente estabelecida *a priori*, pois isso implicaria definir a construção da pesquisa atempadamente e não é essa a natureza dos métodos qualitativos (Guerra, 2014). Adicionalmente, a invisibilidade em que está envolto o nosso objeto de estudo também não permitia grande preparação antecipada nem grandes exigências a nível de perfil do respondente. Para não dificultar ainda mais o recrutamento - dificuldade que antecipamos - optamos por não limitar as características dos e das participantes e, assim, aceitar todos os indivíduos transexuais - neste caso, género masculino - que demonstraram o seu interesse no estudo e convidámos, ainda, uma mulher que sabíamos ser transexual, devido a ser protagonista em vídeos sobre a temática.

Perante este cenário, até uma representatividade social ia ser difícil de cumprir visto tratar-se de uma população marginalizada e, ainda, invisível. O tipo de amostragem que maior recrutamento nos facultou foi a “amostragem no local virtual” (Saleiro, 2013:115): o estudo foi divulgado em vários espaços da internet relacionados com a transexualidade ou transgénero e o contacto com os interessados era realizado através de correio eletrónico. Foi recrutada uma pessoa por amostragem intencional, isto é, foi convidada para o estudo após serem visualizados vídeos na plataforma pública YouTube; o facto de realizar vídeos (facilmente acessível através de uma breve pesquisa sobre transexualidade dentro dessa mesma plataforma) coloca-a, de certa forma, numa posição de maior visibilidade. E este tipo de amostragem é precisamente caracterizada pelo recrutamento de pessoas com maior visibilidade dentro da população em estudo (Babbie, 2013). Outra fonte de recrutamento usada foi o método de bola de neve, que é usado quando há dificuldade em encontrar indivíduos para o estudo. Este funciona através do “passa a palavra”, ou seja, encontrando um primeiro caso e sabendo que este consegue chegar a outros membros dessa população vai-se pedindo indicações acerca de outros sujeitos que tenham características compatíveis com as desejadas para o estudo. Esta técnica pode, no entanto, levar à crítica da representatividade, visto que há pessoas que podem não conseguir sugerir nenhuma outra

para o estudo - neste estudo aconteceu - e o estudo acabar por ficar condicionado (Babbie, 2013).

Apesar dessa dificuldade, através dos métodos descritos conseguimos realizar 9 entrevistas - 8 pessoas que se consideravam homens transexuais (FtM) e 1 pessoa que se considerava mulher transexual (Mt-F)-, o que fez um total de cerca de 10h de conversação. Esta diferença abissal entre o número de homens entrevistados e mulheres entrevistadas não nos permitiu obter uma equidade ao nível do sexo dos indivíduos, pois houve uma notória supremacia de identidades masculinas. Desde logo nos interrogámos sobre as possíveis razões para esta situação e o que Sandra Saleiro (2013) conseguiu averiguar foi que as identidades de género femininas tinham uma maior invisibilidade, logo é mais difícil chegar até elas. Tivemos um número mais elevado do que este de indivíduos interessados no estudo, mais 6 pessoas, no entanto, após o primeiro contato, estes não voltaram a responder a tentativas de contacto por parte da investigadora. Os respondentes apresentavam-se em diversas fases da transição, o que nos levou a obter diferentes relatos e diferentes visões de si mesmos.

As idades dos respondentes variam desde os 19 aos 41 anos. O local de residência dos respondentes é, essencialmente, na Região de Lisboa (5), no entanto também há residentes na região Norte (2), Centro (1) e Sul (1). Todos os indivíduos se disseram solteiros, todavia alguns encontravam-se em relacionamentos amorosos (6), e a maioria (5) descreveu a sua orientação sexual como heterossexual, havendo também relatos de pansexualidade (3) e bissexualidade (1). A maioria dos respondentes tem o ensino secundário concluído (7), e alguns ainda continuam os seus estudos através da frequência da faculdade (5), um deles tem o 6º ano, outro o 9º ano e mais um respondente disse ter concluído o 11º ano e que este ano letivo iria voltar a estudar depois de uma interrupção. Quanto às suas ocupações profissionais estas vão desde estudante (5), operador de *call center* (2), operador de loja num supermercado (1) a operador fabril (1).

Apresentamos de seguida uma tabela que reúne toda esta informação referente à caracterização sociodemográfica dos entrevistados. Convém também referir que apenas um destes indivíduos, o Filipe, pediu para usar um outro nome que não o seu, sendo todos os outros nomes os nomes reais dos entrevistados e da entrevistada.

Tabela 8. Caracterização sociodemográfica dos indivíduos entrevistados

	Sexo atribuído à nascença	Autoidentificação face ao género	Auto tratamento linguístico	Idade	Local de residência	Estado civil	Situação conjugal	Com quem vive	Nível de escolaridade	Ocupação profissional
Tiago C.	Feminino	Masculino	Masculino	20	Lisboa	Solteiro	Comprometido	Amiga	12º Ano	Operador de Call Center
Tiago M.	Feminino	Masculino	Masculino	23	Maia	Solteiro	Comprometido	Namorada	12º Ano	Estudante
Gui	Feminino	Masculino	Masculino	25	Brandoa	Solteiro	Comprometido	Namorada	9º Ano	Operador de loja num supermercado
Renato	Feminino	Masculino	Masculino	19	Barcelos	Solteiro	Solteiro	Colegas	12º Ano	Estudante
Filipe	Feminino	Masculino	Masculino	30	Coimbra	Solteiro	Solteiro	Sozinho	12º Ano	Operador fabril
Ângela	Masculino	Feminino	Feminino	41	Barreiro	Solteira	Comprometida	Sozinha	6º Ano	Operadora de Call Center
Tomás	Feminino	Masculino	Masculino	19	Vila Nova de Milfontes	Solteiro	Solteiro	Sozinho	12º Ano	Estudante
Leonardo	Feminino	Masculino	Masculino	25	Setúbal	Solteiro	Comprometido	Sozinho	12º Ano	Estudante
Salvador	Feminino	Masculino	Masculino	19	Lisboa	Solteiro	Comprometido	Sozinho	11º Ano	Estudante

Faremos, no capítulo seguinte, a apresentação e análise das entrevistas e dos materiais supramencionados, que nos possibilitarão em seguida elaborar umas considerações finais.

Capítulo 2 - Análise do Objeto de Estudo

2.1 De um “completo vazio legislativo”³² à lei nº 38/2018

Neste subcapítulo pretendemos analisar a legislação existente em Portugal referente à identidade de género e o contexto social do seu surgimento. Apesar de todas as recomendações europeias feitas em relação a este tema, Portugal teve uma entrada tardia no rol de países com legislação nesta matéria. No entanto, apesar da tardia adequação da legislação a esta população em específico, quando Portugal criou a sua primeira lei, foi considerada uma das leis mais avançadas naquela altura, no contexto europeu (Saleiro, 2013).

Quer isto dizer que desde 1980 (quando as recomendações europeias foram feitas pela primeira vez) até 2011 (quando houve a primeira lei efetiva acerca da identidade de género, em Portugal) não havia qualquer “procedimento legal que previsse a alteração legal de mudança de nome próprio e de menção ao sexo no assento de nascimento” (Saleiro, 2013:136).

Quando o hiato legislativo em relação a esta população ainda era uma realidade, foi preciso criar estratégias para que as pessoas transgénero conseguissem uma alteração de nome e de sexo nos seus documentos. As primeiras tentativas de mudança de nome e de sexo foram feitas através da invocação de um “erro no assento de nascimento” (Saleiro, 2013:139), no entanto, estas foram pautadas pelo insucesso. Os casos eram julgados em tribunal com uma conotação diferente da esperada e não havendo um erro efetivo por parte de quem atribuiu um sexo ou o outro àquela pessoa, o assento era dado como correto e nenhuma alteração era deferida. Outra estratégia encontrada, e desta vez com maior sucesso, residia em processar o estado (ILGA Portugal, s/d; Saleiro, 2013). Isto é, declarava-se que o indivíduo não se adequava ao sexo e ao nome que albergava nos seus documentos “e por isso tal deve ser declarado alterando-se, em conformidade, os elementos identificativos quanto ao sexo e nome” (Ferreira, 2005 *in* Saleiro, 2013:139).

Tendo em conta o vazio legislativo e social em que estava envolta a população transexual, onde não havia qualquer diretriz que guiasse estes casos, podia haver, conseqüentemente, desfechos mais ou menos bons para os indivíduos transexuais: era recorrente que os primeiros casos de pessoas transexuais a ir a tribunal não fossem resolvidos e/ou aprovados na primeira audiência, todavia com o passar do tempo e com a habituação a este tipo de casos em 2009 já existia um maior número de casos resolvidos em primeira instância. Para além disso, o facto

³² (Saleiro, 2013:138).

de não haver qualquer lei que suportasse estes casos, levava a que cada caso fosse julgado consoante o juiz que estivesse encarregue dele, mostrando a “arbitrariedade” (Saleiro, 2013:140) existente. A esta “arbitrariedade” vinha elencada uma consequência, a da morosidade. Isto é, devido a cada caso ter de ser julgado de forma isolada, quase como se fosse o primeiro, por não haver legislação, fazia com que todo este processo se tornasse mais lento e burocrático.

Todavia, e apesar da ausência de legislação, havia regras bastante exigentes para que os casos fossem aceites: a pessoa devia ser maior de idade, não podia ser casada, não podia ter filhos e/ou filhas, devia ser estéril, devia ter realizadas as cirurgias³³ de reatribuição de sexo e devia ter vivido um ano no papel social do sexo para o qual transitou (ILGA Portugal, s/d; Saleiro, 2013; Saleiro e Sales Oliveira, 2018). Todas estas regras tinham de ser provadas em tribunal, não bastava o arguido mencionar que passou por todas as transformações e que vivia da forma que o tribunal exigia. Para isso, havia uma obrigatoriedade no que dizia respeito, por exemplo, à realização de exames médicos para comprovar as alterações corporais (as mulheres transexuais tinham de passar por medições da profundidade da vagina e no caso dos homens transexuais a funcionalidade do seu pénis tinha de ser comprovada, por exemplo). Todas estas regras e estes exames mencionados descrevem um processo de julgamento moral no sentido de tentarem encaixar a pessoa transexual, aos estereótipos de género (Saleiro, 2013).

Foi apenas em 2008 que, em Portugal, se começou a discutir a produção legislativa sobre esta temática, sendo introduzida pelo Bloco de Esquerda. Por sua vez, também a Juventude Socialista referiu a identidade de género como algo importante e como um tema que precisava de atenção, levando assim à inclusão, por parte do Partido Socialista, desta temática no seu programa eleitoral no ano de 2009. Já no decorrer desse ano, 2009, quando o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa se apercebeu da lacuna que existia na legislação portuguesa quanto à população transgénero, foi enviada uma carta para o Secretário de Estado da Justiça português a mencionar as várias preocupações que suscitaram aquando da sua visita a este país e um dos pontos focados foi precisamente a falha referente a esta população. Em 2010, o Bloco de Esquerda apresentou aquela que foi a “primeira proposta legislativa no contexto nacional dirigida especificamente a esta população” (Saleiro, 2013:142) e foi, também neste ano, que o Governo lançou a Proposta de Lei nº 37/XI. Esta tinha como objetivo legislar a mudança de nome e de sexo nas pessoas diagnosticadas com disforia de género e era pretendido “retirar este tipo de procedimentos da esfera judicial e colocá-los na do registo civil” (Saleiro, 2013:143). A principal diferença que traria esta lei residia na retirada de todas aquelas regras supramencionadas que em nada contribuíam para a definição da identidade de género, como Saleiro (2013) faz notar.

³³ Cirurgias estas proibidas em Portugal até 1995 pela Ordem dos Médicos.

Em janeiro de 2011 esta lei não foi promulgada pelo Presidente da República, na altura, Aníbal Cavaco Silva. Foram declaradas falhas “de natureza técnico-jurídica” (Saleiro, 2013:144) para justificar essa decisão, referindo também, mais especificamente, a falta da exigência de transformações corporais para se certificar que um transexual o é de facto. Também os médicos que participaram neste processo consideraram uma “intromissão na sua área de atuação” (Saleiro, 2013:144) quando houve uma tentativa de retirar os relatórios clínicos, que asseguravam a disforia de género, como obrigatórios para a obtenção da autorização para a mudança legal de sexo e nome. Ainda assim, não houve qualquer alteração à proposta feita que acabou por ser promulgada por Aníbal Cavaco Silva em março de 2011. Nesta lei não houve uma total rutura com o poder médico, pois ainda há um carácter obrigatório associado aos relatórios clínicos, para que houvesse aprovação da mudança legal do assento de nascimento. Esta imposição continua a deixar “nas mãos” do médico, de certa forma, toda a responsabilidade. No entanto, é clara a retirada do poder médico no que toca à não exigência de intervenções médicas³⁴ a nível físico para a obtenção de autorização da mudança do assento de nascimento (Saleiro, 2013).

Surgiu, então, assim a Lei nº 7/2011, a primeira lei especificamente direccionada à identidade de género. E Sandra Saleiro (2013), na sua análise intensiva a todo este percurso legislativo, dá conta da pacificidade com que a lei de identidade de género foi aprovada e de todo o “silêncio social” que existiu relativamente a este tema durante o seu desenrolar. Este pode ser interpretado de diversas maneiras: podia ser um indicador de anuência com os direitos das pessoas transexuais ou um respeito pelas recomendações feitas pelas entidades competentes, nacionais e internacionais. Porém, a investigadora interpreta este “silêncio social” - caracterizado pela ausência de polémica - através da invisibilidade que atravessa esta população. E apesar da invisibilidade ser algo não desejado e/ou que traz repercussões, a curto ou longo prazo, (como discriminação, assédio, violência, etc.) e que pressupõe uma não pedagogia acerca do tema, Saleiro (2013:147) considera “que a invisibilidade terá jogado nesta situação concreta pragmaticamente a favor de um reconhecimento básico das pessoas transexuais”. Isto é, foi este hiato de informação que pode ter feito com que esta lei fosse aprovada na Assembleia da República sem qualquer interferência por parte da população. Passando assim a lei, e todo o processo que lhe foi inerente, por uma forte invisibilidade, tal como a população por ela abrangida (Saleiro, 2013).

Apesar deste grande avanço na legislação portuguesa que representou uma lei específica dirigida à população transexual, a Constituição da República Portuguesa continua sem albergar no seu Artigo 13.º (Princípio da Igualdade) a identidade de género; sendo que a orientação sexual apenas foi incluída neste artigo em 2004. Quanto ao Código do Trabalho,

³⁴ Em 2007, foi lançado o Princípio de Yogyakarta que referia que ninguém podia ser coagido à submissão de procedimentos médicos, fossem estes quais fossem, para que a sua identidade de género fosse reconhecida (Saleiro; 2013; Saleiro e Sales Oliveira, 2018).

este contempla a identidade de género desde 2015, aquando da saída da lei 28/2015, com a seguinte alteração ao Artigo 24.º

1 – O trabalhador ou candidato a emprego tem direito a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção ou carreira profissionais e às condições de trabalho, não podendo ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, **identidade de género**³⁵ (...), devendo o Estado promover a igualdade de acesso a tais direitos.

Apesar da lei revolucionária de 2011, aquando do seu uso por estes indivíduos esta ainda revelava alguns entraves. Esta lei fazia com que os indivíduos transexuais tivessem uma dependência forte da classe médica, porém nem todos os médicos estavam habilitados a seguir esta população específica³⁶, o que podia tornar este processo mais lento, devido à limitação que havia em termos de profissionais. Algo que foi verificado também foi o facto de não haver uma separação efetiva da esfera médica da esfera legal, como era pretensão desta lei primeiramente, e os casos continuaram, assim, a ser morosos e burocráticos. Houve, igualmente, uma verificação de falhas no que concerne à mudança legal de nome e sexo por parte de pessoas menores de idade, por parte de pessoas que residiam no estrangeiro e se deslocavam ao consulado do país onde se encontravam e ainda há uma grande dificuldade no que diz respeito ao custo financeiro que esta mudança do assento de nascimento implica (ILGA Portugal, s/d), como refere um dos nossos entrevistados:

Salvador: Essa mudança no mínimo tem um custo associado de duzentos euros mais a questão da papelada. Depois vem a certidão de nascimento, são mais quinze euros ou coisa do género, depois vem também mais o cartão de cidadão em si, vem uma carrada de documentos, o banco... nós às vezes pensamos que é uma coisa fácil de mudar, mas envolve muita coisa. Envolve ali uma carrada de coisas e um trabalho enorme e um dinheiro também.

Após 7 anos de aplicação da Lei nº 7/2011 surge, em 2018, uma nova lei que veio revogá-la: a Lei nº 38/2018, que foi promulgada em Julho de 2018 e publicada em Diário da República em Agosto de 2018. O seu percurso não foi célere, pois o seu início, em termos legislativos, já data de 2016, com o Projeto de Lei 242/XIII. A sua principal reivindicação é a autodeterminação de género, isto é, pretende-se que o poder médico seja cada vez menor em relação à identidade de género dos indivíduos transexuais e que este seja transferido para os próprios indivíduos e estes se possam autoproclamar como homem ou mulher, dependendo da sua visão de si próprios, sem recorrer ao poder médico e/ou à instância do tribunal.

O Decreto Lei nº 203/XIII foi redigido e entregue com a pretensão do poder estar realmente do lado dos indivíduos transexuais, foi aprovado pelos partidos políticos, no entanto, em maio

³⁵ Itálico feito pela autora.

³⁶ Foi elaborada uma lista que continha os médicos que estavam aptos a acompanhar esta população e, conseqüentemente, a elaborar estes relatórios médicos (ILGA Portugal, s/d).

de 2018, esta lei foi vetada pelo atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. A justificação, dada pelo mesmo, residiu no facto de não concordar com a autodeterminação para menores de idade, tendo em conta o testemunho ouvido do Conselho Nacional de Ética e para as Ciências da Vida. Acrescenta que devido a ser uma decisão importante, é essencial que seja uma decisão prudente e consciente. Para isso, não promulgou a lei e deixou a sugestão à Assembleia da República para “ponderar a inclusão de relatório médico prévio à decisão sobre a identidade de género antes dos 18 anos de idade” (Sousa, 2018: s/p).

Ainda esta impugnação não tinha acontecido e já algumas pessoas transgénero e ativistas a antecipavam, o que levou a que alguns pais de pessoas transexuais escrevessem uma carta endereçada a Marcelo Rebelo de Sousa a apelar à publicação da lei. Estes pais acreditam que a lei, tal como ela estava escrita primeiramente, ia permitir aos seus filhos e filhas “construir um futuro com dignidade, garantindo-lhes o direito à sua privacidade e autonomia, ao invés de viverem condicionados não só pelo preconceito, mas também por pareceres da classe médica” (Reis, 2018). Também catorze Organizações Não Governamentais escreveram ao Presidente da República fazendo o mesmo apelo. Todavia, a lei foi vetada e só após as retificações feitas, atendendo à sugestão do Presidente da República, foi promulgada - em julho de 2018 - e publicada em Diário da República - em agosto de 2018. É no Artigo 7.º, nos pontos referentes à Legitimidade que estão as alterações importantes quanto às idades em que os indivíduos podem fazer a mudança legal de sexo e nome:

1 - Têm legitimidade para requerer o procedimento de mudança da menção do sexo no registo civil e da conseqüente alteração de nome próprio, as pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade e que não se mostrem interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica, cuja identidade de género não corresponda ao sexo atribuído à nascença.

2 - As pessoas de nacionalidade portuguesa e com idade compreendida entre os 16 e 18 anos podem requerer o procedimento de mudança da menção do sexo no registo civil e da conseqüente alteração de nome próprio, através dos seus representantes legais, devendo o conservador proceder à audição presencial do requerente, por forma a apurar o seu consentimento expresso, livre e esclarecido, mediante relatório por este solicitado a qualquer médico inscrito na Ordem dos Médicos ou psicólogo inscrito na Ordem dos Psicólogos, que ateste exclusivamente a sua capacidade de decisão e vontade informada sem referências a diagnósticos de identidade de género, tendo sempre em consideração os princípios da autonomia progressiva e do superior interesse da criança constantes na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Foi também em 2018 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou da lista de doenças mentais a transexualidade, aquando do lançamento da ICD-11 (a 11.ª revisão da *Internacional Classification of Diseases*). A transexualidade continua presente nesta lista, mas num novo capítulo intitulado “*Conditions related with sexual health*”. Assim, esta condição continua a fazer parte das recomendações em termos de saúde para que continue a ser feito um acompanhamento clínico, mas já sem ser considerada uma doença mental (s/a, 2018; OMS, 2018).

2.2 Análise abrangente dos dados recolhidos

Após esta breve revisão ao quadro legal existente em Portugal referente à identidade de género, cabe-nos neste ponto da dissertação fazer a análise das entrevistas realizadas. E para isso escolhemos seguir o caminho da análise categorial, isto é, encontrar possíveis categorias explicativas para o fenómeno em estudo (Guerra, 2014). As categorias que nos suscitaram um maior interesse de exploração foram: orientação sexual, discriminação, papéis de género, família, mudanças físicas, expressão de género, legislação, visão binária do sexo, percepção da transexualidade e estratégias.

2.2.1 Análise das entrevistas

Para começar esta análise achámos que não havia melhor forma de o fazer do que começar por explorar os tramites da heteronormatividade que conseguimos apurar ao longo da realização destas entrevistas. Contando sempre com o apoio da parte teórica, fundamental para que algumas ilações sejam alcançadas, e nunca perdendo de vista o modelo de análise feito anteriormente que, como dissemos, nos serviu como guia para esta parte da investigação.

Para isso focar-nos-emos, inicialmente, na orientação sexual dos entrevistados e da entrevistada, onde a maior parte fez questão de sublinhar que em nada estava relacionada com a sua identidade de género.

Ângela: As pessoas confundem muito identidade de género e sexualidade. Identidade de género é o que tu sentes, é aquilo que tu és cá dentro. E já agora, sexualidade é por quem tu te sentes atraída, portanto é com quem vais para a cama, é quem te dá prazer sexualmente e isso não tem absolutamente nada a ver com identidade de género. Há mulheres lésbicas, há mulheres bissexuais, há mulheres heterossexuais, há mulheres pansexuais e por aí fora.

Tiago C.: Acho que até hoje não houve ninguém que respondesse de outra forma quando não tem este tipo de informação que é “então e porque não és simplesmente lésbica?”. E eu... lá mais uma vez, começo a explicar que a orientação sexual e a identidade de género não é a mesma coisa. E que existem pessoas trans que se podem identificar como homens e gostar de homens ou podem gostar de mulheres, ou podem gostar dos dois ou podem não gostar de nenhum. Como podem existir homens cis igualmente assim ou mulheres ou seja ele o que for.

Filipe: Orientação sexual é uma coisa e disforia de género é outra. Acho que uma coisa não influencia a outra. Sempre gostei de raparigas desde miúdo e sempre me senti rapaz desde miúdo, portanto... Há, por exemplo, transexuais, que são transexuais homossexuais, porque a orientação sexual deles é essa, mas o facto de ter disforia de género não influencia em nada.

Quer isto dizer que apesar dos indivíduos terem uma identidade de género diferente da norma não significa que isso trace de imediato a sua orientação sexual, podendo esta assumir-se das mais variadas formas, sem haver uma única direção, ou sobretudo sem haver “uma direção

certa”, a seguir (Bento, 2006). Porém, como a norma é ser heterossexual, quando as pessoas se apercebem que gostam de pessoas do mesmo sexo pode gerar confusão nelas próprias (Brandão, 2009) ou levar um pouco mais de tempo a assimilar os próprios sentimentos.

Ângela: Eu não sou heterossexual e descobri isso há relativamente pouco tempo. Alias, eu já tinha a sensação que... mas, assim de repente, tive assim uma paixão assolapada por uma moça. E vejo que de facto aí comecei a bater mal, assim: “meu deus! Eu estou a sentir exatamente a mesma coisa que sinto com os homens”.

Todavia, encontramos um relato, o do Renato, de um caso em que a orientação sexual foi usada como confirmação para a sua identidade de género, mesmo afirmando que não havia influência entre estas duas.

Renato: tentei ter uma relação com um rapaz, que era para saber se eu estava mesmo... certo daquilo que estava a acontecer. Eu cheguei a ter mesmo uma relação com um rapaz, mas eu não... eu tive relações com ele, mas eu não estava feliz.

Este relato pode gerar-nos dúvidas quanto ao entrosamento entre estes dois conceitos, para este sujeito, que, mesmo sem que este tenha consciência de tal, pode ter estabelecido uma relação entre eles. Durante a realização das entrevistas obtivemos outros testemunhos que afirmavam haver alguma influência entre a sua identidade de género e a sua orientação sexual. Todos justificam essa influência de forma diferente, o que nos suscita particular interesse em expor estes relatos, pois vão desde o desapego de certos preconceitos a questões corporais, passando pela *libertação* ou pela *atrapalhação*.

Ângela: Influenciou no sentido de libertação. Enquanto ‘ele’ eu era muito castrado, era aquilo e acabou. E depois as coisas começaram a ser desconstruídas na minha cabeça.

Gui: A minha identidade de género influenciou em parte a minha sexualidade. Mas no sentido em que eu antes de me assumir eu pensava que era heterossexual, porque eu não me conseguia imaginar como uma rapariga com uma rapariga. Não me conseguia imaginar numa relação homossexual, mas conseguia imaginar-me com um rapaz. No momento que me comecei a ver a mim como um rapaz, percebi que eu me conseguia ver com uma rapariga, sendo eu o rapaz da relação. Consigo ver-me como um rapaz com um rapaz.

Tomás: Eu acho que só a minha identidade de género atrapalhou um bocado a minha sexualidade. Por exemplo, com rapazes não me sentia tão bem, porque sentia que - é estúpido -, mas na minha cabeça eu não me sentia bem com rapazes, porque inferiorizava a minha masculinidade. Por não ter um corpo igual ao deles.

Estes dois últimos relatos remetem-nos para relações e, conseqüentemente, orientações sexuais fora do padrão, que não são consideradas a norma na sociedade. Falamos da homossexualidade, bissexualidade ou pansexualidade, seja pela própria vivência dos entrevistados ou da vivência dos seus parceiros ou parceiras.

Tiago M.: Ela [namorada] gosta de pessoas [pansexualidade]... ela veio a descobrir que gosta de pessoas. Ela pensava que só gostava de mulheres, mas afinal gosta de pessoas.

Estas orientações sexuais são vistas como minoritárias, algo que transgride a norma, ou seja, desviantes (ILGA Portugal, 2018). Logo, estando envolvidas ainda neste ambiente de reprovação, pode suscitar discriminação. E, tal como a orientação sexual, também a identidade de género é vista como uma minoria sexual. Todavia, devido à sua maior invisibilidade na sociedade, devido à pouca circulação de informação que existe sobre ela, esta é alvo de ainda mais discriminação.

Tiago C.: Foi mais fácil para mim aceitar a minha orientação sexual do que propriamente a minha identidade de género. Isto porque a orientação sexual, parecendo que não, não é assim tão mal vista perante a sociedade e perante mesmo a minha família. E a identidade de género era uma coisa mesmo, mesmo muito impensável e que na altura nem sequer se ouvia falar sobre o assunto, a não ser que se tivesse algum conhecido.

Mas não é só pela orientação sexual heterossexual que a heteronormatividade se rege e define (Kitzinger, 2005; Schilt e Westbrook, 2009; Wittig, 1992): uma sociedade heteronormativa apresenta aos cidadãos uns papéis de género bem definidos. Queremos com isto dizer que tanto os homens como as mulheres - tendo sempre uma visão binária do sexo - têm, desde o seu nascimento, expectativas sociais a cumprir, diferentes para cada sexo (Costa, 1994). E foi nosso objetivo, desde o início, perceber a visão dos entrevistados quanto a esta forma essencialista de expor o sexo tentando captar a sua opinião quanto a ela.

Tomás: [homens e mulheres] São vistos de formas diferentes, têm direitos diferentes, alguns... o que me faz confusão.

Gui: as únicas diferenças que há [entre homens e mulheres], para mim, é uma questão de hormonas e é uma questão natural e biológica. Fora isso, o conceito de sexo e de género simplesmente são uma coisa criada pela sociedade.

Renato: Para mim, [homens e mulheres] são iguais, só muda o sexo.

Tiago M.: Há muitos valores que, se calhar, mesmo por ser mulher, por ser mais sensível e tudo isso, acho que acarreta alguns valores distintos do homem e vice-versa. Mas acredito que, há coisas que sim têm valores diferentes, acredito. Mas há outras que não... na maioria não, acho que é exatamente a mesma coisa. Diferencia muito do tipo de pessoa que é, acho eu.

Nestes relatos vemos visões diferentes daquilo que podem ser as disparidades ou semelhanças entre homens e mulheres, o que pode ser resultado do processo de aprendizagem do género a que estiveram sujeitos ao longo do seu crescimento. Isto é, pode estar relacionado com a forma como foram expostos a essas expectativas sociais e se houve uma maior ou menor pressão para corresponde-las. Dois respondentes disseram-nos que concordavam com uma divisão dualista do sexo. Filipe recorreu à sua experiência enquanto pessoa diagnosticada com disforia de género para justificar esta sua declaração, tendo sempre como referencial que se não fosse mulher era homem. Aquando do seu crescimento o que lhe era transmitido e, de certa forma, exigido era que correspondesse a alguns padrões ditos femininos (sexo de nascença), isto é, que usasse vestidos, que usasse acessórios no cabelo, que gostasse de meninos. A resposta deste à pergunta “Sentes que foste educado, tendo em conta que

nasceste rapariga, como rapariga? Foram-te transmitidos os valores, os maneirismos, o vestir associados à rapariga?” foi

Filipe: *Então, claro*³⁷ [risos]. A minha mãe o sonho era ter uma menininha e do meu pai também.

Esta resposta demonstra a importância que é dada e toda a expectativa que é depositada na categoria ‘sexo’, mesmo quando se fala de um recém-nascido ou criança. Toda esta construção da identidade da pessoa começa quando ainda é um feto; há uma pressão para que se saiba o sexo aquando da realização das ecografias - inclusive, recentemente, assiste-se o aparecimento das festas de revelação do sexo do bebé - para que se prepare o quarto com a cor e decoração que lhe corresponde ou para comprar a roupa “certa” (Costa, 1994; Bento, 2006; Saleiro, 2013; Davis, 2017).

Ainda sobre uma visão binária do sexo, Leonardo - concordando com a ideia de Filipe - refere que as diferenças sociais entre homens e mulheres fazem sentido, pois, enquanto pessoa que viveu nos dois sexos, primeiro - biologicamente - enquanto mulher e atualmente - pois é como se identifica - como homem, acredita que homens e mulheres pensam de forma diferente e sentem as coisas de forma diferente da dos homens. Ângela, no decorrer da sua entrevista, afirmou ter esta mesma posição dizendo algo semelhante e fundamentou isso com a diferença hormonal entre um e outro sexo.

Ângela: Estive do outro lado e agora estou deste e vejo que tem a ver com o funcionamento das hormonas. Muda muita coisa: a forma de pensar, tornas-te mais sensível, eu estou mais, bastante mais, sensível.

O caso do Tiago C. podia ser descrito à semelhança do caso do Filipe - coagido à correspondência das normas de género enquanto criança e mais tarde vir a compactuar e reproduzir linearmente alguns desses comportamentos normativos. Porém, apesar de descrever a sua família como conservadora, sente que conseguiu ultrapassar isso e não replicar os comportamentos da sua família.

Tiago C.: Cresci nesse contexto conservador, em que para a minha família e para as pessoas à minha volta era “não, só existe um homem, só existe uma mulher” // Porque se eu tivesse cedido perante a pressão deles em mim, eu provavelmente seria uma pessoa igual à minha mãe: conservadora, infelizmente, racista e homofóbica e discriminatória em tudo aquilo que ela acha não estar correto.

Todavia, encontrámos casos em que os respondentes dizem ter sido criados como algo *neutro* ou até como algo perto do seu género. Isto é, que tiveram liberdade para ir fazendo as suas escolhas, ir construindo a sua identidade consoante o género que sentiam ser e não consoante o seu sexo - a sua biologia - e sem regras baseadas nos papéis de género. São exemplos disso o Tiago M. e o Renato.

³⁷ Itálico feito pela autora.

Tiago M.: Acho que fui criado como algo neutro. Porque, lá está, nunca me foi imposto nem para um lado nem para o outro. Foi sempre “faz o que sentires bem, veste como tu quiseres, não há problema nenhum”.

Renato: Eu evitei sempre a roupa de rapariga e vesti sempre roupa masculina. Eu sempre tive liberdade para isso.

Assim, consideramos que se pode identificar duas tendências entre os indivíduos respondentes: a primeira, em que as pessoas, enquanto crianças, foram expostas mais fortemente às regras de género e coagidas a correspondê-las e uma segunda tendência que corresponde às pessoas que tiveram uma maior liberdade ao longo do seu percurso de vida em relação às práticas e comportamentos de género. Mesmo não vendo estas experiências como uma relação de causa-efeito, achamos que se pode identificar outras duas tendências em que a informação se pode entrecruzar com a exposta anteriormente: 1. Concordância com a heteronormatividade: onde estão apenas abrangidas pessoas que disseram ter tido uma infância condicionada com as normas de género; 2. Não concordância com a heteronormatividade: são abrangidas todas as pessoas que cresceram com uma maior liberdade no que diz respeito aos papéis de género e, conseqüentemente, liberdade para viverem o seu género, e algumas que tiveram a sua infância condicionada - “exatamente o inverso que deveria ser expectável” (Tiago C.).

A *infância* está a ser tão focada nesta análise até agora, pois foi uma fase da vida enunciada em todas as entrevistas. Esta fase foi central para os respondentes aquando da sua perceção da transexualidade, algo já detetado por Saleiro (2013). Isto é, mesmo não sabendo o que era a transexualidade - o conceito em si -, devido à idade precoce, sentiam que algo era diferente neles próprios. Sentiam precisamente a incongruência do seu sexo com o seu género, mesmo sem o saber expressar ou definir o que sentiam.

Tiago C.: Desde os 4 anos, que fui-me apercebendo dos sinais, claro que nessa idade é muito precoce e nós próprios não nos apercebemos do que está a acontecer connosco. Até chegar à idade da puberdade e começar a perceber de facto que a parte biológica dizia que eu era uma rapariga, mas eu era um rapaz.

Filipe: Somos miúdos de 3 anos, nós ainda nem sequer temos aquela noção muito bem do que é o sexo nem esses conceitos. Só sabemos que algo não está bem, nós não sabemos é explicar bem o porquê.

Salvador: Eu percebi que alguma coisa estava mal por volta dos sete, oito anos, foi quando comecei com essas atitudes. Para mim estava certo, mas mais uma vez, para o resto da sociedade estava errado. Portanto eu a partir daí, já comecei a ter noção que alguma coisa não estava bem.

Mas o que estes sentiram quando se aperceberam da incongruência entre o seu sexo e o seu género?

Salvador: Eu lembro-me de que não tinha problema em me lembrar disso, em pensar nisso. Eu tinha era problemas quando chegava a casa ou então quando saía do pátio da escola. Porque dentro da escola, com os amigos, eu não tinha grandes problemas, nunca houve.

Tomás: Senti-me um bocado revoltado e um bocado injustiçado. Porque é que eu havia de ter nascido no corpo errado?

Leonardo: Eu próprio ficava confuso.

Os sentimentos gerados, de facto, podem ser muitos, pois cada pessoa tem a sua maneira de lidar com as situações, como já pudemos averiguar. Será também interessante averiguar qual a reação dos pais e das mães dos respondentes às tentativas dos filhos e filha assumirem a sua identidade de género - alguns reagiram de forma mais livre, deixando os filhos assumir o seu género; outros reagiram de forma mais rígida, coagindo os seus filhos e filha a corresponder às regras sociais de género. No entanto, apesar de propormos a criação destas duas tendências, as reações podem e devem ser descritas caso a caso, pois todos tiveram reações diferentes quando o assunto foi confirmado medicamente ou quando se aperceberam que não era só uma fase. É interessante também analisar as reações dos familiares destes e desta.

Filipe, apesar de ter descrito que a sua mãe o coagia aos papéis de género, disse também que

“A minha mãe foi a pessoa que me apoiou mais // de alguma forma ela andou-se a informar e lembrou-se de ir aos hospitais da universidade de Coimbra perguntar se sabiam de algum caso de pessoas assim [transexuais]”.

Este afirma ter tido um bom apoio do resto da família e houve, inclusive, um tio que o começou a tratar por ‘sobrinho’ e pelo nome de rapaz, logo após o seu *coming out*.

Um elemento comum a quase todas entrevistas é uma descrição das suas mães como sendo o elemento que mais apoia ou mais esteve presente aquando do decorrer das diversas fases que acompanha todo este processo. Renato e Leonardo descrevem a sua relação com os seus pais de forma semelhante entre si; apesar de ter havido um choque inicial por parte dos seus pais, estes não compreendiam a identidade de género dos seus filhos, no entanto, mais tarde, acabaram por aceitar a situação e apoiá-los.

Renato: Se era o que me fazia feliz então ele apoiava.

Leonardo: Ninguém que venha tratar-me de outra forma [sem ser no masculino ou por Leonardo], porque o meu pai é o primeiro a meter-se à frente para de defender.

Todavia, ainda em relação a estes dois entrevistados, no que toca ao resto da família já há diferença. Renato diz ter tido o apoio do irmão e da irmã, tal como da sua mãe; por sua vez, Leonardo diz ter tido o apoio da mãe - embora em estado psicológico vulnerável o que a fazia mudar de ideias rapidamente - mas afirma que, aquando da entrevista, duas das suas irmãs e uma avó ainda o tratam com pronomes femininos e pelo nome de nascença.

Leonardo: Dizem que aceitam, que aceitam super bem, mas que foram 25 anos a chamar-me o mesmo e então que não conseguem, o que é um bocado estranho [risos].

Este último relato conduz-nos ao tópico *discriminação*, pois a discriminação e o estigma ainda imperam, acabando esta por ser uma população marginalizada e com dificuldade de integração nas mais diversas esferas sociais (Costa, 1994). São exemplo disso, entre outras, o trabalho, a saúde e a educação. Obtivemos ainda relatos dos vários tipos de discriminação (verbal, psicológica e física) de que estas pessoas têm sido alvo ao longo do seu percurso de vida, nos mais variados contextos (escola, trabalho, espaços públicos, hospital, família, vizinhança, etc.). Todos os respondentes e a respondente disseram ter sofrido ou ainda sofrer de discriminação pelo menos num destes contextos supramencionados. É nossa pretensão começar agora a explorá-los:

1. Na família: A família é um dos agentes de socialização primária (Giddens, 2010; Connell e Pearse, 2002; 2015), quer isto dizer que são estes que transmitem os primeiros conhecimentos/ensinamentos, as regras base da sociedade no seu todo, e esta tem uma forte influência por isso mesmo. No caso de alguns respondentes tivemos acesso a testemunhos em que havia discriminação na sua própria casa, através do seu pai e da sua mãe, e/ou do resto da sua família. Estes comportamentos discriminatórios relatados iam desde a aplicação de castigos, à recusa do uso do nome adotado pelo seu filho/familiar tal como os pronomes correspondentes ao seu género ou até à coação das normas de género. Chegando Salvador a dizer que sentia a sua casa como uma *prisão*, pois não estava autorizado a ser ele mesmo e Ângela afirmou que o facto de ter tido uma educação rígida a fez ter dificuldades no seu *coming out*.

Gui: Continuam a tratar-me pelo meu nome de nascença, continuam a tratar-me como se eu fosse uma rapariga. De certa forma, o nosso dia a dia é com eles a ignorar simplesmente o facto que eu sou trans.

2. Pelos amigos e pelas amigas: O grupo de pares, por sua vez, faz parte da socialização secundária (Giddens, 2010; Connell e Pearse, 2002; 2015), isto é, à medida que a importância dos pares cresce ao longo da infância e sobretudo na adolescência, há uma espécie de continuidade da socialização primária, ou seja, é esperado, precisamente, que os indivíduos continuem o seu percurso de aprendizagem social, desta vez com os seus pares. No caso da presente pesquisa, temos relatos que denunciam a discriminação feita pelos amigos e amigas aos respondentes. Num destes relatos, o ato discriminatório consistiu no “aconselhamento” à correspondência das normas sociais, para assim mais facilmente ser aceite e se conseguir inserir na sociedade. O que poderia ser um ato inocente de ajuda/aconselhamento tornou-se em algo discriminatório devido aos limites e às regras que se está a impor à outra pessoa, impedindo, no fundo,

de ser ela mesma. No entanto, averiguamos também o afastamento de amigos e amigas aquando do *coming out* dos indivíduos.

Ângela: Eles sentavam-se todos, chamavam-me muitos nomes e diziam-me “és tão parvo pah!, não é «ai» é a palavra com *f*. Tem de ser assim, tem de ser uma coisa forte, tem de ser uma coisa à homem” e eu não o fazia.

Gui: Eu agora nem sequer falo com os meus colegas de turma nem nada, mas as pessoas sempre ficam a olhar para mim de lado, porque... é estranho para eles.

3. Na escola: Foi a categoria onde os respondentes disseram ser mais alvo de discriminação e onde se verificou haver violência verbal, psicológica e física. Averiguamos casos de pessoas que estavam isoladas e que não conseguiram criar amizades na escola, outras pessoas sofreram violência física e/ou verbal por parte de colegas de turma/escola e outros testemunhos falaram até de discriminação feita por professores. Inclusive, obtivemos um testemunho que atribui a culpa por ter vários problemas psíquicos ao *bullying* que sofreu ao longo do seu percurso escolar.

Filipe: Principalmente antes de se começar o tratamento hormonal, eu no meu caso, pronto, fui alvo de *bullying*, de pessoal a gozar comigo, sei lá... baterem e essas coisas todas, por ser uma criança diferente, basicamente, com atitude diferente das outras.

4. Instituições de saúde: Quanto à discriminação em hospitais também obtivemos alguns testemunhos, como atitudes discriminatórias por parte de uma médica de família, de uma enfermeira e de um psiquiatra. Atitudes percecionadas pelos respondentes como incompreensíveis, visto estes serem agentes que deviam deter conhecimentos e, por isso, deviam ser estes a informarem a restante população.

Tomás: todas as vezes que eu vou lá tomar a injeção, e ela [enfermeira] já viu as mudanças todas, e ela própria aponta as mudanças que têm acontecido, mas mesmo assim continua-me a chamar princesa.

5. No trabalho: Quando os respondentes foram questionados, tal como a respondente, acerca da discriminação no trabalho nem todos responderam que eram vítimas dela, no entanto, nos testemunhos que foram afirmativos, apuramos que quem a exercia tanto eram colegas de trabalho como a entidade patronal, e um dos respondentes identifica assédio. Nos casos de colegas com atitudes discriminatórias, todos disseram ter reportado o caso a algum superior hierárquico e que essa sua ação tinha tido consequências positivas: a discriminação apaziguou. No caso de ter sido exercida pelo patrão ou patroa, os respondentes dizem ter-se despedido ou esperado que o contrato acabasse - como é habitual nos casos de assédio moral (Verdasca e Pereira, 2011);
6. Em espaços públicos: Uma das perguntas que foi colocada em todas as entrevistas foi “Há algo que evita fazer para que não fique numa situação vulnerável perante a discriminação?” e as respostas que foram obtidas passam pelo afastamento de casas de banho públicas e a não frequência da praia e/ou piscina. Mas houve

respondentes que disseram não evitar nada e viviam a sua vida em pleno. Por exemplo, Filipe, atualmente, diz não sofrer qualquer tipo de discriminação - devido ao elevado número de anos em que já faz o tratamento hormonal, o que lhe confere uma aparência totalmente masculina -, logo também não evita fazer qualquer tipo de atividade. No entanto, antes da sua transição ou na fase precoce da transição diz que evitava ao máximo o uso de casas de banho na escola, pois os colegas, professores e/ou auxiliares conheciam-no e queria livrar-se desse confronto; quanto a casas de banho de centros comerciais (ou qualquer outro meio que lhe conferisse anonimato) diz que usava sempre a masculina, desde que não houvesse ninguém conhecido por perto. Porém, temos de dar atenção ao facto de que tudo o que é evitado corresponderia a uma exposição corporal dos indivíduos, com o qual eles não se coadunam ou tentam evitar que se saiba a sua identidade de género para sua proteção e segurança. Como Salvador nos diz

“as minhas cicatrizes ainda estão muito novas, é uma coisa muito recente e, portanto, quando se troca de camisola, a ir à casa de banho, coisas do género, tenho de ter um maior cuidado, tento não me expor muito, porque pode acabar muito mal”.

Ou o caso de Tiago M. que nos conta

“se eu for à das mulheres vão ficar todas a olhar... e já recebi comentários do género «tu não tens que estar aqui», «tu não pertences aqui» e coisas do género. E na dos homens é aquela coisa de insegurança, uma pessoa nunca sabe o que há de esperar”.

Por outro lado, estas pessoas, apesar de estarem mais expostas à discriminação, principalmente aquelas que não “passam” pelas típicas do sexo de chegada, ou seja, aquelas que mais dificilmente são associadas a uma pessoa cisgénero (Whittle, Turner e Al-Alami, 2007 *in* Saleiro, 2013), não são necessariamente alvo dela e/ou, quando são alvo dela, serem alvo de todas as suas formas. Obtivemos testemunhos que relatam isso mesmo, ficarem surpreendidas por atos não discriminatórios e que, conseqüentemente, as ajudam a sentirem-se mais incluídas. Foram os casos, por exemplo, do Gui e do Tiago C., ambos em contexto hospitalar. Gui, que aquando da realização da entrevista ainda não tinha as suas mudanças legais de nome e de sexo efetivadas, contou-nos que a rececionista do hospital onde ele foi ter uma consulta, apercebendo-se do constrangimento que o seu nome de nascença lhe criava e o constrangimento que o nome de rapaz causava ao seu pai e à sua mãe que o acompanhavam, arranjou de imediato a solução de o chamar pelo número da sua senha. Como ele disse “houve ali uma pessoa que percebeu do que se tratava e a partir disso tentou ser o mais correta possível com a situação”. No caso de Tiago C. tratou-se de uma situação positiva com a médica que lhe recolheu amostras de sangue para umas análises. Quando esta lhe perguntou o motivo da realização das análises, pois era necessário para deixar no processo, este teve “medo da reação dela, principalmente de alguém que me estava a enfiar uma seringa no braço para me tirar o sangue”. No entanto, como ele acrescenta

Tiago C.: de facto, a reação dela foi muito positiva. // E eu não estava nada à espera. // E faz toda a diferença ter uma reação positiva no meio de tantas negativas. Mesmo parecendo que não, acaba por mudar o nosso ponto de vista em relação às pessoas. E acaba por nos tirar a ideia também de que já sabemos que entramos ali e vamos ser maltratados.

Este relato de Tiago C. mostra-nos o que pode ser a realidade de uma pessoa discriminada. Isto é, o facto de a discriminação ser uma constante na sua vida, para além de o receio de ser *maltratada* já estar em si interiorizado, vai deixar de acreditar que as pessoas podem ter boas atitudes para com ela. Em consequência, essas boas atitudes deixam-na sempre surpreendida quando acontecem, pois, há uma *normalização da discriminação* e por isso uma *expectativa* desta até no próprio indivíduo discriminado.

Com a regular discriminação que acontece a estas pessoas - como já mostramos -, elas próprias acabam por ter de encontrar soluções para a atenuar ou colmatar. Algumas estratégias que nos indicam passam por:

1. **Mudança geográfica:** dois dos nove respondentes relataram ter mudado de cidade para facilitar todo o seu processo de transição e para Leonardo, especificamente, esta mudança significou “começar uma vida totalmente nova”. Ambos os respondentes viviam no interior de Portugal e ambos mudaram para Lisboa ou para territórios próximos. Esta mudança geográfica é explicada por Prosser (1999 *in* Saleiro, 2013) como sendo uma forma de procurar o anonimato, pois esta mudança vem acompanhada da perceção de que cidades mais populosas tendem a ser mais inclusivas ou, pelo menos, o anonimato e/ou a “indiferença” são mais prováveis (Wirth, 1938 *in* Sales Oliveira, 2011). Todas estas características enumeradas podem ser vantajosas para as pessoas transexuais durante o seu processo de transição, pois facilitam quanto ao estigma que lhes pode ser associado e, conseqüentemente, a toda a discriminação que lhe pode estar associada. Para poder dar ainda mais força a esta teoria, um outro respondente, Gui, - natural de uma cidade do interior de Portugal - afirma que quando está na cidade onde nasceu sofre discriminação - através de olhares reprovadores, de comentários indiscretos, sente-se marginalizado, etc. E, por outro lado, para contrastar, na cidade onde estuda - mais populacional e mais desenvolvida a vários níveis - nunca sentiu qualquer tipo de discriminação.

Salvador: acho que as coisas são muito melhores aqui, em Lisboa. É a capital e é uma cidade muito mais evoluída e por exemplo, na Covilhã isso já não se revê assim tao facilmente.

2. **Nominal:** O uso do nome adequado ao seu género é importante para os indivíduos transexuais, tal como o uso dos pronomes corretos. Tendo isso em conta, Tiago C. sugere que se pergunte no início de qualquer conversa como a pessoa quer ser tratada ou qual o género com que se identifica, pois na língua portuguesa, ao contrário de outras línguas, como o inglês, por exemplo, “é quase impossível conversar com alguém, manter uma conversa longa, sem usar um pronome masculino

ou feminino”. Salvador, por sua vez, arranjou um nome para si - em jeito de cognome - para as restantes pessoas utilizarem em vez do seu nome de nascença. Este cognome, aceite pelos seus pares, foi ganhando, para ele, cada vez mais uma conotação masculina - o género com o qual se identificava e identifica - e começou a sentir-se cada vez melhor com ele.

3. Corporal: Muitos transexuais são *assombrados* pela disforia de género, ou seja, sentem um mal-estar resultado da incongruência entre o sexo e género do indivíduo em causa; todavia, nem todos os transexuais são alvo desta condição. Nos casos em que há este sentimento, as pessoas podem sentir a necessidade de ocultar certas partes do seu corpo ou aumentá-las, consoante o seu desejo. No caso desta pesquisa, como entrevistamos um maior número de homens (FtM), também obtivemos relatos de soluções para minimizar os constrangimentos que aparecem, usualmente, nos homens transexuais. Para além de todo o desconforto que possa existir, há também nos homens transexuais um elemento que os pode “denunciar” imediatamente e daí gerar o possível estigma e discriminação: o peito. É precisamente esse elemento que todos os homens transexuais entrevistados dizem trazer-lhe constrangimento e para o esconder têm duas soluções, dependendo da situação: uso do *binder*, que segundo Tiago C. “não é mais do que um compressor do peito que modela um pouco a forma do nosso corpo para parecer um peito mais masculino” e é usado no dia-a-dia; e uso da *tape*, que segundo o mesmo respondente, “é uma espécie de fita cola diferente do normal que permite comprimir o peito e dar uma aparência mais masculina... existe esta mesma *tape* com a cor da nossa própria pele, ou seja, disfarça um pouco melhor”. Esta *tape*, por sua vez, é para ser usada quando os homens transexuais querem ficar em tronco nu, como em idas à praia, piscina, etc.

A importância social do corpo (Novaes e Vilhena, 2018) e a influência que, conseqüentemente, pode ter nas pessoas transexuais (através da discriminação sofrida em espaços públicos, por exemplo) remete-nos para as mudanças físicas que os respondentes podem ter feito e/ou desejem fazer. Estas mudanças físicas têm como objetivo tornar a sua aparência mais masculina ou feminina, dependendo da transição que estão a fazer. Ou seja, são estas transformações que os vão tornar legíveis como homens ou como mulheres (Stryker, 2006 *in* Saleiro, 2013) permitindo o seu posicionamento social. São vários os procedimentos e as operações que podem ser feitas e é necessário sublinhar que não há um guia ou uma maneira certa de se fazer esta transição. Quer isto dizer que nem todas as pessoas transexuais de um mesmo género têm de realizar as mesmas operações ou seguir um mesmo caminho, pois estes são vários e cada um pode trilhar o seu. Entre estas nove pessoas verificamos pensamentos diferentes, caminhos diferentes e procedimentos realizados ou perceções de procedimentos a realizar diferentes entre si.

Das nove pessoas entrevistadas apenas uma, Gui, ainda não tinha feito qualquer tipo de intervenção corporal, mas deseja fazê-lo, afirmando que “a única coisa que eu espero é poder fazer a transição o mais rápido possível”. Todas as outras oito pessoas já realizaram pelo menos um tipo de intervenção que mudou o seu corpo: a administração de hormonas. As

hormonas têm uma grande influência no corpo humano, principalmente no que toca ao desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários. Pudemos averiguar durante a execução destas entrevistas quais as mudanças que os respondentes notaram em si. Ângela, a única mulher transexual entrevistada, diz ter verificado as seguintes alterações: crescimentos do peito, redução da pilosidade no seu corpo, aumento do tamanho dos seus glúteos e coxas. Por sua vez, Tiago C. afirma que as alterações que ele, enquanto homem transexual, assinalou no seu corpo foram: diminuição do peito, crescimento dos pelos faciais e corporais, mudança na voz e desenvolvimento dos genitais.

Como a maior parte das entrevistas foi realizada junto de homens transexuais, o desejo de retirar o peito ecoou nos seus discursos. Sendo para eles a cirurgia mais desejada, Salvador descreve-a como “*libertação*”. No entanto, não é só por uma questão estética ou por um bem-estar pessoal que esta é realizada, como o testemunho de Tiago C. nos mostra “não [é] só por uma questão de eu me sentir melhor, mas uma questão de saúde. De facto, é que eu não consigo sair de casa se sentir que se consegue ver o facto de eu ter peito de mulher”. Sugerindo aqui uma clara influência da heteronormatividade - o peito enquanto símbolo forte de feminilidade -, este testemunho mostra-nos ainda o constrangimento que o peito pode trazer aos homens transexuais, pois “é aquilo que nos denuncia mais”, como Filipe afirma, reforçando esta ideia. Tomás, quando tivemos oportunidade de falar com ele, disse ter a mastectomia já marcada e afirmou - tal como todos os outros respondentes e a respondente - que as mudanças físicas eram importantes para si, justificando da seguinte forma

Tomás: É sentir, neste caso, o nosso corpo a mudar para aquilo que realmente é.

Já analisamos o facto da orientação sexual em nada influenciar a identidade de género, no entanto surge agora, com estas questões corporais, o interesse em falar das práticas sexuais e/ou do órgão sexual destes indivíduos. Isto é, Benjamin (2001 *in* Bento, 2006) refere que os *transexuais verdadeiros*³⁸ têm uma aversão ao seu órgão sexual, isso significando que

- a) *Transexuais verdadeiros* são aqueles que realizam todas as cirurgias e intervenções estéticas até haver uma correspondência total à imagem social de um homem ou uma mulher cisgénero?
- b) Todos os homens transexuais teriam de ter um pénis e todas as mulheres transexuais teriam de ter uma vagina?
- c) Todos os indivíduos transexuais seriam assexuados ou não tinham prazer sexual até terem um órgão sexual de acordo com o seu género?

³⁸ Aquele que apresenta as seguintes características: “1) vive uma inversão psicosexual total; 2) pode viver e trabalhar como uma mulher, mas apenas vestir as roupas não lhe dá alívio suficiente; 3) intenso mal-estar de género; 4) deseja intensamente manter relações com homens normais e mulheres normais; 5) solicita a cirurgia com urgência; 6) odeia seus órgãos masculinos” (Benjamin, 2001 *in* Bento, 2006:152).

Devido à transexualidade ser vista desta forma muito rígida - ou se é homem ou mulher, ou já fez a transição ou não fez - faz com que se esperem certos comportamentos e/ou práticas por parte dos indivíduos transexuais e podem ser geradas “hierarquias internas” (Bento, 2006:157) quanto ao tipo ou número de cirurgias que são realizadas. Isto implica igualmente que estas hierarquias categorizem quem é *mais* ou *menos* homem ou mulher, seguindo esta lógica.

Filipe: não faz sentido eu dizer, por exemplo, que me sinto um rapaz, mas não querer ter barba ou não querer ter pelos ou querer por exemplo continuar com o peito feminino. Sei lá, porque se nós nos identificamos com o género masculino e se nós queremos ser semelhantes, eu acho que para mim é crucial fazer esse tipo de intervenções. Porque eu jamais, por exemplo, eu jamais me sentiria completo se eu não tivesse barba, se não tivesse já feito a minha cirurgia ao meu peito.

No entanto, se por um lado temos Filipe a dar força à teoria de Benjamin (2001 *in* Bento, 2006), no sentido de haver uma única forma de ser homem - o único respondente que afirma ter já realizada a faloplastia (cirurgia de aumento do pénis) -, por outro lado temos Gui, que afirma não ser o falo que o define enquanto homem ou melhor ou ainda Tiago C. que afirma que o seu órgão sexual nunca lhe causou repugnância.

Gui: a minha genitália é feminina, nasci com o cromossoma XY e isso é uma parte puramente biológica. Para mim, isso não me faz nem mais nem menos rapaz // não quero, por exemplo, fazer a operação à parte genital. Por uma escolha pessoal, é várias operações, é uma operação que custa muito e eu pessoalmente quero manter a minha genitália feminina, que é uma coisa que também não define o facto de ser rapaz.

Tiago C.: Conheci muita gente que tem muita disforia ao nível do genital, eu nunca tive essa disforia. A minha disforia está mais em relação ao meu peito.

A dar continuidade a este testemunho do Gui, temos o Salvador que apesar de desejar muito (tal como o Tiago C., não só por uma questão de bem-estar pessoal, mas também por questão de saúde) fazer a histerectomia (cirurgia da retirada do útero, que pode ser acompanhada da retirada dos ovários e das trompas de Falópio), tendo já realizada a mastectomia, ainda não sabe se quer fazer mais cirurgias.

No caso de Ângela, se tivesse possibilidade financeira, fazia diversas mudanças no seu corpo, incluindo a retirada do pénis, ao qual chama *coiso* ou trata por *coisa*, mostrando, a nosso ver, a sua aversão por essa parte do seu corpo.

Ângela: Tenho o constrangimento de ainda ter o pénis. Não é para tocar, não é para ser visto.
// Toda a gente sabe que a coisa está ali, só que não se toca, porque me traz nojo... porque me incomoda...

Apesar deste relato acerca do constrangimento que o seu órgão sexual lhe traz, esta afirma que está satisfeita com a sua vida sexual, tal como todos os outros respondentes. Não

obstante os relatos seguintes identificam práticas e posturas na vida sexual que evidenciam o condicionamento que o corpo transexual lhes coloca:

Leonardo: Eu sempre tive habituado a dar mais do que receber e era isso que eu fazia. Preferia que não me tocassem tanto como eu faria. // Agora já começo a estar melhor, muito melhor, porque a testosterona faz desenvolver os genitais e isso dá uma grande ajuda.

Tiago C: Durante muito tempo se eu tivesse relações sexuais eu nunca tirava o *binder*... e de resto nunca criei nenhum tipo de problema a não ser que a pessoa me tocasse no peito.

Tomás: Basicamente é falar com a pessoa com quem estou e dizer que não gosto que me façam aquilo ou que me mexas ali e não há nada por aí além.

Inevitavelmente, quando falamos de mudanças físicas falamos da aparência, do visual, dos indivíduos. Paralelamente a isso, podemos falar de *expressão de género*, isto é, “the physical manifestation of one’s gender identity through clothing, hairstyle, voice, body shape, etc. (typically referred to as masculine or feminine)” (Trans Student Educational Resources, s/d: s/p). Foi nossa pretensão saber se os respondentes conheciam este conceito, como definiam a sua expressão de género e qual era a imagem que achavam que passavam aos outros - no fundo, qual a sua perceção do confronto entre a expressão de género de si próprios com a dos outros. A maior parte dos respondentes (7) conseguiu definir o termo, mesmo que de uma forma sucinta como por exemplo:

Tiago M.: Possivelmente na maneira como nos apresentamos, como nos vestimos... sei lá, tudo... se calhar o que dá a entender às pessoas.

No entanto, a expressão de género pode ser interpretada como uma “chamada de atenção” para aquilo que os indivíduos estão a sentir, ou seja, estão a demonstrar aquilo que não conseguem explicar (Saleiro, 2013). Neste caso, estão a revelar o seu “género escondido” através da maneira como se apresentam perante os outros.

Salvador: Fui-me sempre expressando noutra género que me era atribuído e foi por aí que eu também me fui, digamos que, libertando. Não tinha outra maneira de me libertar sem ser esse e foi um bocado à descoberta. Por vezes nem tinha muito a noção do que era a expressão, mas se me sentia bem dessa forma, então eu arriscava.

Por outro lado, obtivemos um testemunho de um rapaz transexual que diz que apesar de não compactuar com a masculinidade hegemónica (Connell, 1987 *in* Connell e Messerschmidt, 2013; Schouten, 2011), segue alguns comportamentos ou práticas que costumam ser associados ao sexo masculino, para que assim seja mais facilmente identificado como homem e, então, aceite na sociedade.

Tiago C.: [Por] ter nascido como uma rapariga, para mim, é mais fácil ser aceite se eu me vestir como homem, sou mais facilmente visto como um homem // Eu tento sempre ao máximo transparecer a ideia de homem... como a parte da vestimenta masculina, como a parte de certas palavras, a forma de sentar, a forma de reagir a determinados assuntos. Acaba por ser também um pouco a procura de ser aceite mais facilmente pelo que nos rodeia.

Como nem todos estavam em fases iguais do processo nem todos puderam afirmar terem uma expressão de género correspondente à imagem que os outros atores sociais veem neles. Os casos em que não há esta correspondência são os da Ângela, Gui e Tiago M., pois estão numa fase precoce do seu processo de transição. As mudanças físicas ainda não são acentuadas e, sequencialmente, não “passam” (Saleiro, 2013). Curiosamente, apesar de estarem a passar pela mesma situação, destes três testemunhos apuramos reações e sentimentos diferentes:

Ângela: Veem como um homem, se não, não tinha este tipo de dificuldades. // Com o tempo acabas por ignorar e por desvalorizar certas e determinadas coisas.

Gui: Inevitavelmente, neste momento, as pessoas olham para mim e identificam-me como uma rapariga. // Quando se trata de amigos meus, eu assumo, digo que sou trans, que me identifico com um rapaz e prefiro que me tratem por Gui... mas por uma questão familiar ainda, na maior parte das situações, tenho de calar e engolir.

Tiago M.: Neste momento, ainda me identificam com o sexo feminino // [lido] mal, muito mal. // Principalmente quando eu me apresento como Tiago e mesmo assim me tratam pelo sexo feminino. Aí está um bocado errado.

Relativamente à questão de não “passar”, Leonardo contou uma história de uma amiga sua, mulher transexual, relativa à sua mudança legal de nome e sexo nos documentos.

Leonardo: [a minha amiga] mudou logo o nome assim que foi possível e ainda não tinha as características femininas, ainda era um homem, e teve muitos problemas sociais, porque dava o nome de Catarina, mas era um homem com barba, com tudo, e teve muitos problemas.

Apesar das leis referentes à identidade de género estarem a dar passos largos e a facilitar, em muitos casos, os processos de transição dos indivíduos, Leonardo acha que tem de “ser tudo ponderado e só depois de muitos exames feitos é que devia ser possível mudar o nome”. Oito dos nove respondentes disseram já ter feito a mudança legal de nome e de sexo nos seus documentos e o respondente que ainda não a efetuou disse “é uma coisa que eu simplesmente sonho em poder fazer”. Este processo é descrito da seguinte forma

Tiago C.: Falamos com a pessoa, pergunta-nos o nome, nós preenchemos um documento para ser efetuada uma nova certidão de nascimento que depois nos permitirá, quando tenhamos essa certidão de nascimento, fazer o novo cartão de cidadão.

Descrito por alguns como “burocrático”, por outros como “complicado”, por outros ainda como “rápido” e por outros como “fácil”, ilustrando assim uma diversidade de experiências com este processo. Como podemos assim verificar, o processo não decorreu de forma igual para eles e para ela, por várias razões: *questões geográficas* - Ângela estava na Alemanha quando tentou fazer estas alterações e o consulado não estava a par da legislação, na altura, em vigor, e ela acabou por ter de fazer estas alterações apenas quando regressou a Portugal; Salvador e Leonardo - talvez devido a estarem no interior de Portugal (mesmo que em cidades diferentes) “houve muita falta de informação” (Leonardo), Salvador teve mesmo de fazer a sua mudança legal de sexo e nome fora da que era a sua cidade de residência na altura;

Tomás, apesar de ter afirmado que a alteração não foi difícil e que foi bem atendido, teve de se deslocar a Lisboa para que o processo fosse ágil; *questões burocráticas* - Tiago C., por sua vez, diz ter sido a burocracia de todo o processo que o fez achá-lo complicado; Tiago C. e Tiago M. dizem ter esperado mais do que o habitual (termo de comparação: renovação do cartão de cidadão quando este caduca) para receberem os seus documentos modificados, ao contrário de Filipe que diz ter recebido o seu cartão de cidadão cerca de uma semana depois; *disponibilidade dos técnicos durante o processo*- Renato declarou que todo o processo “foi rápido // eles [técnicos da conservatória] até me ajudaram”, por sua vez, Salvador teve uma primeira experiência na conservatória má, porque os técnicos não respondiam às suas necessidades, e ainda houve o caso da Ângela, no consulado da Alemanha, “eles [técnicos do consulado] não queriam tratar da minha documentação”.

O que torna possível estas mudanças de nome e de sexo, nos diversos documentos que acompanham cada um de nós ao longo da nossa vida, é a legislação em vigor em Portugal. Quisemos, por isso, saber se os indivíduos transexuais que entrevistámos tinham conhecimento da legislação que esteve ou que está atualmente em vigor em Portugal e saber qual a sua opinião sobre ela. Todos os indivíduos disseram ter, uns mais e outros menos, conhecimento acerca das leis/decretos leis existem. A maior parte declarou que as leis de identidade de género eram importantes, só um respondente, Renato, afirmou ser *indiferente* estas existirem ou não.

Devido ao curtíssimo hiato de tempo que houve entre a promulgação de uma nova lei acerca da identidade de género (julho de 2018) e a realização das entrevistas todos os respondentes e a respondente falaram dessa lei.

Gui: Para mim, simplesmente não faz sentido. Uma pessoa de 16 anos na América já pode começar a conduzir, mas não tem a capacidade de dizer se se sente rapaz ou rapariga? Isso é simplesmente... estúpido!

Tiago C.: Esta lei nova que saiu tem o seu quê de inútil.

Tomás: Eu acho que a nova lei, pronto, vem facilitar muita coisa.

Leonardo: Ter a possibilidade e acesso fácil, chegar e mudar o nome, pode gerar muitos problemas. E, aliás, acho que só deveria ser possível fazer uma mudança de nome quando as características masculinas já estão inseridas nele próprio ou nela própria.

Por estes excertos das entrevistas vemos que as opiniões acerca da nova lei se dividem e as justificações são várias. Aqueles que a veem como algo vantajoso justificam-na como facilitadora do processo de transição daqueles que desde cedo começaram a ter acompanhamento clínico, mas que anteriormente tinham de esperar pela maioria para mudarem legalmente o nome e o sexo nos documentos. Por seu turno, quem discorda ou acha esta lei inútil apoia-se nas justificações de que não era um assunto relevante para ser discutido atualmente ou são apologistas da autodeterminação de género desde idade mais precoce, pois não acham que haver uma limitação de idade faça sentido. Todavia, quase

todos eles deram sugestões de temas que podiam e/ou deviam, na sua opinião, ser discutidos em parlamento:

- a. Pagamento/custo elevado das mudanças legais de nome e de sexo;
- b. Listas de espera para consultas e/ou cirurgias;
- c. Investimento em mais equipas multidisciplinares para haver uma descentralização dos tratamentos;
- d. Possibilidade de o tratamento hormonal ser iniciado assim que a disforia de género seja diagnosticada, sem qualquer limite de idade.

Como a lei nº 7/2011 foi um grande passo na legislação LGBT em Portugal, mais especificamente, na população transexual, não podíamos deixar de falar dela aqui quando um dos respondentes usufruiu dela “*logo no dia a seguir*” à sua promulgação. Filipe - apologista da possibilidade de o tratamento hormonal poder ser iniciado aos 16 anos -, a pessoa mais velha que entrevistamos (30 anos), diz ter efetuado a sua mudança legal de sexo e nome assim que a lei de 2011 foi divulgada. Antes desta, todo o processo era mais demorado e mais burocrático, podendo levar meses a ser efetivada. Filipe sente que esta lei veio facilitar todo o processo que até ali ainda não era legislado. No entanto, como ele foi tratar destas alterações mal a lei saiu, notou que ainda havia alguma confusão nos técnicos da conservatória, porém não foi isso que os demoveu de o atenderem o melhor que conseguiram.

Filipe: Pessoalmente eu acho que a lei de 2011 está muito bem-feita e muito bem estruturada. Tem o relatório médico que comprova que a pessoa está com uma atitude consistente.

Tendo esta opinião da lei de 2011, qual será a opinião acerca da de 2018?

Filipe: Não sei até que ponto isso [a autodeterminação de género] poderá ser saudável ou poderá ser perigoso, ou não. Isto basicamente vai dar a possibilidade de qualquer pessoa chegar lá e dizer: olha quero mudar e pronto.

Podemos verificar, portanto, a existência de dúvidas em Filipe, acerca da pertinência da lei e das inúmeras possibilidades que poderão existir para as pessoas cisgénero em relação à alteração do nome/sexo. Esta poderá ser feita “só porque sim” (Filipe), a partir do momento em que os indivíduos tenham 18 anos e solicitem essa mudança.

Notas finais

Fazendo esta pesquisa parte de uma dissertação de mestrado, e por isso de dimensão reduzida e circunscrita temporalmente, nunca foi nosso objetivo tecer conclusões ou esperar que desta investigação resultassem dados passíveis de extrapolar para toda a população transexual. Para além de termos optado por uma abordagem qualitativa, que não permite a extrapolação dos resultados sem haver uma representatividade social, desde logo antecipámos dificuldades em angariar participantes. Também nunca tivemos expectativas de traçar verdades absolutas ou encontrar consensos sobre os temas tratados. O que pretendíamos era obter testemunhos que contivessem opiniões, perceções, sentimentos sobre as várias temáticas abordadas ao longo das entrevistas realizadas. Entrevistas essas realizadas via videochamada ou chamada telefónica, ou seja, à distância. Este foi o método que nos pareceu mais viável devido à dispersão geográfica dos indivíduos que foram entrevistados; esta dispersão aconteceu devido a não ter sido imposta nenhuma limitação aquando do recrutamento destes mesmos indivíduos, pois caso contrário teríamos tido uma unidade amostral mais reduzida do que aquela que conseguimos obter. Era nossa pretensão obter também um maior conhecimento acerca das leis e das políticas públicas implementadas referentes à identidade de género no contexto nacional. Assim sendo, apresentamos umas notas finais tendo em conta a informação recolhida da análise das entrevistas e da análise documental, tentando interligar toda essa informação com a teoria explanada na Parte I desta investigação e procurando destacar nos dados recolhidos o que se nos afigura mais interessante e promissor em termos de investigações futuras.

Tendo em conta a análise feita à legislação que foi sendo implementada em Portugal sobre identidade de género, até à data da realização desta dissertação, pudemos averiguar um aparecimento tardio destas, mas ao mesmo tempo consubstanciando como um grande avanço na luta contra a invisibilidade e a discriminação destes indivíduos. Estas apareceram em Portugal apenas em 2011, foram implementadas com o intuito de que todo o processo legal de mudança de nome e de sexo fosse menos moroso, menos burocrático e deixasse a esfera legal, passando a ser apenas resolvido no Registo Civil. Porém, e confrontando com a literatura (Saleiro, 2013) e com a voz dos nossos entrevistados, apesar dos objetivos da implementação desta lei, não aconteceu exatamente como era pretendido e a mudança do assento de nascimento continuou burocrático e apesar de já não ser necessário recorrer à instância do tribunal, ainda se continuava a precisar de um aval médico para que todo o processo fosse possível de concretizar. Ainda assim, diversos respondentes afirmaram ter sido um processo fácil e/ou rápido de concretizar, logo para estes o objetivo de reduzir o tempo de demora foi cumprido.

Mais recentemente, em Agosto de 2018, entrou em vigor uma outra lei que anulou a anterior. Esta nova lei veio autorizar a autodeterminação de género dos indivíduos transexuais com

mais de 18 anos, isto é, veio pôr o poder da assunção do género nos próprios indivíduos, sem ser necessário recorrer a qualquer outra entidade para poderem mudar o assento de nascimento. Esta é uma luta antiga - de vários e várias ativistas, pessoas transexuais e familiares - a qual mereceu a redação de uma carta ao Presidente da República por parte de alguns pais de jovens transexuais a apelar à promulgação da lei - na sua primeira versão: autodeterminação para maiores de 16 anos - a qual acabou por não acontecer. Com esta lei a identidade de género ou, mais especificamente, a transexualidade ganhou mais visibilidade, devido a ter havido uma transferência de poder da esfera médica para os próprios indivíduos transexuais, mesmo que não total. Conceptual e socialmente esta é uma grande mudança e, muito curiosamente, nos nossos respondentes emerge a preocupação relativamente à “facilidade” de todo o processo bem como alguma indiferença face a esta segunda lei o que parece indicar que a autodeterminação de género não é necessariamente identificada como uma necessidade por todas as pessoas transexuais. Todavia, ainda assim, a maior parte dos entrevistados concordou que as leis acerca da identidade de género, em geral, são importantes e que é realmente fulcral que estas existam.

Não esquecendo o objetivo principal da nossa dissertação - perceber se a heteronormatividade do contexto envolvente condiciona a identidade de género das pessoas transexuais - bem como os objetivos específicos - confrontar os papéis de género no contexto da transexualidade; aferir as experiências e perceções de pessoas transexuais quanto aos papéis de género a que foram expostos ao longo do seu percurso de vida; explorar se a transexualidade desafia ou perpetua a heteronormatividade; averiguar quais os elementos constitutivos da identidade social de um indivíduo transexual; perceber qual a importância que a mudança legal de sexo e de nome e a mudança física de sexo tem para a construção das suas identidades -, redigidos no início desta investigação, pretendemos agora responder-lhes, delineando algumas inferências.

Revisitados os objetivos a que nos predispusemos responder, há algumas ilações que podemos tirar de toda esta pesquisa:

- É desde cedo que os indivíduos têm perceção da sua identidade de género e demonstram-no, mesmo sem se aperceberem do significado que isso tem realmente (Saleiro, 2013);
- Essa demonstração é feita através da eleição de roupa, brinquedos e/ou brincadeiras, penteados, acessórios, entre outros, tipicamente associados ao outro sexo que não o com que nasceram. Podemos afirmar que é então a sua expressão de género (maneira como se apresentam e como expressam o seu género) que marca o início da construção da sua identidade de género destes indivíduos;
- O corpo é também um importante marco para estes indivíduos, pois é aquele que visualmente vai indicar aos outros qual o seu sexo e que, conseqüentemente, vai definir os elementos a usar aquando da interação entre estes, por exemplo quais os

pronomes que vão ser usados. No caso da transexualidade, muitas vezes, erroneamente, devido à descoincidência entre sexo e género sentida por estes;

- Neste seguimento, é aqui que entram as cirurgias de redesignação de sexo como um procedimento importante, ou não, para que o seu corpo corresponda ao seu género. Conseguimos obter relatos em que muitas vezes as cirurgias são essenciais para o seu bem-estar, diríamos até, para a sua sobrevivência, todavia, obtivemos, por outro lado, relatos de pessoas que não veem estas cirurgias como essenciais para a vivência do seu género. O discurso que mais obtivemos - devido à maioria das entrevistas terem sido feitas a homens transexuais - recaía na urgência referente à realização da mastectomia, mas não se verificou a mesma urgência nos discursos destes indivíduos quanto à operação genital, embora para alguns se revelasse importante. Em todos os casos ter um corpo que represente o seu género - homem para todos exceto para a Ângela - é um elemento desejável e vital de ser/tornar-se homem;
- Paralelamente ao corpo, também o nome de nascimento é algo que causa constrangimento a estes indivíduos, até porque na língua portuguesa não há nomes ambivalentes (ILGA Portugal, s/d), que tanto podem ser usados por homens e por mulheres, pelo que os respondentes expressam que o nome acaba por definir uma identidade que não é a sua e oprimir estes indivíduos. Sendo então o nome uma outra categoria que pode auxiliar na construção ou na influência da sua identidade de género;
- Alguns dos respondentes apenas se aperceberam que o seu sentimento de género ou a sua identidade de género se revelava um “problema” aquando da frequência da escola, mais especificamente, quando os professores e/ou os ou as auxiliares separavam as crianças por sexo. Quanto isto acontecia as próprias crianças - aquelas que não se encontravam num dito padrão normal de género - apercebiam-se que elas não se encaixavam na divisão de género que os outros faziam. Neste momento de frequência da escola perceberam indubitavelmente que havia diferenças entre os sexos e que havia uma segregação quanto às brincadeiras, por exemplo, e era algo em que não se reviam, sobretudo porque não estavam do lado que queriam estar;
- Foi precisamente no ambiente escolar em que se constatou haver o maior número de discriminação contra estes indivíduos, havendo violência física, verbal e psicológica;
- Não se verificou haver um espaço seguro comum a todos, pois verificaram-se sempre situações de discriminação, em casa, na escola, no trabalho, etc.;
- Estes relatos de discriminação vieram provar que ainda há uma grande invisibilidade quanto a este tema e que tem de haver uma maior sensibilização quanto a esta população;
- Algo que apuramos, ainda, foi que a forma como estes indivíduos foram educados ao longo do seu percurso de vida, nomeadamente na sua infância, teve muita influência aquando do seu *coming out*. Isto é, aqueles que tiveram uma infância sem a rigidez exigida dos papéis de género, de certa forma, tiveram um maior à vontade na altura

de se assumirem como transexuais para os seus pais e mães e tiveram uma maior aceitação por parte destes e destas. Por seu turno, aqueles pais e mães que exigiam dos seus filhos e filha uma total, ou quase, obediência perante estes papéis de género apresentaram uma maior resistência em aceitar a identidade de género destes e desta;

- Os pais e as mães destes indivíduos têm grande influência sobre estes, seja pela figura de autoridade que estes envergam, seja por fazerem parte do grupo de socialização primária e se ao longo desta investigação pudemos ter contacto com relatos de indivíduos cujos pais e mães não aceitavam a sua identidade de género e, por isso, foram um dos motivos pelos quais estes atrasaram a sua transição, física e legal, temos também indicação da importância do apoio parental, sobretudo das mães.

Em apenas nove indivíduos entrevistados pudemos averiguar uma grande diversidade quanto às formas de pensar, de reagir e de se apresentar. Só por si, este dado, leva-nos a concluir que realmente talvez não seja possível a existência de apenas uma identidade de género única. No entanto, continuemos... sabemos, na sociologia, que o contexto em que os indivíduos nascem e/ou crescem também é fulcral para a formação de todo o seu percurso de vida. E, de facto, nem todos apresentam um mesmo contexto familiar, um mesmo nível de compreensão dentro da sua família, o mesmo nível de discriminação, o mesmo nível de apoio por parte dos seus pares e tudo isso tem a sua influência quando “se estão a construir”. Logo, mais uma vez, concluímos que não é possível falar de apenas uma identidade de género.

Assim, e tentando responder a um dos nossos objetivos, os elementos que nos suscitam ter um maior envolvimento no que concerne à construção da identidade de género dos indivíduos, sem qualquer ordem referente à influência exercida, são: a discriminação (feitas nas mais diversas ocasiões e pelas diversas entidades), a legislação, os papéis de género e/ou as normas sociais - implícitos na heteronormatividade -, o nome próprio e a família. Cada um destes apresenta a sua função na vida destes indivíduos e não têm todos uma mesma influência, embora todos sirvam para, de uma forma ou de outra, lhes dar visibilidade ou uma maior correspondência ao seu género.

A exclusão destes indivíduos, como averiguamos, em número é expressiva e trata-se de uma consequência da invisibilidade desta população. Após esta pesquisa feita podemos dizer que, nestes indivíduos, encontramos exposição à exclusão social, pois houve a perda de laços sociais durante as suas transições; exclusão territorial, quando estes sentem uma diferença quanto ao nível de exclusão consoante o nível populacional; exclusão de referências simbólicas, pois existiram perdas de autoestima e dúvidas acerca do seu sentido de pertença. No que concerne à discriminação de que estes indivíduos são alvo, podemos ver aqui um “ciclo de invisibilidade”, como lhe chamamos. Por outras palavras, cremos que a invisibilidade da transexualidade leva à discriminação destes indivíduos (devido à desinformação), todavia esta discriminação leva à invisibilidade dos mesmos (devido à

retração dos indivíduos por serem oprimidos), criando-se aqui um círculo vicioso. Para este círculo ser quebrado era necessário haver uma difusão da informação sobre este fenómeno para que o usufruto da cidadania pudesse ser alcançado em pleno por estes. Averiguamos que não existe um único espaço seguro em comum para todos os indivíduos entrevistados - espaços estes que são comuns a todos os cidadãos, onde uma parte da população não está segura, por exemplo, a escola, o trabalho, etc. -, revelando-se, mais uma vez, essencial que a informação chegue a todos os cidadãos para que a segurança seja algo real para esta população.

Em jeito de remate, averiguamos que a heteronormatividade tem uma grande influência na construção da identidade de género, pois é esta a responsável pelas práticas que mantêm os comportamentos tradicionalistas, logo é esta que vai estar encarregue de manter a transexualidade longe da normalidade e/ou longe de uma visão sem discriminação, por ser uma minoria sexual. No entanto, o que pudemos averiguar da nossa recolha de dados é que os respondentes se queriam entrosar nesta normalidade e pertencer ao binarismo, o seu desejo era serem “passíveis” para que assim fossem confundidos com uma pessoa cisgénero.

A transexualidade é um fenómeno que, na sua definição, vem questionar a definição de sexo como uma categoria fixa e inalterável, cremos que vem também, de certa forma, desafiar a heteronormatividade, acabando por haver uma influência mútua entre elas, mesmo que de forma diferente. Por outras palavras, o que concluímos é que, por um lado, a transexualidade desafia a heteronormatividade, no sentido em que a pode fazer repensar os valores e os princípios que lhe estão subjacentes, visto que a transexualidade se caracteriza por uma incongruência entre o sexo e o género do indivíduo; enquanto a norma é haver precisamente uma congruência. Por outro lado, a heteronormatividade influencia a transexualidade, pois esta, ao vê-la como uma minoria e algo que transgride a norma, vai mantê-la invisível ou com pouca visibilidade, acabando por haver uma perpetuação da discriminação desta.

Mais do que isso, a heteronormatividade influencia-os de forma forte e indelével: todos (no caso de Ângela deseja ser uma mulher) sentem que são rapazes, querendo assim parecer rapazes e ter papéis de género de rapazes. Mas depois há nuances interessantes que não ocorrem nos cisgénero: respondentes que estão bem com uma genitália feminina e que vivem uma sexualidade trans ainda que com alguns condicionamentos: por exemplo, partes do corpo que não querem tocadas e que ocultam o mais possível, sendo o peito emblemático disto. É neste sentido que todos fizeram ou desejam fazer intervenção corporal, para construir um corpo para si, que expresse o seu género, da forma como eles o interpretam. Neste sentido, apuramos diferentes discursos quanto à forma como os indivíduos construíam a sua identidade de género, logo podem existir diferentes formas de se ser transexual. Isto pode vir a abalar também os papéis de género tal como os conhecemos, devido a haver uma recusa, em alguns casos, da réplica de certos comportamentos associados ao homem, nos homens transexuais, e à mulher, em mulheres transexuais, tal como podemos assistir a uma mescla destes papéis

sociais numa só pessoa, deixando de haver uma divisão tão rigorosa destes. Atrevemo-nos, assim, a dizer que a heteronormatividade - e tudo o que esta implica - apresenta-se como frágil, apesar de estar longe de ser efetivamente posta em causa.

Bibliografia

Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século Edições.

Associação para o Desenvolvimento da Família (s/d), “Sexualidade”, consultado a 20/05/2018, em <http://www.apf.pt/sexualidade>.

Associação Plano i (s/d), “Casa Arco-íris”, consultado a 20/05/2018, em <https://www.associacaoplanoi.org/casa-arco-iris/>.

Atkinson, Paul (2005), “Qualitative Research-Unity and Diversity”, *Forum: Qualitative Social Research*, vol. 6, nº 3.

Augusto, Amélia (2014), “Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência”, *Fórum Sociológico*, nº 24, pp. 1-8.

Babbie, Earl (2013), *The Practice of Social Research*, 13ª edição, International Edition.

Barbieri, Teresita (1993). “Sobre la categoria genero. Una introduccion teorico-metodologica”, *Debates en Sociología*, nº 18, pp. 145-169.

Bauman, Zygmunt (2006), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity press.

Beauvoir, Simone (1949; 2015), *O Segundo Sexo*, volume 1, 2ª edição, Lisboa, Quetzal.

Bento, Berenice (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e género na experiência transexual*, Rio de Janeiro, Garamond.

Bíblia Sagrada (1990; 2005), “Genesis 1” em *Bíblia Sagrada*, Matosinhos, QN-Edição e Conteúdo SA.

Bozon, Michel (2004), *Sociologia da Sexualidade*, Rio de Janeiro, Editora FGV.

Braga, Adriana e Gastaldo, Édison (2012), “Variações sobre o uso do Skype na pesquisa empírica em comunicação: apontamentos metodológicos”, *Revista Contracampo*, vol. 24, nº 1, pp. 4-18.

Brandão, Ana Maria (2009), “Queer, mas não muito: género, sexualidade e identidade nas narrativas de vida de mulheres”, *Ex Aequo*, nº 20, pp. 81-96.

Bruto da Costa, Alfredo (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Butler, Judith (1990; 2017), *Problemas de Género*, Lisboa, Orfeu Negro.

Castel, Robert (2000), “A precariedade: transformações históricas e tratamento social” em Marc_Henry Soulet (org.), *Da não-integração*, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 21-38.

Cavalcanti, Mario Lima (2005), “Os possíveis prós e contras na utilização do e-mail e dos comunicadores instantâneos como ferramentas para se fazer entrevistas”, acessado a 7 de dezembro de 2018, em http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=863.

Connell, Raewyn e Pearse, Rebecca (2002; 2015), *Gender: In World Perspective*, 3ª edição, Cambridge, Polity Press.

Connell, Raewyn W. e Messerschmidt, James W. (2013), Masculinidade hegemónica: repensando o conceito, *Revista Estudos Feministas*, 21, 1, pp. 241-281.

Costa, Ronaldo Pamplona (1994), *Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana*, São Paulo, Editora Gente.

Crenshaw, Kimberle (1989), "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics", *University of Chicago Legal Forum*, Vol. 1989, pp. 139-167.

Davis, Heath Fogg (2017), *Beyond Trans: Does Gender Matter?*, Nova Iorque, New York University Press.

Dieguez, Roberta Siqueira Mocaiber (2016), “A mulher transexual no discurso contemporâneo: um estudo de caso”, *Demetra*, nº3, vol. 11, pp. 521-538.

Foucault, Michel (1982), *Herculine Barbin: O diário de uma hermafrodita*, Rio de Janeiro, F. Alves.

Foucault, Michel (1988), *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, Rio de Janeiro, Edições Graal.

FRA (2014), “Ser Trans na UE: Análise comparativa dos dados do inquérito LGBT europeu”, consultado a 23/12/2018, em <https://fra.europa.eu/en/publication/2015/being-trans-eu-comparative-analysis-eu-lgbt-survey-data-summary>.

Gamson, John (2000), Sexualities, theory and qualitative research em Denzin, Norman K. e Lincoln, Yvonna S. (2000), “Handbook of qualitative research”, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 347-365.

Garfinkel, Harold (1967), *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

Giddens, Anthony (2010), *Sociologia*, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, Albertino (2004), *Métodos e técnicas de investigação social I - Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino Teórico e Prático*, Braga, Universidade do Minho, prova de agregação.

Gray, David E. (2009), Collecting Primary Data: Interviewing em Gray, David E. (2009), “Doing Research in the Real World”, 2ª edição, SAGE, pp. 369-394.

Guerra, Isabel Carvalho (2014), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*, Cascais, Príncípa Editora.

Herman, Jody, L. (2013), “Gendered Restrooms and Minority Stress: The Public Regulation of Gender and its Impacts on Transgender People’s Lives”, em *Journal of Public Management & Social Policy*, vol. 19, consultado a 20/04/2018, em <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Herman-Gendered-Restrooms-and-Minority-Stress-June-2013.pdf>.

Hita, Maria Gabriela (2005), “A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos”, *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 16 (1), pp. 109-148.

ILGA Portugal (2018), “Homofobia e Transfobia: dados da discriminação em Portugal 2017”, consultado a 02/05/2018, em http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/Relatorio-Discriminacao-2017_17maio2018.pdf.

ILGA Portugal (s/d), “A lei de identidade de género - Avaliação da implementação e do impacto da lei nº7/2011, de 15 de Março que regula o procedimento de mudança de sexo legal no registo civil e correspondente alteração do nome próprio”, consultado a 7/11/2018, em http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/Folheto_Lei_Identidade_Gen.pdf.

Jesus, Jaqueline Gomes (2012), *Orientações Sobre Identidade De Género: Conceitos E Termos*, ed. online, em http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta_es_popula_o_trans.

Kitzinger, Celia (2005), “Heteronormativity in Action: Reproducing the Heterosexual Nuclear Family in After-hours Medical Calls”, em *Social Problems*, Vol. 52, pp. 477-498.

Lalanda, Piedade (1998), “Sobre a metodologia qualitativa na Pesquisa sociológica”, *Análise social*, 23 (118), pp. 871-883.

Latour, Agata *et al.* (2018), *Alternativas: Agir contra o discurso de ódio através de contranarrativas*, consultado a 23/01/2018, em http://juventude.gov.pt/Eventos/Cidadania/Documents/Manual_ALTERNATIVAS_Web.pdf.

Lei 28/2015 de 14 de abril. *Diário da República nº72/2015, Série I.*

Lei nº 1/2004 de 24 de setembro. *Diário da República nº173/2004, Série I-A.*

Lei nº 38/2018 de 7 de agosto. *Diário da República nº151/2018, Série I.*

Lei nº 7/2011 de 15 de março. *Diário da República nº 52/2011, Série I.*

Lewinsohn, Richard (1956), *História da vida Sexual: Da antiguidade aos nossos dias*, Lisboa, Livros do Brasil.

LGBT Ireland (s/d), “Coming out”, consultado a 20/01/2019, em <http://lgbt.ie/get-information/coming-out>.

Lombardo, Emanuela (2003), El mainstreaming de género en la Unión Europea, *Aequalitas. Revista Jurídica de Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres*, vol. 10, pp. 6-11.

Marconi, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria (2007), *Técnicas de pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas.

Martins, Heloisa Helena T. de Souza (2004), “Metodologia qualitativa de pesquisa”, *Educação e Pesquisa*, 30 (2), pp. 289-300.

Melo, Filipa (2018), “Identidade de género, sexualidade, dogma e vida privada” em *Ler*, nº 150 (Verão), pp. 36-43.

Neves, Dulce Morgado de Brito (2013), *Intimidade e Vida Sexual: Mudanças e Continuidades numa Perspetiva de Género e Geração*, Lisboa, ISCTE-IUL, tese de doutoramento em Sociologia.

Novaes, Joana de Vilhena e Vilhena, Junia (orgs.) (2018), *O corpo que nos possui: corporeidade e suas conexões*, Curitiba, Appris.

Nucci, Marina Fisher e Russo, Jane Araújo (2008), “O terceiro sexo revisado: a homossexualidade no *Archives of Sexual Behaviour*”, *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19, pp. 127-147.

OMS - Organização Mundial de Saúde (2018), “International Classification of Diseases”, consultado a 07/01/2019, em <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#http%3a%2f%2fid.who.int%2f%2fid%2fentity%2f1513302415>.

Opdenakker, Raymond (2006), Advantages and disadvantages of four interview techniques in qualitative research, *Forum: qualitative social research*, vol. 7, nº 4.

Paglia, Camille (2018), *Mulheres livres, homens livres: sexo, género e feminismo*, Lisboa, Quetzal Editores.

Pereira, Maria do Mar (2012), *Fazendo Género no Recreio: a Negociação do Género em Espaço Escolar*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Peters, Gabriel (2013), “Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28 (83), pp. 47-71.

Pino, Carlos Castilla (1973), *Sexualidade e Repressão*, Lisboa, Assírio & Alvim.

Porto Editora (2004), *Dicionários Académicos*, Porto: Porto Editora.

Ragin, Charles C. e Amoroso, Lisa M. (2011), *Constructing social research: the unity and diversity of method*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.

Reis, Carolina (2018), “Pais de jovens transexuais pedem a Marcelo que não vete lei: “permite aos nossos filhos construir um futuro com dignidade””, em *Expresso* (23/04/2018),

consultado em 17/12/2018, em <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2018-04-23-Pais-de-jovens-transexuais-pedem-a-Marcelo-que-nao-vete-lei-permite-aos-nossos-filhos-construir-um-futuro-com-dignidade#gs.6eKBZD1m>.

Roberts, Brian (2002), *Biographical Research*, Buckingham, Open University Press.

Romero, Mary (2018), *Introducing Intersectionality*, Cambridge: Polity Press.

Room, Graham (2000), “Trajectories of social exclusion: the wider context for the third and first worlds”, em Gordon, David e Townsend, Peter (2000), *Breadline Europe - The measurement of poverty*, Bristol, Policy Press, pp. 407-439.

s/a (2018), “Histórico: OMS retira transexualidade da lista de doenças mentais”, em *Dezanove* (19/06/2018), consultado a 10/12/2018, em <https://dezanove.pt/historico-oms-retira-transexualidade-da-1183908>.

Saleiro, Sandra e Sales Oliveira, Catarina (2018), Desigualdades de (cis e trans)género. Portugal no contexto europeu em Carmo, Renato *et al* (org), “Desigualdades sociais. Portugal e a Europa”, Lisboa, *Mundos Sociais*, pp. 131-148.

Saleiro, Sandra Palma (2013), *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*, Lisboa, ISCTE-IUL, tese de doutoramento em Sociologia.

Sales Oliveira, Catarina (2011), *Mobilidades e classes médias em contexto metropolitano*, ISCTE-IUL, tese de doutoramento em Sociologia.

Sales Oliveira, Catarina (2019), My trip in my words: subjectivities, time(s) and mobilities in slow travel blogs, consultado a 10/01/2019, em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0961463X18820740>.

Sales Oliveira, Catarina (2018), A emancipação do género ou para um género *emancipatório* em Barata, André, Carmo, Renato e Sales Oliveira, Catarina (org.) (2018), “Emancipação: o futuro de uma ideia política”, Lisboa, *Documenta*, pp. 201-229.

Sant Ana, Anderson Luís (2016), *As consequências da revolução sexual: uma reflexão sobre as transformações da vida íntima em tempos de modernidade líquida*, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, bacharelado interdisciplinar em Ciências Humanas.

Santos, Ana Cristina (2005), “Heteroqueers contra a heteronormatividade: Notas para uma teoria queer inclusiva”, comunicação apresentada no Congresso *Heteronormativity - A Fruitful Concept?*, Noruega.

Santos, Filomena (2014), “Pesquisa Qualitativa: o debate em torno de algumas questões metodológicas”, *Revista Angolana de Sociologia*, 14, pp. 11-24.

Sawaia, Bader (org.) (2001), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, 2ª edição, Petrópolis, Editora Vozes.

Schilt, Kristen e Westbrook, Laurel (2009), “Doing Gender, Doing Heteronormativity: ‘Gender Normals,’ Transgender People, and the Social Maintenance of Heterosexuality”, *Gender & Society*, vol. 23, nº4, pp. 440-464.

Schouten, Maria Johanna (2011), *Uma Sociologia do Género*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Silveira, Esalba Maria Carvalho (2006), *De Tudo Fica Um Pouco: A Construção Social da Identidade do Transexual*, Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tese de doutoramento Serviço Social.

Simões, Maria João *et al.* (2008), “Desafios para os diagnósticos sociais: aprofundamento e reconfiguração”, comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia, Lisboa.

Sousa, Marcelo Rebelo (2018), “Mensagem do Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, do Decreto”, consultado a 17/12/2018, em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/13/03/111/2018-05-10/2?pgs=2&org=PLC>.

Souza, Jacqueline, Kantorsky, Luciane Prado e Luis, Margarita Antonia Villar (2011), Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental, *Revista Baiana de Enfermagem*, vol. 25, nº 2, pp. 221-288.

Trans Student Educational Resources (s/d), “Definitions”, consultado a 18/11/2018, em <http://www.transstudent.org/definitions>.

Verdasca, Ana Teresa e Pereira, António Garcia (2011), *Assédio moral no local de trabalho: o caso do sector bancário português*, Socius working papers nº 09/2011, Lisboa, ISEG.

Walter, Natasha (2010), *Muñecas vivientes: el retorno del sexismo*, Madrid, Turner.

Weber, Max (2006), *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*, São Paulo, Editora Ática.

Wittig, Monique (1981), “One is not born a woman”, em McCann, Carole R. e Kim, Seung-Kyung (2013), *Feminist theory reader: local and global perspectives*, 3ª edição, Nova Iorque: Routledge.

Wittig, Monique (1992; 2006), *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*, Editorial Egales.

Anexos

Anexo A. Ficha de Caracterização Social do entrevistado ou da entrevistada

Sexo atribuído à nascença:

Autoidentificação face ao género:

Autotratamento linguístico:

Idade:

Naturalidade:

Local de residência:

Estado civil:

Situação Conjugal:

Com quem vive:

Nível de escolaridade:

Ocupação profissional:

Anexo B. Guião da entrevista

1. POSICIONAMENTO FACE AO SEXO E GÉNERO

Para si, sexo e género são conceitos diferentes?

O que entende por sexo? Como vive e interpreta o seu sexo? Considera que há elementos que o descrevem? Considera-o manipulável, algo que se pode escolher, biológico ou cultural?

O que entende por género? Como o vive e interpreta? Considera-o uma categoria manipulável? Considera-o uma categoria passível de fluidez ou estática?

Qual a sua posição em relação ao binarismo de sexo, ou seja, o facto de a sociedade só assumir dois sexos (masculino e feminino)?

Ser homem e ser mulher, para si, é diferente para si?

O que significa para si ser homem? O que os pode caracterizar? Considera que têm papéis específicos na sociedade, valores associados a eles e modelos a seguir próprios/coincidentes com o seu sexo?

O que significa ser mulher? O que as pode caracterizar? Considera que têm papéis específicos na sociedade, valores associados a elas e modelos a seguir próprios/coincidentes com o seu sexo?

2. IDENTIDADE E EXPRESSÃO DE GÉNERO

O que entende por identidade de género? Como define a sua identidade de género? Como chegou a essa conclusão? Como obteve informação (médicos, associações, artigos científicos, amigos, etc.) para o concluir? Sempre se identificou com isso ou alterou-se ao longo do tempo?

O que entende por expressão de género? Como define a sua? Como chegou a essa conclusão? Como obteve essa informação? Sempre se identificou com isso ou alterou-se ao longo do tempo?

Como acha que os outros a ou o identificam? Como lida com isso? Considera essa designação correta?

Como acha que as pessoas em geral percecionam as pessoas trans?

Quando sentiu que não correspondia à linearidade de sexo/género assumida pela sociedade?

Como isso o fez sentir? Como lidou com isso?

3. MUDANÇAS FÍSICAS

Já fez alguma alteração corporal? Já recorreu a alguma intervenção médica? Se sim, quais? Acha importante haver essa transformação física para que a sua identidade e/ou expressão de género sejam corroboradas?

Atualmente, realiza algum tratamento e/ou procedimento de alteração corporal? Toma hormonas? Se sim, fá-lo sob prescrição e/ou vigilância médica/profissional? Onde as adquire? Se não, já tomou? Em que condições?

Já realizou alguma cirurgia? Se sim, qual ou quais? Deu-se ao longo do processo de transição clinicamente assistida ou por conta própria? Em que condições? Pensa realizar mais?

Se não, pensa realizar alguma transformação corporal?

Como classifica o atendimento que lhe foi prestado no SNS, em relação a processos relacionados com a identidade de género? Como classifica os profissionais?

4. CIRURGIA DE REATRIBUIÇÃO DE SEXO

Qual a sua opinião acerca da operação de reatribuição de sexo? Acha importante, indiferente, não concorda?

Já realizou operação de reatribuição de sexo? Se sim, como descreve o processo? Onde foi? Ficou satisfeito? Como classifica a qualidade do serviço prestado? Se não o fez, pretende fazê-lo? Porque? Qual a sua expectativa em relação ao procedimento?

5. MUDANÇAS DE CARIZ LEGAL

Procedeu à alteração legal do nome nos seus documentos? Como descreve o processo? Como se processou? (fácil, lento, moroso, burocrático, complicado, etc.)

Procedeu à alteração legal do sexo nos seus documentos? Como descreve o processo? Como se processou? (fácil, lento, moroso, burocrático, complicado, etc.)

6. LEI DE IDENTIDADE DE GÉNERO

Tem conhecimento de propostas/leis que têm sido faladas acerca da identidade de género? Opinião sobre essas leis de identidade de género e a necessidade delas.

Tem sugestões para propostas/leis ou assuntos importantes a serem discutidos acerca da identidade de género?

Quais as suas expectativas em relação às leis sobre identidade de género? Acha que trouxeram ou vão trazer benefícios aos indivíduos trans? Acha que todos os envolvidos (profissionais das + diversas áreas) têm conhecimento das leis e as vão cumprir sem barreiras ou ainda nota resistência quanto à aceitação? Já teve alguma experiência menos bem-sucedida a este nível? Acha importante os movimentos sociais *queer*/LGBT, tal como o trabalho das associações LGBT para essas leis serem formadas ou levadas avante?

7. PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA LGBT

É membro de alguma associação? Qual o seu estatuto?

É membro de alguma associação do movimento LGBT? Qual a sua opinião acerca destas? Considera importante o trabalho destas associações para a defesa dos direitos LGBT? Acha essencial o trabalho destas para a defesa da sua própria identidade/expressão de género? Tem alguma sugestão, dirigida a estas associações, para a defesa da sua própria identidade/expressão de género?

Costuma participar em iniciativas/eventos LGBT? Se sim, quais (debates, tertúlias, marchas LGBT, etc.)?

8. DISCRIMINAÇÃO

Ao longo da sua vida sofreu discriminação? Em que situações e contextos (casas de banho públicas, hospital, escola, serviços de atendimento público, espaços de lazer, trabalho, etc.)? Com que frequência acontecia? Quem a praticava (profissional de saúde, desconhecidos, colegas de escola, familiares, etc.)?

Atualmente, sofre discriminação? Por parte de quem? Sentiu alguma evolução em relação a situações de discriminação?

Há algo que evita fazer para que não fique numa situação vulnerável perante a discriminação? Há alguma situação mais delicada ou que considere mais suscetível de discriminação?

Qual a sua reação a este tipo de situações? Já tomou alguma medida formal? Como reagem as pessoas que estão consigo ou nas redondezas?

Sente-se discriminado no trabalho? Sente que o salário se alterou com a transição ou é diferente em relação ao dos seus colegas e/ou ao das suas colegas? Sente que não o tratam da mesma forma? Se sim, sente que essa diferença provém da sua identidade de género?

9. RELAÇÕES FAMILIARES

Qual a sua situação familiar (família nuclear, alargada, homoparental, etc.)?

Qual a profissão dos seus pais?

Qual a relação com os seus pais e família, em geral? Qual o papel que eles tiveram aquando da assunção da sua identidade/expressão de género? Qual o nível de compreensão que eles tiveram quanto a isso? Nota alguma diferença em relação ao género do familiar que demonstra mais compreensão: mais proximidade/compreensão por parte dos homens, ou mais proximidade/compreensão por parte das mulheres?

A maneira como foi educado/socializado/ensinado ajudou ou dificultou, de alguma forma, a assunção da verdade identidade/expressão de género? Como foi crescer assim? Sente que isso lhe trouxe muitos constrangimentos? Como foi a infância, adolescência?

10. PERCURSO ESCOLAR

Qual o seu grau de escolaridade? Ainda estuda?

Sente que a sua identidade/expressão de género influenciou o seu percurso escolar ou vice-versa? Se sim, de que modo?

Como caracteriza as amizades que forma ou formava em tempo de escola? Como via os agentes escolares (administradores, auxiliares, professores) em termos de compreensão?

11. RELAÇÕES AMOROSAS

Qual o seu estado civil e situação conjugal? Tem alguma relação amorosa atualmente? Se sim, há quanto tempo dura? Qual o sexo da pessoa? Qual a orientação sexual da pessoa? Tem dificuldade ou facilidade em manter/iniciar um relacionamento? A que se deve? Sente que os seus parceiros ou as suas parceiras aceitam bem a sua identidade de género? Costuma ter relações mais estáveis ou passageiras? Qual o papel da(s) pessoa(s) com quem se relaciona na assunção e/ou vivência da sua identidade/expressão de género?

12. FILHOS

Tem filhos?

Se não, gostaria de ter? É algo em que pensa? É algo importante para si?

Se sim, biológicos ou por afinidade? Gostaria de ter mais? Nasceram em que fase da sua vida?

Em que fase do processo de transição/assunção de identidade de género? Como eles e/ou elas encararam a sua identidade de género? Como lhe chamam? Qual o parentesco (pai, mãe, outra designação, evitam designar)? Qual a proximidade com eles? Estão juntos com que frequência? Saem juntos publicamente? Como o ou a apresentam aos amigos e/ou amigas?

13. RELAÇÕES AFETIVAS

O que significa para si a amizade?

Qual a expressão de género dos seus amigos e das suas amigas?

Qual o contexto em que conheceu os seus amigos e/ou as suas amigas (infância, escola, trabalho, associações, etc.)?

Qual a sua quantidade de amigos?

Tem dificuldade ou facilidade em arranjar amigos e/ou amigas? Se tem dificuldade, porquê? Como a interpreta?

Qual costuma ser a durabilidade das suas amizades?

Qual o nível de compreensão/apoio dos amigos e/ou amigas quanto à sua identidade/expressão de género? Nota diferenças quanto ao género em relação ao nível de compreensão/apoio: mulheres amigas mais compreensivas, ou homens amigos mais compreensivos?

14. SEXUALIDADE

Como se classifica em termos de atração e orientação sexual? Considera que a sua identidade/expressão de género condiciona a sua orientação sexual ou vice-versa?

Como vive a sua sexualidade? Sente algum constrangimento (por exemplo, na altura da transição, etc.)? Se sim, tem alguma estratégia para os colmatar ou minimizar?
Qual o nível de satisfação com a sua sexualidade?

15. FUTURO

Que expectativas tem para o seu futuro (em termos físicos, psicológicos, situação económica, relações amorosas, família, etc.)? Acha que o que espera se vai concretizar?

Anexo C. Sinopses das entrevistas

Categorias e subcategorias		Entrevistas
Heteronormatividade		
Cultural/Social	Identidade de género	<p>Tiago C.: O facto é que a identidade de género também tem influência na parte social, na parte mental... mesmo no desenvolvimento e do crescimento do feto na barriga da mãe, depois, eventualmente, a forma como nasce, a forma como é educado, como é criado, o ambiente escolar, o ambiente da família, amigos. A realidade é que parecendo que não isso influencia, sim, uma pessoa a chegar à conclusão de qual é a sua identidade de género.</p> <p>Renato: Identidade de género é nós sabermos se o corpo está num cérebro errado ou não.</p> <p>A minha identidade de género é masculino.</p> <p>Filipe: É assim, a minha identidade de género é masculina [risos]. A informação que o meu cérebro tem, hum... as minhas partes cerebrais são mais masculinas, portanto acho que é isso que me define como... pessoa, como género.</p> <p>Salvador: Desde pequeno que eu percebi que alguma coisa não estava bem, mais pelo facto de o sexo que eu tinha, não conferia com o género digamos que mental. Tentava fazer o que um rapaz consegue fazer e uma rapariga não consegue, como por exemplo, urinar de pé. // Embora tenha sido uma má fase da minha vida antes de começar o processo, foi a única coisa que me salvou e tenho orgulho nisso.</p>
	Expressão de género	<p>Tiago C.: A minha expressão de género é versátil... Porque eu tento sempre ao máximo transparecer a ideia de homem, mas nunca esquecendo as minhas morais e as minhas éticas.</p> <p>Gui: Expressão do género é a forma como a pessoa se expressa. Eu acho que a minha expressão de género é andrógena. Não tem nada a ver com a forma como eu</p>

		<p>me identifico.</p> <p>Filipe: Voltando para trás, antes de começar a parte hormonal, por exemplo, tinha muita tendência em exteriorizar-me e como eu gostava, me identificava mais... com a presença masculina, em nível de aparência e maneira de estar.</p> <p>Leonardo: Tem a ver como nós nos expressamos, como o sexo feminino ou masculino se expressa ao nível do sexo. // Puramente homem.</p> <p>Salvador: Eu a nível de expressão, fui me sempre expressando noutra género que me era atribuído e foi por aí que eu também me fui, digamos que libertando. Não tinha outra maneira de me libertar sem ser esse e foi um bocado à descoberta.</p>
	Olhar dos outros	<p>Tiago C.: Veem-me como eu sou: sou o Tiago e é o Tiago.</p> <p>Gui: Inevitavelmente, neste momento, as pessoas olham para mim e identificam-me como uma rapariga.</p> <p>Tiago M.: Neste momento, ainda me identificam com o sexo feminino.</p> <p>Filipe: Claro que com o aspeto que eu tenho agora claro que toda a gente diz que eu sou um rapaz, como é óbvio, e já tenho a maior parte do processo concluído.</p> <p>Ângela: Veem como um homem, se não, não tinham este tipo de dificuldades.</p> <p>Salvador: Neste momento, eu acho que as pessoas olham para mim e veem um rapaz sem qualquer dúvida e não metem a questão, qualquer questão ao de cima, mas antigamente era um bocado complicado, porque as pessoas viam um rapaz, mas apercebiam-se que não era um rapaz cisgénero.</p>
Legal/institucional	Mudanças físicas	<p>Tiago C.: A cirurgia mais importante é principalmente a mastectomia (tirar o peito). Não só por uma questão de eu me sentir melhor, mas uma questão de saúde. De facto, é que eu não consigo sair de casa se sentir que se consegue ver o facto de eu ter peito de mulher. // Conheci muita gente que tem muita disforia ao nível do genital, eu nunca tive essa disforia. A minha</p>

		<p>disforia está mais em relação ao meu peito.</p> <p>Gui: Pessoalmente, quero passar pelo tratamento hormonal, quero retirar os peitos e passar pelas operações, (...) quero ter barba, quero ter essas coisas todas, mas não quero, por exemplo, fazer a operação à parte genital.</p> <p>Filipe: Para mim é crucial fazer esse tipo de intervenções. Porque eu jamais, por exemplo, eu jamais me sentiria completo se eu não tivesse por exemplo barba, se já não tivesse feito a minha cirurgia ao meu peito.</p> <p>Ângela: O sexo que eu tenho, por ainda não ter sido operada, é nojento. Não... é para sair, é para tirar. Isto é só uma parte do meu corpo que tem de ser alterada.</p> <p>// Se eu tivesse oportunidade e possibilidade financeira de o fazer, eu fazia algumas alterações. Que vou fazer, inclusivamente se me for possível, por exemplo colocar silicone, porque o peito parou de crescer.</p> <p>Tomás: É sentir, neste caso, o nosso corpo mudar para aquilo que realmente é.</p>
	<p>Mudanças legais (Leis de identidade de género; nome próprio)</p>	<p>Filipe: Eu logo no dia a seguir [à lei 7/2011 ser promulgada] fui à conservatória e, pronto, foi logo tudo tratado.</p> <p>Ângela: É assim, acho muito bem que se trate das coisas, mas... que sejam coisas úteis. // Pronto, agora está alterado, por isso, debruçem-se naquilo que é urgente, que é: psicologia e cirurgia.</p> <p>Tomás: São necessárias. Eu acho que a nova lei, pronto, vem facilitar muita coisa, porque nós sempre pudemos começar as hormonas a partir dos 16 e eu sei de casos que tinham começado as hormonas aos 16, tinham de estar até aos 18 à espera para mudar o nome.</p> <p>Renato: Eu levei um papel da médica que estava-me a seguir para me tratarem por tal, por Renato, em vez</p>

		<p>pelo... pelo nome. E eu tive professoras que recusaram, porque não era justo e porque as coisas não eram assim. Portanto, eu não poderia fazer aquilo, porque... Poderia ter alguém que quisesse mudar o nome e do dia para a noite podiam querer mudar de nome e depois queriam ser tratados por outro nome.</p> <p>Salvador: Mais tarde foi o problema do nome que me atrofiou e me começou a dar cabo da cabeça por nomes e o nome e não me sentia bem com aquele nome e adotei um nome, mais como se fosse uma alcunha.</p>
Sexo e Género		
<p>Posicionamento face ao sexo e género</p>		<p>Tiago C.: O meu sexo terá identificado como o de nascença. Como o de uma mulher em transformação. Obviamente que neste momento não me posso identificar à parte do meu genital, uma vez que infelizmente não nasci assim. Portanto, identifico o meu genital como do sexo feminino. // Género é a maneira como nos identificamos, é aquilo que ao longo do nosso dia apresentamos a outras pessoas. Sou homem, é simplesmente homem.</p> <p>Gui: O meu sexo biológico refere só a minha genitália. E a minha genitália é feminina. Para mim, isso não me faz nem mais nem menos rapaz. Eu tenho a genitália feminina, mas sou um rapaz trans e o meu género é masculino. // Género já se, já se refere a como tu te identificas.</p> <p>Tiago M.: Não é com o qual me identifico [sexo], não. Mas, neste momento, não é algo que me incomoda já. No início, ou seja, quando eu era mais pequenito aí já incomodou um bocadinho, porque eu não percebia. // O género é o que nós sentimos. Sexo masculino, género masculino.</p> <p>Ângela: O sexo é o que te atribuem logo à nascença e não tem uma coisa a ver com a outra. O meu género é</p>

		feminino, o sexo que eu tenho, por ainda não ter sido operada, é nojento. // O género está dentro de ti, está naquilo que tu pensas.
Percurso de vida	Relações familiares	<p>Tiago C.: Não tenho qualquer contacto com a minha mãe há 4 anos e com o meu pai cortei contacto muito recentemente, exatamente derivado ao facto de saber que sou trans.</p> <p>Tiago M.: A primeira coisa que a minha mãe disse quando eu lhe contei foi “e o que é que temos que fazer para tu poderes ser feliz, para tu poderes ser quem és?” e eu “ok, boa...”. Eu não estava nada à espera, estava tipo só a chorar, mas pronto. E foi incrível!</p> <p>Renato: O meu pai reagiu mal, mas conseguiu aceitar e ele agora aceita muito mais do que antes.</p> <p>Gui: Não compreendem... sinceramente nem querem muito compreender. Eles já foram às consultas comigo, já falaram com os médicos, mesmo assim a situação está muito complicada.</p> <p>Filipe: A minha mãe foi a pessoa que me apoiou mais, mas mãe é mãe [risos], não é? Tive um tio meu que também foi muito porreiro comigo, foi das primeiras pessoas que me começou a tratar no masculino logo a partir do momento em que eu expus. Começou-me logo a tratar como sobrinho, logo a apresentar como Filipe, pronto... ele também foi muito importante nesse sentido.</p> <p>Leonardo: Depois tenho umas irmãs e uma avó que ainda insistem em tratar-me no feminino, tratar-me pelo nome antigo. Dizem que aceitam, que aceitam super bem, mas que foram 25 anos a chamar-me o mesmo e então que não conseguem, o que é um bocado estranho [risos].</p>
	Percurso escolar	<p>Tiago C.: Para mim é o ponto mais crítico na vida de um transexual, é a escola. A escola, porque... o sistema nacional de educação também não é o melhor sempre e conheço muitos casos de transexuais que sofreram abusos inacreditáveis e simplesmente muito maus dentro de contexto escolar, que vai deixá-los com</p>

		<p>traumas para a vida, ou mesmo feridas físicas, para a vida, ou mesmo que nem sequer existam mais, na vida.</p> <p>Gui: A discriminação era essencialmente na escola. Eu estava numa turma e as pessoas simplesmente não gostavam muito de estar comigo, não se enquadravam no meu tipo de conversas então acabavam por me excluir.</p> <p>Filipe: Em termos de ir para a universidade, preferi não ir para a universidade mesmo por essa questão de não querer estar passar outra vez pelo processo todo de eu me estar a identificar no feminino. // Tentava sair o mais depressa possível da escola, para ir à frente dos outros , ou então deixá-los ir muito, muito à frente e depois ir eu para casa.</p> <p>Ângela: Dos colegas muito [bullying], porque me batiam muito, porque me chamavam maricas, paneleiro... por parte dos professores não tanto.</p> <p>Salvador: Quando se troca de camisola, a ir à casa de banho, coisas do género, tenho de ter um maior cuidado, tento não me expor muito, porque pode acabar muito mal.</p>
	<p>Relações amorosas</p>	<p>Tiago M.: Eu dei o meu <i>coming out</i> à minha namorada, com quem estou atualmente; eu já estava com ela. Já estávamos juntos para aí há 6 meses e foi quando tivemos essa conversa e... não podia estar à espera de melhor, foi incrível. Foi ela que me ajudou em tudo.</p> <p>Renato: Ela [namorada] deu-me muita mais força neste processo.</p>
	<p>Relações afetivas</p>	<p>Ângela: Muita pouca gente entendeu [a sua transição] e tinha amigas de infância que se afastaram de mim e de adolescência, porque não aceitaram, não compreenderam. // Eu tentava-me dar com as pessoas e depois as pessoas tratavam-me de forma diferente, chamavam-me nomes e etc., então eu nunca tive amigos. Só na adolescência é que eu comecei a fazer</p>

		<p>amizades, mas mesmo assim só tive uma pessoa que eu acho que foi a única que ficou.</p> <p>Gui: Quando eu comecei o secundário, praticamente, foi quando... digamos que foi quando a minha vida começou realmente, digamos assim, porque antes disso eu só tentava agradar. (...) Começamos a pegar em pessoas que víamos que andavam sozinhas ou que não interagiam tanto com os da turma deles, por variadas razões. Começamos a juntar, a trazer para o pé de nós e criamos ali um grupo que nós na brincadeira até chamávamos o grupo dos renegados, porque eram pessoas que não se encaixavam completamente na turma deles, mas que tinham ali um lugar onde estavam bem e onde tinham amigos.</p> <p>Tiago C.: Não é qualquer pessoa que eu permito que chegue a mim e se calhar tb afastei muita gente que queria chegar-se a mim e eu nunca permiti. Se calhar já aconteceu isso... mas é muito difícil eu chegar ao ponto de conhecido passar para amigo.</p>
	Sexualidade	<p>Tiago C.: Durante muito tempo se eu tivesse relações sexuais eu nunca tirava o binder... e de resto nunca criei nenhum tipo de problema a não ser que a pessoa me tocasse no peito. (...) Com o meu parceiro atual, que na verdade é uma rapariga, eu não tenho qualquer problema com isso, ela sabe fazer exatamente o que tem a fazer, ponto.</p> <p>Tomás: Acho que só a minha identidade de género atrapalhou um bocado a minha sexualidade A forma de eu não me sentir bem em estar com ninguém, praticamente.</p> <p>Ângela: Tenho o constrangimento de ainda ter o pénis. Não é para tocar, não é para ser visto. E neste constrangimento, hum... só consigo estar com pessoas que eu sei que vão respeitar nesse sentido.</p> <p>Leonardo: Eu sempre tive habituado a dar mais do que receber e era isso que eu fazia. Preferia que não me</p>

		<p>tocassem tanto como eu faria. Agora já me dá algum prazer, falando assim, pronto, para já, já não tenho [constrangimentos] e só isso já foi uma libertação enorme e depois, lá está, com o desenvolvimento dos genitais também já consigo estar bem, antes se calhar não conseguia estar despido e agora já consigo de qualquer maneira.</p>
Exclusão		
<p>Social, territorial, simbólica, discriminação, etc.</p>	<p>Gui: Em B... eu tenho a liberdade de ser quem eu sou, as pessoas aceitam-me e não querem saber. Em M... é uma farsa de mim mesmo.</p> <p>Ângela: Eu não sou bem-vinda, eu sou tolerada e ao ser tolerada, sei lá... olha, menos mal.</p> <p>Leonardo: A mudança de Castelo Branco para aqui era para começar uma vida totalmente nova, também para perceber como é que as pessoas me viam e a partir daí comecei uma vida nova. // eu trabalhei em 2 sítios em Castelo Branco, num deles foi super bom, sem problema nenhum. No outro senti discriminação, porque logo no 1º dia que fui trabalhar para lá expliquei a situação, expliquei como me sentia e foi nesse mesmo dia que comecei a testosterona, lembro-me perfeitamente, e a pessoa em questão disse-me que não havia problema que se algum dia tivesse algum problema para ir para falar com ela. O que acontece é que a senhora era homossexual, gostava de raparigas e então não se inteirou da minha situação e começou a dar em cima de mim, mesmo a chegar a fazer perseguição. Então em vez de fazer o que eu queria, que era usar uniforme de homem, deu-me uniforme de mulher e naquela altura já tinha ali muita coisa masculina que as pessoas ficavam absurdas de me ver num uniforme feminino.</p> <p>Tiago M.: A minha mãe estava comigo numa consulta, e normalmente chamam-me Tiago, e a minha médica de família disse para ela não me chamar Tiago, porque</p>	

	<p>o meu nome ainda não era esse, legalmente. // Todas as vezes que eu vou lá tomar a injeção, e ela já viu as mudanças todas, e ela própria aponta as mudanças que têm acontecido, mas mesmo assim continua-me a chamar princesa.</p> <p>Salvador: Nas casas de banho era sempre um problema até, porque eu evitava muitas vezes ir à casa de banho fora de casa, porque sabia que aquilo iria acabar por dar discussão, por dar que falar. // Tive alguma [discriminação] lá no trabalho por parte de um colega meu em especial. Toda a equipa em geral sabem lidar com a situação, não há grande problema com isso. No entanto, há uma pessoa que se destaca, que insistiu em saber o meu nome de nascença, que insistiu em ver fotos, que insistiu em dizer que me ia tratar por um “ela” pronto... // Acho que as coisas são muito melhores aceites aqui, em Lisboa. É a capital e é uma cidade muito mais evoluída e por exemplo, na Covilhã isso já não se revê assim tao facilmente.</p> <p>Tiago C.: Principalmente em termos de trabalho é tao simples como: a partir do momento em que digo que sou transexual, eu já sei que me vão dizer não. E aconteceu diversas vezes. //</p>
<p>Estratégias para colmatar situações de discriminação/desconforto/etc.</p>	<p>Tiago C.: No caso de femininos para masculinos nós usamos o <i>binder</i>. Que não é mais do que um compressor do peito que modela um pouco a forma do nosso corpo para parecer um peito mais masculino. // Eu não ia à praia, simplesmente, e ela [namorada] queria realmente que eu fosse e que experimentasse ir. Apesar de quaisquer reações que pudesse vir a ter. Ora como eu não uso bikini, uso fato de banho de homem, como é obvio, não tenho propriamente nada que esconda o meu peito. Portanto neste aspeto eu optei pelo <i>tape</i>, que é tão basicamente como a palavra indica que é uma espécie de fita cola diferente do normal que permite comprimir o peito e dar uma aparência mais masculina.</p>

	<p>Gui: A senhora da recepção disse que mais tarde me ia chamar, e ela percebeu que eu estava com os meus pais, então perguntou-me “queres que te chame por qual nome?” e viu que eu hesitei e disse “ok, então eu, quando for para chamar, chamo pela senha nº qualquer coisa e tu vens, ok? Não te preocupes com isso”. se ela me tratasse como Gui, como eu preferia, os meus pais iam ficar extremamente incomodados e provavelmente ia causar discussão. Se me chamasse I..., como os meus pais preferiam, eu ia-me sentir extremamente mal.</p>
--	---